

FABIO WILLIAM DE SOUZA

**FRONTEIRAS PÓSTUMAS: A MORTE E AS DISTINÇÕES SOCIAIS
NO CEMITÉRIO SANTO ANTÔNIO EM CAMPO GRANDE**

FABIO WILLIAM DE SOUZA

**FRONTEIRAS PÓSTUMAS: A MORTE E AS DISTINÇÕES SOCIAIS
NO CEMITÉRIO SANTO ANTÔNIO EM CAMPO GRANDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.
Área de concentração: *Fronteiras, identidades e representações*.

Orientador: Prof. Dr. Jérri Roberto Marin

Dourados - 2010

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFGD

393.098171 S726f	Souza, Fabio William Fronteiras póstumas: a morte e as distinções sociais no Cemitério Santo Antônio em Campo Grande. / Fabio William de Souza. – Dourados, MS : UFGD, 2010. 141f. Orientador: Prof. Dr. Jérri Roberto Marin. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados. 1. Morte – Aspectos sociais. 2. Ritos e cerimônias fúnebres. 3. Cemitério Santo Antônio -. Campo Grande, MS. I. Título.
---------------------	---

FABIO WILLIAM DE SOUZA

**FRONTEIRAS PÓSTUMAS: A MORTE AS DISTINÇÕES SOCIAIS
NO CEMITÉRIO SANTO ANTÔNIO EM CAMPO GRANDE**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em 16 de agosto de 2010.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Jérri Roberto Marin (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Renato Cymbalista (Dr., Unicamp) _____

3º Examinador:

Nauk Maria de Jesus (Dra., UFGD) _____

A minha mãe Clarice (in memoriam) pelo que foi, é e sempre será em minha vida.

DADOS CURRICULARES

FABIO WILLIAM DE SOUZA

NASCIMENTO 12/05/1976 – APUCARANA/PR

FILIAÇÃO Deusdete Britto de Souza
 Clarice Aparecida de Souza

2002/2006 Curso de Graduação em História, na
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS –
Campo Grande – MS

2008/2010 Curso de Pós-Graduação em História,
nível de Mestrado, na Universidade Federal da Grande
Dourados, UFGD – Dourados – MS

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, aos meus pais Deusdete e Clarice (*in memoriam*), minhas irmãs, ao meu orientador Prof. Dr. Jérri Roberto Marin e a todos meus amigos, em especial, Eldes Ferreira. A Prof. Dra. Nauk Maria de Jesus por nossas conversas sobre Mato Grosso. Ao Prof. Dr. Renato Cymbalista que colaborou nas discussões sobre a temática através da banca de qualificação. Um grande agradecimento à FUNDECT que financiou a pesquisa através de seu apoio à ciência em Mato Grosso do Sul. Não posso esquecer também as pessoas que pacientemente me acolheram nos arquivos, entre elas Viviane, Valéria, Dra. Cíntia, Adriano, Adalto, Padre Orlando, Dom Vítório, Padre Vicente, Padre Miguel e Padre Osmar.

“Morituri moriturum salutant”
(Os que vão morrer saúdam aquele que vai morrer)

Elias
(1897-1990)

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a morte e as distinções sociais no cemitério Santo Antônio na cidade de Campo Grande – MS. A relação da pólis com a necrópole foi acompanhada desde o final do século XIX até a década de sessenta do século XX. Analisou-se como a elite e a sociedade campo-grandense compreendiam a morte, suas representações e como perpetuavam as divisões sociais estabelecidas em vida. Abordou-se o processo de urbanização e o desenvolvimento que tanto orgulhou a elite local que sempre fez questão de representar Campo Grande como uma cidade diferente das demais de Mato Grosso. Ao mesmo tempo em que requisitava um desenvolvimento e uma civilização comparada à cidade de São Paulo, não possuía nem um cemitério digno, pois o mesmo desrespeitava as legislações do município e da Igreja Católica. Um cemitério que foi mudado de local por duas vezes – para não atrapalhar o crescimento da cidade – com cidadãos que não faziam questão sequer de murá-lo. Em contato com as fontes, observou-se uma sociedade marcada pelo laicismo, onde a Igreja Católica, devido à fluidez de sua presença, ocupava uma posição de lateralidade na sociedade. Isto fica mais explícito nos ritos mortuários, na quase inexistência de testamentos e no seu caráter puramente secular.

PALAVRAS-CHAVE: Morte; Ritos fúnebres; Cemitério Santo Antônio; Campo Grande.

ABSTRACT

The present study aims to examine the death and social distinctions in the cemetery Santo Antônio in Campo Grande - MS. The ratio of the polis with the necropolis was followed from the late nineteenth century until the sixties of the twentieth century. We analyzed how the elite and society campo-grandense understand death, and how their representations perpetuated social divisions established in life. It approaches the process of urbanization and development was proud that both the local elite that has always made a point of representing Campo Grande as a city different from the rest of Mato Grosso. At the same time who demanded a development and a civilization compared to the city of Sao Paulo, had neither a cemetery worthy, because it disregarded the laws of the municipality and the Catholic Church. A cemetery that was moved, twice - not to hinder the growth of the city - with people who were not concerned even the walls so. In contact with the sources, there was a society marked by secularism, where the Catholic Church, because the fluidity of their presence, held a lateral position in society. This becomes more explicit in funeral rites, in the near absence of wills and in its purely secular.

KEYWORDS: Death, Funeral Rites, Cemetery Santo Antônio, Campo Grande.

RÉSUMÉ

Lê présent étude vise à examiner la mort et les distinctions sociales dans le cimetière Santo Antônio à Campo Grande - MS. La relation avec la cité et la nécropole datant de la fin du XIX^e siècle jusqu'aux années soixante du XX^e siècle. Nous avons analysé comment les élites et la société campo-grandense comprennent la mort, et comment leurs représentations perpétue les divisions sociales établies dans la vie. Il aborde le processus d'urbanisation et le développement était fier que l'élite locale qui a toujours mis un point de représenter Campo Grande, une ville différente du reste du Mato Grosso. Dans le même temps qui a exigé un développement et d'une civilisation par rapport à la ville de São Paulo, n'avait ni un cimetière digne, parce qu'elle a méconnu les lois de la municipalité et l'Église catholique. Un cimetière qui a été déplacé, à deux reprises - à ne pas entraver la croissance de la ville - avec des gens qui ne sont pas concernés, même si les murs. En contact avec les sources, il y avait une société marquée par la laïcité, où l'Eglise catholique, parce que la fluidité de leur présence, a tenu une position latérale dans la société. Cela devient plus explicite dans les rites funéraires, dans la quasi-absence de testament et dans ses purement laïque.

MOTS-CLÉS: La mort, Les rites funéraires, Cimetière Santo Antônio, Campo Grande.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da região central de Campo Grande – MS.....	31
Figura 2: Mapa região central de Campo Grande – MS.....	38
Figura 3: Túmulo de Amando de Oliveira.....	101
Figura 4: Túmulo da família de José Antônio Pereira.....	102
Figura 5: Jazigo da família Higa.	106
Figura 6: Túmulo de Edir.	108
Figura 7: Túmulo de C. L. de Brito.	109
Figura 8: Túmulo de Renato Henoque.	118
Figura 9: Túmulo sem identificação no corredor central do cemitério Santo Antônio.	119
Figura 10: Jazigo da família Metello.....	120
Figura 11: Jazigo da Família Vidal	121
Figura 12: Túmulo de Maria Cândida dos Santos.....	122

LISTA DE ABREVIATURAS

ACMCG = Arquivo da Câmara Municipal de Campo Grande

ACSP = Arquivo do Cartório Santos Pereira

ADC = Arquivo da Diocese de Corumbá

AFCG = Arquivo do Fórum de Campo Grande

AIHGMS = Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de MS

AIMDO = Arquivo do Instituto Memória Dante de Oliveira

AMSMT = Arquivo da Missão Salesiana de Mato Grosso

ATJMS = Arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
RÉSUMÉ	10
Introdução	14
I – Fronteiras da morte no oeste	23
1.1 – A legislação secular sobre a morte e cemitérios	25
1.2 – A Legislação eclesiástica sobre a morte e os novos cemitérios.....	53
1.2.1 – A Pastoral Coletiva e o cenário religioso em Campo Grande.....	67
II – Fronteiras do Além	74
2.1 – Cemitério e a sociedade.....	75
2.2 – Necrológios e notas de pesares.	80
2.3 – A viagem para o Além.	88
III – Fronteiras do Social.....	98
3.1 – A cidade dos mortos.....	112
Considerações Finais	124
IV - Referências:.....	130
4.1 - Fontes Manuscritas	130
4.2 – Fontes Impressas:	132
4.3 – Periódicos:.....	134
4.4 - Bibliografia:	134

Introdução

Os cemitérios têm uma função que vai além de sepultar os mortos ou de relembrar os vivos dos seus entes queridos. Para as cidades, os cemitérios são um local onde é visível o processo de civilidade que estas passaram. (ELIAS, 1993) Em diversas culturas, o ato de enterrar os mortos é considerado um tipo de aperfeiçoamento social e cultural. Assim, a construção de monumentos, o desenvolvimento da arquitetura e a prática destes atos e os cultos aos mortos são vistos como parte de um processo de desenvolvimento social.

O morto que era temido e cujo nome não devia ser pronunciado (FREUD, S/D, p. 112; FRAZER, 2000, p. 19), passa a ser venerado e admirado nas sociedades antigas e no século XVIII e, posteriormente, também nas modernas como nos necrológios do século XIX no Brasil. Deste tipo de culto e admiração passou-se, na Idade Média, para o estágio de sepultamento em igrejas e em cemitérios em suas proximidades. Diferente dos romanos e gregos, que sepultavam seus mortos fora das cidades, por exemplo, na via Ápia, os cristãos introduziram o costume de enterrar seus mortos dentro dos templos ou em terrenos sagrados, próximos aos santos e mártires da Igreja (ARIÈS, 2003, p. 38)

A prática de enterrar os mortos dentro dos templos católicos, que perdurou por quase oito séculos, tornou-se uma questão de saúde pública e criaram-se debates e embates, contras e a favor, entre a Igreja Católica, irmandades católicas e os médicos sanitaristas.

Os sepultamentos realizados no interior das igrejas chegaram ao intolerável. Além de não haver espaço suficiente para tantos sepultamentos, o mau-cheiro infestava as igrejas e iniciava-se um desconforto com a excessiva preocupação católica com a alma do morto e o descaso dado ao seu corpo. Em covas comuns ou sob os pisos das igrejas os mortos não eram individualizados. (ARIÈS, 2003, p. 73-74) O culto da alma era mais presente que o culto ao morto. Neste período de transição entre sepultamento nas igrejas e os túmulos

individualizados, os vivos começam a se apiedar dos restos mortais dos seus entes e os túmulos assumem uma simbologia até então impensada, como afirma Ariès:

Os mortos não mais deviam envenenar os vivos, e os vivos deviam testemunhar aos mortos, através de um verdadeiro culto leigo, sua veneração. Os túmulos tornavam-se o signo de sua presença além da morte. Uma presença que não suponha necessariamente a imortalidade das religiões de salvação, como o Cristianismo. Era uma resposta à afeição dos sobreviventes e à sua recente repugnância em aceitar o desaparecimento do ente querido. Apegavam-se a seus restos. (ARIÈS, 2003, p. 74)

Em 1776, o rei francês Luis XVI assina uma declaração sobre as inumações estabelecendo que “nenhuma pessoa, eclesiástica ou leiga, de qualquer qualidade, estado e dignidade que possa ser, com exceção dos arcebispos, bispos, curas, patronos de igrejas e altos administradores da justiça e fundadores de capelas” poderia ser enterrada nas igrejas a partir daquele ano. (BAYARD, 1996, p. 240) E retomando o costume romano, os cemitérios são novamente banidos para fora das cidades.

No Brasil, a primeira tentativa de proibição de enterros nos templos foi através da Carta Régia nº 18, de 14 de janeiro de 1808. (REIS, 2004, p. 274; CYMBALISTA, 2002, p. 43) A ordem era clara, cidades populosas deveriam construir cemitérios extramuros. Esta lei foi esquecida, tornando-se letra morta. Nova tentativa de sua aplicação ocorreu em 1825, quando Dom Pedro I tratou pela decisão número 265, de 17 de novembro de 1825, da transferência do cemitério da matriz de Campos dos Goytacazes, na província do Rio de Janeiro, para fora da cidade conforme recomendava a Carta Régia.¹

A lei imperial de 1º de outubro de 1828, que instituía as câmaras municipais do Império do Brasil, regulamentou entre outras questões sobre o sepultamento fora das igrejas. Neste primeiro momento, não ocorreu uma proibição, apenas uma recomendação para instituição dos cemitérios fora dos templos e que o mesmo fosse edificado sob a tutela da autoridade eclesiástica local.² Portanto, a lei não proibiu o enterro dentro das Igrejas apenas recomendou e permitiu que as Câmaras locais legislassem sobre o tema, cada vila ou cidade deveria adotar ou não a recomendação. Assim, de 1828 a 1862, seguiram outras leis imperiais tentando disciplinar o sepultamento dos mortos fora das Igrejas.³

¹ IMPÉRIO. Decreto nº 265, de 17 de novembro de 1825. Manda remover o cemiterio da Matriz da villa de Campos dos Goytacazes para logar fora da mesma villa.

² IMPÉRIO. Lei de 1º de outubro de 1828. Dá nova fôrma às Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para sua eleição, e dos Juizes de Paz.

³ IMPÉRIO. Decreto nº 842, de 16 de outubro de 1851. Funda os Cemiterios publicos de S. Francisco Xavier e S. João Batista nos suburbios do Rio de Janeiro. IMPÉRIO. Decreto nº 843, de 18 de outubro de 1851. Commete a fundação e administração dos Cemiterios publicos dos sububios do Rio de Janeiro, e o fornecimento dos objectos relativos ao serviço dos enterros à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da mesma cidade, por tempo de cincoenta annos. IMPÉRIO. Decreto nº 1557, de 17 de fevereiro de 1855.

Em Salvador, a Lei provincial número 17, de 2 de junho de 1835, além da proibição dos sepultamentos nas igrejas e a obrigatoriedade de serem feitos nos cemitérios públicos, permitiu ainda o monopólio dos sepultamentos para a Companhia dos Cemitérios da Cidade. A recepção da lei ocorreu sob enorme rejeição popular. Houve a *Cemiterada*, revolta que conseguiu suspender temporariamente a aplicação da lei, mas não aboli-la.

A própria Igreja Católica estava insatisfeita com os sepultamentos em seus templos, prática há muito em desuso na Europa. Contudo, havia uma economia da morte onde os pobres eram aliciados para acompanharem os mortos até o seu local de sepultura nas igrejas, velas eram distribuídas, que posteriormente eram trocadas por outro produto pelo alto valor da cera no mercado, incluí-se a isso o mercado de mortalhas, decoração de igreja e outros aparatos típicos da morte barroca oitocentista. Assim, em 1836, mulheres, homens e crianças membros irmandades e ordens terceiras de Salvador apedrejaram e destruíram as futuras instalações do cemitério. O problema não era em si o *Campo Santo*⁴, mas sim o monopólio dado a uma companhia particular em administrar os funerais e enterros. (REIS, 2004, p. 13-15)

A presente pesquisa tem o objetivo de analisar a morte, as relações da cidade de Campo Grande com o cemitério Santo Antônio e as distinções sociais criadas no seu espaço. O período a ser estudado será da década de 1880, no final do século XIX, até a década de 1970 do século XX. Justifica-se o recorte temporal pelos seguintes motivos: primeiro, a fixação humana na atual região da cidade de Campo Grande teve início nos idos de 1872, justificando assim o estudo das primeiras mortes no então solo do Arraial de Santo Antônio de Campo Grande; segundo, o esgotamento da capacidade de sepultamento do cemitério Santo Antônio culminando com a fundação dos cemitérios do Cruzeiro e o de Santo Amaro.

A ocupação do território do sul do então estado de Mato Grosso está ligado ao fim da Guerra do Paraguai, em 1870, onde os chamados Campos de Vacaria, caso fossem ocupados, seriam locais propícios para a criação de bovinos. Campo Grande foi fundada no período de transição do Império para a República, entre os anos de 1872-1889. O Arraial

Approva o novo Regulamento para os Cemiterios publicos e particulares do Rio de Janeiro, serviços dos enterros e taxas funerarias. IMPÉRIO. Decreto nº 2812, de 03 de agosto de 1861. Approva o Regulamento para os Cemiterios publicos e particulares do Rio de Janeiro, serviços dos enterros, taxas funerarias.

⁴ O termo *Campo Santo* foi adotado no Brasil para designar o local de sepultamento dos mortos em alusão a forma de sepultamento utilizada na Itália, campos localizados além da fronteira urbana, onde os mortos habitavam longe dos vivos. Assim, como recorda João José Reis (2004, p. 295), este deveria ser o local defendido pelos médicos sanitaristas para o enterro dos mortos ao invés dos templos católicos. O termo não tem a conotação religiosa ou mesmo católica, que muitas vezes pode soar na pronúncia. *Campo Santo*, no Brasil é apenas um sinônimo de cemitério e não uma designação de local religioso.

de Santo Antônio de Campo Grande foi criado da forma tradicional, casas minimamente alinhadas, uma capela central e um cemitério. Surgindo assim a atual rua 26 de Agosto, conhecida antigamente como a rua Velha. Então parte do antigo Estado do Mato Grosso⁵, Campo Grande não conheceu a tradição dos sepultamentos nas igrejas – exceção feita aos membros do clero. A tradição regional era o sepultamento nas propriedades rurais. Estes cemitérios particulares, autorizados pela Igreja, porém, muitas vezes, sem a benção e desrespeitando as normas eclesiásticas vigentes, só começaram a perder importância e praticidade com a inauguração do Cemitério Municipal, posteriormente dedicado à Santo Antônio. Inclusive, houve famílias que trasladaram seus mortos dos antigos cemitérios rurais para ele. Outras famílias mantiveram o costume de enterrar seus entes queridos em seus cemitérios particulares. Contudo, muitos deles com o passar dos anos foram sendo esquecidos e encontram-se completamente abandonados.

Em torno de 1872, o primeiro cemitério de Campo Grande foi fundado junto com o povoado. Sua localização ficava no ponto mais central da cidade, na atual região da praça Ary Coelho. No ano de 1887, a comunidade decidiu transferir o cemitério para o atual bairro Amambaí onde hoje está localizado o SESI e a Casa da Indústria de Mato Grosso do Sul. (RODRIGUES, 1980, p. 45) Mas também este novo local não era propício para este fim, já que o terreno ficava em um terreno alto e havia a possibilidade da enxurrada levar detritos para dentro do córrego Segredo. O córrego ficava a duzentos metros do antigo local do cemitério e em torno de setecentos metros do novo local.

Entre os anos de 1913 e 1914, novamente o cemitério foi transferido para a região da antiga fazenda Bandeira, que ficava a quase dois quilômetros do atual centro da cidade e onde permanece até hoje. Incrustado na área central de Campo Grande, o cemitério Santo Antônio há muito deixou de ser o único da cidade. Sua utilização decaiu devido sua limitação física para novos sepultamentos e oficialização do cemitério municipal do Cruzeiro em 1960 e a criação do cemitério de Santo Amaro no ano de 1961. Além destes cemitérios, outros foram criados pela iniciativa privada nos anos 1990, seguindo o padrão dos cemitérios parques. Porém, por ser o mais antigo, o cemitério Santo Antônio oferece um painel único das transformações sociais, culturais e comportamentais da sociedade campo-grandense.

⁵ Em 1977, através da Lei Complementar 31, de 11 de outubro de 1977, assinada pelo então presidente da república Ernesto Geisel, criou-se o estado de Mato Grosso do Sul, desmembrado do então estado de Mato Grosso. O novo estado de Mato Grosso Sul teve sua capital instalada em Campo Grande. Cuiabá continuou a ser a capital do estado de Mato Grosso.

Historicamente, pesquisou-se os motivos que levaram a mudança da necrópole por duas vezes até sua localização atual. A forma como os campo-grandenses entendiam a cidade e suas intenções de torná-la diferente de Cuiabá e de Corumbá, neste período as maiores cidades do então antigo Estado de Mato Grosso. Avaliou-se a pretensão da sociedade aqui constituída que sempre buscou uma aproximação com a cidade de São Paulo, mesmo tendo a economia e o cotidiano baseado na criação de bovinos. A efetivação desta ligação com São Paulo ocorreu com a chegada da Noroeste do Brasil, em 1914, e a construção dos quartéis do Exército nos primeiros anos de 1920. Estes dois eventos são fundamentais para entender o processo de urbanização de Campo Grande.

A pesquisa objetiva também compreender as relações da sociedade campo-grandense com a Igreja Católica. Cidade fundada por migrantes do estado de Minas Gerais que buscaram e criaram sua própria forma de celebrar a vida e a morte, nem sempre em concordância com os ritos e recomendações católicas. O período de fundação de Campo Grande data da época do Império brasileiro, onde a religião oficial era o catolicismo. Com o advento da República, o Estado torna-se laico.

Em 1905, houve a instalação da câmara municipal da vila de Campo Grande sob forte influência dos ideais de secularização da sociedade. Em alguns momentos, a representação da morte foi laica como o novo regime e, em outros, religiosa comemorando os símbolos católicos. Numa dialética intrigante e digna de estudo. Onde a permanência de uma não significa o desaparecimento da outra.

Na arte tumulária também está representado o estilo de vida do homem do antigo Sul de Mato Grosso, que segundo Clarival do Prado Valladares (1972, p. 1128), de Uberlândia a Campo Grande a arte tumulária é genuína e regional, trazendo também em si a constituição da sociedade patriarcal dos primeiros sertanistas que a transmitiram aos seus descendentes. Assim, o modelo de sociedade que buscava ser forte e ligada a pecuária, também foi representada nos cemitérios da região que convencionou de chamar-se de *sertão*. Por esta característica regional apresenta uma rica fonte de estudo.

O interesse por este objeto de pesquisa foi motivado pela leitura das obras clássicas, em especial as de Philippe Ariès, onde a morte é discutida, os cemitérios são estudados, as práticas perante a morte são questionadas, o homem e a morte são postos frente a frente e, por fim, a arte tumular utilizada como fonte. Como decorrência, surgiu o interesse de analisar a temática da morte especificamente na cidade de Campo Grande. A morte solicita, como outros temas, um lugar na história. Por meio do estudo do cemitério Santo Antônio tentar-se-á analisar a sociedade.

O conceito de fronteira que se utilizou foi o de Barth (1998), com o sentido de linha divisória, que separa, que segrega, mas também é móvel, fluída e pode ser ultrapassada, removida ou reerguida. Fronteiras que são articuladas conforme os atores sociais interagem entre si. Onde os interesses fazem com que as fronteiras sejam objetos de separação, união e, em alguns casos, de ampliação, desde de que haja interesses.

Com o advento da Nova História francesa da chamada escola dos *Annales* houve interesse por novos objetos, fontes e abordagens (PIETRO, 1995, p. 59), se tornaram temáticas da História. E também criou a possibilidade de diálogo com as outras áreas das ciências sociais e ou humanas. As possibilidades de se *fazer* História tornaram-se infinitas. Temas antes não abordados, agora são estudados e são fontes para a produção histórica: esportes, cultura popular, festas, minorias e a morte, que faz parte do cotidiano, entram como temas a serem explorado pelos historiadores. Mattoso (1988, p.17), afirma que desde de que a história humana se alargou, tudo tem dimensão histórica. A forma de enterrar os mortos seria uma delas.

O tema da morte que perpassa a pesquisa tem sido objeto de muitos estudos na segunda metade do século XX. Para Elias (1993), o ocidente civilizou a morte. Antes um momento comum e familiar, ela é transferida para a assepsia dos hospitais. Algo cotidiano que passou a ser escondido e excluído. É raro, hoje, as pessoas morrerem ou serem veladas em suas casas, no convívio familiar. Esta necessidade do processo civilizador (ELIAS, 1993; ARIÈS, 2003, p. 85), abriu uma lacuna na História e na sociedade. O homem não enterra mais seus mortos nas igrejas ou em seus arredores, e não tem os moribundos, em geral, mais no leito doméstico de morte, resolvendo as últimas pendências da vida.

Foucault estudando o século XVIII analisa que o hospital era o local onde as pessoas eram deixadas para morrer e ao discutir a sua localização na constituição da cidade, discutiu-se a morte e a segregação. Normalmente, os hospitais localizavam-se em uma região sombria, obscura e confusa das cidades, para onde as pessoas acometidas pelos mais diversos males eram enviadas. (FOUCAULT, 2007, p. 89)

Os cemitérios também não possuíam boas impressões. Por serem a morada dos mortos, eram considerados perniciosos à saúde, onde se difundiam perigosamente os miasmas, os ares poluídos e as águas contaminadas pela putrefação dos corpos. Com a urbanização, enquadraram-se hospital e doentes por precisarem de controle; com o cemitério, enquadraram-se e afastam-se os mortos, para que não afetem a saúde dos vivos. (FOUCAULT, 2007, p. 87-89)

Para Ariès (2003, p. 229), a história da morte começou com os livros de Alberto Tenenti, *La Vie et la mort à travers l'art du XV^e siècle*, do ano de 1952 e com outro do mesmo autor, *Il senso della morte e l'amore delle vita nel Rinascimento*, do ano de 1957. Para citarem-se alguns dos trabalhos relacionados à História, pois, em outras áreas das ciências humanas, vários textos surgiram sobre o assunto no mesmo período.

Para Reis (2004, p. 22-26), os primeiros estudos históricos brasileiros sobre o tema da morte são da coletânea organizada por José de Souza Martins, onde se encontram artigos de Nanci Leonzo, *O culto dos mortos no século XIX: os necrológios* e de José Sebastião Witter, *Os anúncios fúnebres (1920-1940)*. Posteriormente surgiram trabalhos na Bahia de Kátia Mattoso e os recentes sobre a morte barroca mineira de Adalgisa A. Campos. Podem-se também citar os trabalhos de arte tumular de Maria Elizia Borges (2002) sobre a região de Ribeirão Preto.

A morte continua sendo um grande mistério para o homem. E a História não é insensível a esta angústia. Trabalhos como os de Vovelle (1991; 1997; 2001), Elias (1993; 2001), Ariès (1985; 1987; 2003), Reis (1997, 2004) e Cymbalista (2002) auxiliam a compreendê-la e a situá-la no tempo e na sociedade. Nesta necessidade, a sociedade buscou reencontrar um ponto de equilíbrio entre a vida e a morte. Seguindo esta mesma linha, a pesquisa tratará sobre o cemitério de Santo Antônio na cidade de Campo Grande – MS, por este ser uma fonte rica de análise ainda inédita. Como afirma Bellomo, “os cemitérios são uma das fontes escritas e não-escritas mais ricas que o historiador tem ao seu dispor para conhecer uma região”. (BELLOMO, 2000, p. 18)

Em Mato Grosso, a temática foi abordada na dissertação de mestrado de Maria Aparecida de Borges Barros Rocha (2001), que analisou as mudanças das práticas de sepultamentos das igrejas de Cuiabá para os cemitérios, em particular o cemitério de Nossa Senhora da Piedade. Além desta, são relevantes os trabalhos de Marlene Menezes Vilela (2001), sobre a morte por causa da varíola em Cuiabá e na província de Mato Grosso. O livro de Luiza Rios Ricci Volpato (1993) sobre o cotidiano dos escravos em Mato Grosso. Assim, verificou-se a necessidade de um estudo sobre os cemitérios e sobre a morte no antigo sul de Mato Grosso.

A literatura mundial também é rica em relação ao tema, obras ficcionais como os romances *A morte de Ivan Ilitch*, de Tolstoi, *Tristão e Isolda*, de Joseph Bédier, e *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, foram grandes inspiradoras para o trabalho. Para Rocha (2001) e aqui nos utilizando-se de suas palavras, nestes livros, “a

morte é sentida e vivenciada pelos personagens, embora de modos e situações diferentes, sempre de forma envolvente”. (ROCHA, 2001, p. 10)

As fontes utilizadas para analisar a morte e as distinções sociais no cemitério de Campo Grande foram os documentos oficiais preparados na esfera administrativa municipal. Consultou-se as Atas e Leis da Câmara Municipal desde as primeiras leis que referem ao cemitério até a implantação do outro cemitério central, chamado de Santo Amaro (1961-1962), que será o delimitador do período pesquisado. Para Bacellar (2005), podem-se consultar os originais ou buscá-los nos diários oficiais. Além disso, o próprio cemitério entrou como fonte e também os túmulos, suas formas, decoração e arte tumular.

Em consulta aos Relatórios de Intendentes do período de 1919-1930, verificou-se as relações da cidade com a sua primeira necrópole. Estes documentos estão disponíveis na *Internet* e também no arquivo do IHGMS. A sua consulta e escolha como fonte, foi um fator de grande importância para a elaboração e desenvolvimento da pesquisa. Encontrou-se nestes documentos informações econômicas, sociais, políticas e de implantação da infraestrutura nas primeiras décadas do século XX. A importância destas fontes deve-se ao fato de possibilitarem um cruzamento com os dados dos documentos do Poder Legislativo da cidade de Campo Grande.

No decorrer do texto também, utilizou-se outras fontes, como os testamentos, os jazigos de família, os livros de sepultamentos e os jornais. Estas fontes foram articuladas com os documentos oficiais produzidos pela câmara municipal e prefeitura de Campo Grande.

Não é objetivo da pesquisa indicar um modelo de estudo da morte. Seguindo o exemplo de Vovelle (1991, p. 129), buscou-se ampliar aos amantes da História uma nova e rica fonte de pesquisas. Como trata Ariès (2003) e Elias (2001), a morte não esqueceu de nós, como se tenta esquecê-la. Hoje, isolada nos hospitais, longe de nós, escondida e escamoteada, dia após dia, ela nós recorda que o nosso fim está próximo e o será em nosso encontro com ela. Como nas representações antigas, a de um carrasco com a foice em punho, e que permanecem ainda hoje, a Morte virá para todo o vivente. Diz o ditado: “para morrer, basta estarmos vivo”. Uma reflexão importante é a de que, é chegada a hora das sociedades industriais pensarem na reabilitação da morte. Como durante muitos anos a sexualidade foi um tabu, hoje, este papel coube à morte. Sendo a morte parte da vida e a vida parte da morte, é impossível a sua exclusão parcial ou total do nosso cotidiano.

Os resultados da pesquisa serão apresentados em três capítulos. Estes terão por objetivo relatar o passado da cidade de Campo Grande, a forma que a mesma foi criada e

organizada. Aqui cabe ressaltar-se que o objeto e fonte central da pesquisa foi a partir do Cemitério de Santo Antônio.

No primeiro capítulo, *Fronteiras da morte no oeste*, analisa os olhares da sociedade campo-grandense em relação a sua posição geográfica dentro do Brasil. A base documental será os documentos oficiais da municipalidade e da Igreja Católica. Aqui o cemitério será observado junto a outras melhorias efetuadas na cidade a partir do início do século XX. Analisou-se uma elite que sempre desejou comparar Campo Grande com a cidade de São Paulo e aproximar-se do seu modelo *civilizatório*. Verificou-se a importância dada à construção da cadeia, a chegada da linha férrea e dos quartéis do exército. O ufanismo que tomava conta do município então parte do antigo estado de Mato Grosso.

No segundo capítulo, *Fronteiras do Além*, e abordou-se o além-túmulo, o que o homem e a sociedade campo-grandense esperavam no pós-morte, a sua visão de mundo. A relação entre a partida do morto e seu contato com o sobrenatural. Buscou-se o oculto, o que não está explícito, as formas que a sociedade louvou o morto. Os rituais dos vivos para os mortos foram abordados e analisados.

No terceiro, *Fronteiras Sociais*, enfoca as diferenciações que a sociedade dos vivos transporta para a cidade dos mortos – a necrópole – as diferenças sociais e suas perpetuações nos monumentos fúnebres. Através do cemitério interpretou-se, historicamente, a formação social de Campo Grande. Verificou-se como a sociedade festejava os seus mortos. A visão da morte e da sua representação apresentadas pelos ritos, cultos, arte e o próprio local, o cemitério de Santo Antônio.

I – Fronteiras da morte no oeste

“Lembre-se que vais morrer...”
Provérbio latino

Campo Grande (MS) é uma cidade jovem. Somando os anos que não são computados desde de o início do Arraial de Santo Antônio de Campo Grande pelos idos de 1872 ou 1875, até a sua elevação a categoria de município, em 1899, são pouco mais de 136 anos de ocupação. (OLIVEIRA NETO, 2003; GARDIN, 1999) O arraial tem a sua fundação realizada por uma empresa particular. Sendo uma localidade fundada no último quarto do século XIX, a urbanização e a higienização estiveram sempre presentes nos discursos locais. A legislação eclesial e as leis do estado republicano brasileiro norteavam a elaboração da legislação local.

Para a sociedade campo-grandense, no seu acreditar, era que no meio do nada poderiam construir uma poderosa e grande cidade. Povo que se julgava superior em relação à Cuiabá e à Corumbá, mas que possuía algumas práticas perante a morte e seus mortos que eram visivelmente condenáveis. À distância em relação à capital Cuiabá, fez com que nascesse uma animosidade do Sul em relação ao Norte.

Os cronistas elegeram como fundador José Antônio Pereira de Campo Grande, que chegou a região por volta de 1875. O pequeno arraial teria ficado por muitos anos como um ponto de resistência urbana ao grande *vazio do Oeste*. (ARRUDA, 2000, p. 189-190) Os relatos de viajantes tratavam estas terras como local devoluto que propiciava a ocupação.

Durante a Guerra do Paraguai, mineiros, paulistas, gaúchos e mato-grossenses verificaram que os chamados *Campos de Vacaria* eram propícios para a pecuária e possuíam a vantagem adicional de estarem próximos da região pecuária de Minas Gerais, os que acabou acelerando assim ocupação desta região. Campos limpos, amplos, capazes de abrirem uma nova fronteira para a criação de gado – já bem desenvolvida no Triângulo Mineiro e no Rio Grande do Sul – e também apresentava a possibilidade de melhores condições de vida para os que aqui viessem a residir.

Enquanto a ocupação do chamado norte de Mato Grosso foi efetuada a partir da descoberta do ouro, no sul foi a pecuária seu motor de ocupação e desenvolvimento. Neste primeiro momento, sua economia foi totalmente voltada para a criação de bovinos. (ARRUDA, 2000, p. 196) O comércio de gado bovino com Minas Gerais e com o Paraguai era intenso. (OLIVEIRA NETO, 2003, p. 37) Posteriormente, com a construção da estrada boiadeira, no ano de 1900, ligando Campo Grande à localidade chamada Porto XV o comércio também foi dimensionado para São Paulo. (OLIVEIRA NETO, 2003, p. 67; CONGRO, 1919, p. 66; REZENDE & VASQUES, 1999, p. 122) A comercialização de bovinos foi o fator importante para a ocupação do sul do antigo Mato Grosso e também para a consolidação de Campo Grande como o principal polo de ocupação humana fora das barrancas dos rios Paraguai e Paraná.

O aumento do fluxo de dinheiro através do comércio de gado bovino com o Triângulo Mineiro contribuiu para a migração de mais pessoas para o arraial de Campo Grande. Através lei Estadual 255, de 1899, foi elevada à categoria de vila. Em 1902, foi implantado o município. (OLIVEIRA NETO, 2003, p. 41-44; CONGRO, 1919, p. 29) Neste período, a autoridade máxima da vila era o intendente e o seu primeiro governante foi o senhor Francisco Mestre.

O cronista Abílio Leite de Barros, escreveu sobre o dia 26 de agosto de 1899, momento de criação da vila. A data de fundação da cidade foi retratada na *Crônica de uma vila centenária*, como um dia comum e sem festas. A precária comunicação com Cuiabá fez com que o dia histórico passasse em branco e sem euforia. No seu texto, a morte se faz presente. Sem vida, um corpo jazia na porta de um dos cabarés da *Rua Velha*. As crianças evitam o morto. O solo arenoso típico de Campo Grande absorvia o sangue do corpo masculino caído de bruços. Todos desviavam do morto. Ninguém o conhecia. Ninguém se compadecia dele. Exposto ao Sol, permanecia intocável. E isso durou até o meio dia. (BARROS, 1999, p. 14-16)

O dono do cabaré só resolveu tomar uma ação ao perceber que o cheiro da morte iria impregnar o local. Então, mandou um dos seus funcionários pegar um cavalo e afastar o corpo do morto dos olhos dos passantes. “Amarrou o laço nos dois pés e, pela chinha, rua a fora, foi puxando aquele cadáver de ninguém”. Um morto sem dono. Cadáver de si mesmo. (BARROS, 1999, p. 14-16) O forasteiro fora tratado como um animal.

Em Campo Grande, a morte violenta era frequente e tratada com indiferença. Outras vezes, era um problema que deveria ser excluída dos olhos da sociedade. A solução

era simples e prática: afastava-se o morto ou os mortos dos vivos. E a vida seguiria o seu ritmo cotidiano.

As pendências locais eram resolvidas por armas. Alguns cronistas também afirmam que a doença mais comum na região era a *calibre 44*. (MACHADO, 1990, p. 198-199; BARROS, 1999, p. 18) Sabe-se que muitos portavam armas e agiam conforme sua própria lei, mas isto não indica que tudo era e foi resolvido na base da bala.

1.1 – A legislação secular sobre a morte e cemitérios

A Lei provincial nº 21, de 2 de setembro de 1835, regulamentava a organização dos cemitérios em Cuiabá, fixando o número de necrópoles necessários, definindo que o mesmo deveria possuir um portão com chave e um coveiro com a função de guardar o local e dar sepulturas aos defuntos. A lei proibia os enterramentos dentro das igrejas, regulamentava as práticas religiosas, com o objetivo de encomendar os defuntos e permitia aos familiares dos falecidos erigir túmulos com a decência que quisessem, ficando o pároco com a obrigação de encomendá-lo em sua moradia e depois o corpo seguiria para o cemitério. Em Cuiabá, desde 1835, como também em outras cidades brasileiras, a regulamentação buscava coibir os enterramentos nas igrejas.

A Lei nº 18, de 28 de agosto de 1835, previa nas receitas e despesas da Província para o exercício de 1836/1837, a verba de 1.200 réis para a construção de um cemitério em Cuiabá. (ROCHA, 2001, p. 25-26) A Lei nº 21, de 2 de setembro de 1835, regulamentou o serviço e organização interna das necrópoles em Cuiabá, que ficaram sob administração da câmara municipal. A lei citada prescrevia o seguinte: “Promptos que estejam os cemitérios, fica proibido sepultar-se dentro da Igreja, e adro pessoa alguma, sem exceção”, e em seguida seguiam as penas contra os infratores de tal dispositivo, extensivas aos párocos que se tornassem coniventes com o fato. Para Mesquita: “Letra morta, mandamento inexecutável, permaneceu, não obstante a sua promulgação, o costume das inhumações intra-muros das igrejas e capellas”. (MESQUITA, 1937, p. 08)

Ricardo José de Gomes Jardim (1845, p. 13), então presidente da província de Mato Grosso no ano de 1845, em seu relatório a Câmara provincial de Mato Grosso recomendava a higienização das vilas e cidades e o estabelecimento dos cemitérios, por meio de lei determinou a proibição ou ao menos a limitação dos enterros nas Igrejas “por serem verdadeiros focos de exalações pestíferas”. E também evitar e diminuir acumulação

de cadáveres na terra já impregnada das matérias oleosas que fluíam dos corpos; tais providências poderiam, até certo ponto, concorrer para diminuir no futuro a intensidade das moléstias ou evitar que se tornassem epidêmicas.

Durante ainda o governo de Jardim, em 1846, o problema era fazer cumprir a lei de 1º de outubro de 1828, que dava nova forma às câmaras municipais. Esta lei designa as funções e normas para o funcionamento das câmaras municipais, a lei regulamentou a forma da eleição das câmaras, as funções municipais, as posturas policiais, a aplicação das rendas e sobre os seus empregados. No título II, nos interessa o artigo 66, no item 2, que trata dos cemitérios e outros locais públicos. A preocupação era a higiene e a não proliferação de doenças nestes locais. Refere-se a lei:

do estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, conferindo a esse fim com a principal autoridade eclesiástica do lugar; sobre o esgotamento de pântanos e qualquer estagnação de águas infectas; sobre a economia e asseio dos currais e matadouros públicos; sobre a colocação de curtumes, sobre os depósitos de imundícies e quanto possa alterar e corromper a salubridade da atmosfera.⁶

Para Jardim (1846, p. 14), uma das dificuldades era prover verbas para que as câmaras municipais implantassem os cemitérios fora das cidades e neles construíssem as condições mínimas para receberem os mortos, mesmo que este fosse apenas um local cercado, para este fim. Um local precário, mas que era melhor do que continuar os enterros dentro dos templos católicos.

A Lei Provincial nº 2, de 4 de janeiro de 1850, que autorizava a presidência da província a fazer e estabelecer nos subúrbios da cidade de Cuiabá um cemitério público, reforçou as leis anteriores e despendeu de uma verba, no valor de 300 mil réis, para a construção dos cemitérios. Era urgente afastar os cemitérios da cidade, liberando-a de uma fonte de poluição, enquanto por outro lado, salvava-se o cemitério da corrupção da cidade. (ROCHA, 2001, p. 26)

Já no ano de 1854, o então presidente da província de Mato Grosso, Augusto Leverger, dizia que era urgente a implantação dos cemitérios nas cidades e povoados, tendo em vista por fim aos enterramentos nas Igrejas. Este ato foi por ele considerado “funesto e disseminador de vários tipos de doenças”. (LEVERGER, 1854, p. 36)

Em 1863, o decreto número 3069, de 17 de abril de 1863⁷, determinou, no seu artigo 19, que o registro de óbitos de acatólicos seria feito pelo escrivão do Juízo de Paz,

⁶ IMPÉRIO. Lei de 1º de outubro de 1828. Dá nova fôrma às Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para sua eleição, e dos Juizes de Paz.

⁷ IMPÉRIO. Decreto nº 3069, de 17 de abril de 1863. Regula o registro dos casamentos, nascimentos e óbitos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado.

em livro apropriado. O registro civil não foi instituído no início da República, o mesmo teve a função de efetuar a inclusão social dos imigrantes não católicos que chegaram ao Brasil, neste período.

Consoante as ideias expendidas em seu relatório de 3 de maio de 1864, promoveu o então presidente da Província de Mato Grosso, Alexandre Manoel Albino de Carvalho, junto ao legislativo provincial as medidas que se fizessem cumprir a lei nº 1, sancionada a 1º de junho de 1864. Do interesse que lhe despertava o assunto é digno de menção que esta foi a primeira resolução votada e promulgada na sessão da Assembleia, em 1864. Logo em seu dispositivo preliminar, prescreve-se: “Ficão proibidas as inumações de cadáveres no interior dos Templos das Freguezias da Sé e de S. Gonçalo de Pedro II desta cidade”.

Ao preceito terminantemente taxativo do artigo 1º, foram concedidas exceções referentes aos cadáveres dos prelados diocesanos e de outras personalidades que no regulamento seriam designadas e também quanto às inumações nos Templos, toleradas dentro do prazo que for concedido no respectivo regulamento, adstritas, porém, tão somente aos Irmãos das Irmandades e Confrarias que, antes da lei nº 1, já tivessem essa qualidade. Apenas o direito adquirido anteriormente não fora retirado daqueles que já possuíam local de sepultamento dentro dos templos. (MESQUITA, 1937, p. 11) As queixas contra a proibição dos sepultamentos dentro dos templos católicos eram frequentes e nem toda a população aceitou de imediato esta norma. (JESUS, 2001, p. 126)

Em Cuiabá, as medidas profiláticas de higienização tomaram impulso durante o surto da varíola no ano de 1867. (VOLPATO, 1993, p. 75) As autoridades locais reconheciam que a infraestrutura de Cuiabá era precária e se envergonhavam com a decepção que os viajantes tinham ao chegar à cidade em meados do século XIX e encontrá-la tão distante dos padrões urbanos tidos como *civilizados*. Juntamente com os hábitos de higiene da população, a falta de conforto da cidade sempre eram alvos de crítica. A ausência ou precariedade do saneamento básico, de um sistema eficiente de abastecimento de água e a higienização da cidade exigiam a incorporação dos novos padrões de comportamento determinados pelo médico sanitário.

Em seus relatórios, o inspetor de saúde pública, Dr. José Antônio Murtinho, denunciava as más condições de insalubridade da zona urbana de Cuiabá e as epidemias que se disseminavam no período da seca. (VOLPATO, 1993, p. 92) Os médicos, em especial os sanitários, possuíam grande reconhecimento e respeito junto à população no século XIX, ao tratar as pessoas em domicílio ou no hospital. Fato que reforça a questão do poder médico proveniente da autoridade a ele atribuída em função do seu saber, que também

passa a ser reproduzido no contexto do espaço coletivo em Cuiabá. (MOREIRA & RAMOS, 2004, p. 765)

Escrevendo sobre a medicina no Brasil Central no século XVIII, Jesus (2003, p. 146) entende que o trabalho dos médicos na região central da América do Sul extrapolava a arte de curar as doenças. A medicina que surgiu em Mato Grosso era multifacetada e possuía elementos da cultura indígena, negra e portuguesa. Pois, nem todos que exerciam a arte de curar possuíam a formação universitária exercendo esta arte, negros escravos, negros forros, índios, benzedeiros, curandeiros e rezadores.

São praticamente inexistentes os relatos escritos na época e no momento em que ocorreu o surto da varíola que se alastrou em Cuiabá no pós-guerra do Paraguai. Surgem somente no livro de Joaquim Ferreira Moutinho, datado de 1869. Moutinho foi um comerciante português que viveu por 18 anos em Cuiabá e realizou um relato detalhado da situação da doença na cidade. Em sua análise a descrição apresentada era de um quadro de horror.

Conforme o relato, não havia pessoas para cuidar dos doentes, pois todos foram atingidos pela doença. Inclusive, os trabalhadores da saúde. Famílias inteiras pereceram e as portas das casas precisavam ser arrombadas para que os corpos pudessem ser retirados. Os poucos que conseguiam sair em busca de socorro acabavam morrendo nas vias públicas sem conseguirem ajuda. Mortos insepultos em suas casas ou desprezados nas ruas permitiam que cães, porcos e outros animais se fartassem neste banquete de carne humana. (MOREIRA & RAMOS, 2004, p. 765; MOUTINHO, 1869, p. 104)

Para sepultar tantas pessoas vitimadas pela varíola foi construído um cemitério. (ROCHA, 2001, p. 33) Moutinho considerava que está calamidade foi provocada por ineficiência do poder público que não efetuou em medidas que pudessem melhorar as condições de vida da população. (VOLPATO, 1993, p. 76)

Antes da proclamação da república no Rio de Janeiro, já havia discussões sobre a secularização dos cemitérios. Em 16 de fevereiro de 1879, o deputado geral Joaquim Saldanha Marinho⁸ apresentou um projeto de lei transferindo a administração dos cemitérios públicos para a exclusiva competência das câmaras municipais, sem intervenção de qualquer autoridade eclesiástica. O projeto encontrou defensores como os deputados Joaquim Nabuco, Barros Pimentel e Antônio Siqueira. A defesa baseava nos seguintes pontos: a distinção entre o poder religioso e o eclesiástico, a separação do sagrado e do

⁸ Era maçom e defensor do Estado independente da Igreja Católica. A sua audácia lhe custou caro; foi acusado de herege e adversário da Igreja Católica.

profano, a negação do poder clerical e da pedagogia do medo, convictos que a secularização dos cemitérios era uma questão de cidadania, de jurisdição civil e não religiosa.

Toda a argumentação vinha respaldada por uma nova visão antropológica que compreendia o corpo como matéria, separado da alma humana. Contra o projeto, se levantaram os deputados Antônio Carlos, Bezerra de Menezes, Rodolfo Dantas, Felício dos Santos, Afonso Pena e João José de Monte. Defensores da sepultura eclesiástica, eles argumentavam que o corpo é indissolúvelmente unido à alma, reafirmando a sacralidade do cadáver, das sepulturas e cemitérios. Chamavam atenção ainda para a impossibilidade da realização do projeto pelo seu custo e pela oposição do povo cristão, justificando assim o não cumprimento da lei de 1º de outubro de 1828. Para Cláudia Rodrigues:

Foram estes, pois, os dois grandes lados da disputa pelo controle dos cemitérios e dos mortos nele inumados: os que preconizavam que eles deveriam ser da alçada do poder público e, portanto, civil, e os que acreditavam que deveriam continuar sendo da esfera do poder eclesiástico e sagrado. (RODRIGUES, 2005, p. 286)

A primeira Constituição da República foi publicada através do decreto número 510 do governo provisório, de 1890, e tem como data de promulgação o dia 24 de fevereiro de 1891. A Seção II, Artigo 72, parágrafo 5º instituía: Os cemitérios de caráter secular, com administração da autoridade municipal. A liberdade a todos os cultos religiosos e as suas práticas foram garantidas, desde que não ofendessem a moral pública e as leis.⁹ A liberdade de culto foi garantida de forma irrestrita, os cemitérios de caráter secular foram oficializados por lei, separando desta forma, a Igreja Católica e o Estado.

O Decreto número 789, de 27 de setembro de 1890, finalmente estabeleceu a secularização dos cemitérios no Brasil reforçando os termos da Constituição de 1891. Ficavam proibidos o estabelecimento dos cemitérios particulares e também a distinção de religião. Todos os municípios deveriam possuir cemitérios civis. Até a sua construção, onde estes não existissem, ficavam os sepultamentos liberados, nos cemitérios particulares e ou confessionais, a qualquer culto e as autoridades deveriam evitar qualquer tipo de embaraço por motivo de religião.¹⁰

Em Cuiabá, a Resolução nº 40, de 1º de Janeiro 1901, determinava que “passarão os cemitérios públicos do 1º e 2º districto desta capital para o poder da municipalidade”. Criou-se no mesmo decreto os cargos de zelador, um para cada

⁹ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 24 de fevereiro de 1891.

¹⁰ BRASIL. Decreto nº 789, de 27 de Setembro de 1890. Estabelece a secularização dos cemeterios.

cemitério, com vencimentos mensais de 150\$ e 90\$, respectivamente, e autorizava-se o Intendente a elaborar, sujeitando-o á aprovação do Legislativo, um projeto de regulamento e outro de orçamento para os cemitérios. Para o exercício de 1901, consignava a resolução secularizadora uma verba de 5 contos para o pagamento dos zeladores e manutenção dos cemitérios. A fim de justificar-se semelhante golpe de força contra os direitos eclesiásticos, se alegara, na fundamentação do projeto, o estado de abandono dos cemitérios, e ainda a circunstância de haverem sido os mesmos feitos “á custa dos cofres da nação, sendo que o 1º distrito foi construído pelo Exmo. Snr. General Alexandre Manoel Albino de Carvalho, quando presidente desta então província...” (MESQUITA, 1937, p. 22)

A Igreja Católica não possuía domínio sobre o cemitério do Arraial de Santo Antônio de Campo Grande. Os primeiros moradores criaram um cemitério no centro do povoado logo nos primeiros anos de fixação humana. Em 1886, na visita pastoral do bispo da diocese de Cuiabá Dom Carlos Luiz D’Amour é citado o cemitério. O cemitério estava cercado de madeira e possuía na sua entrada uma cruz grosseiramente talhada, sendo um local desolado e abandonado que o cônego Bento Severiano da Luz não fez muita questão de detalhar o estado em que se encontrava a necrópole. (LEITE, 1979, p. 182)

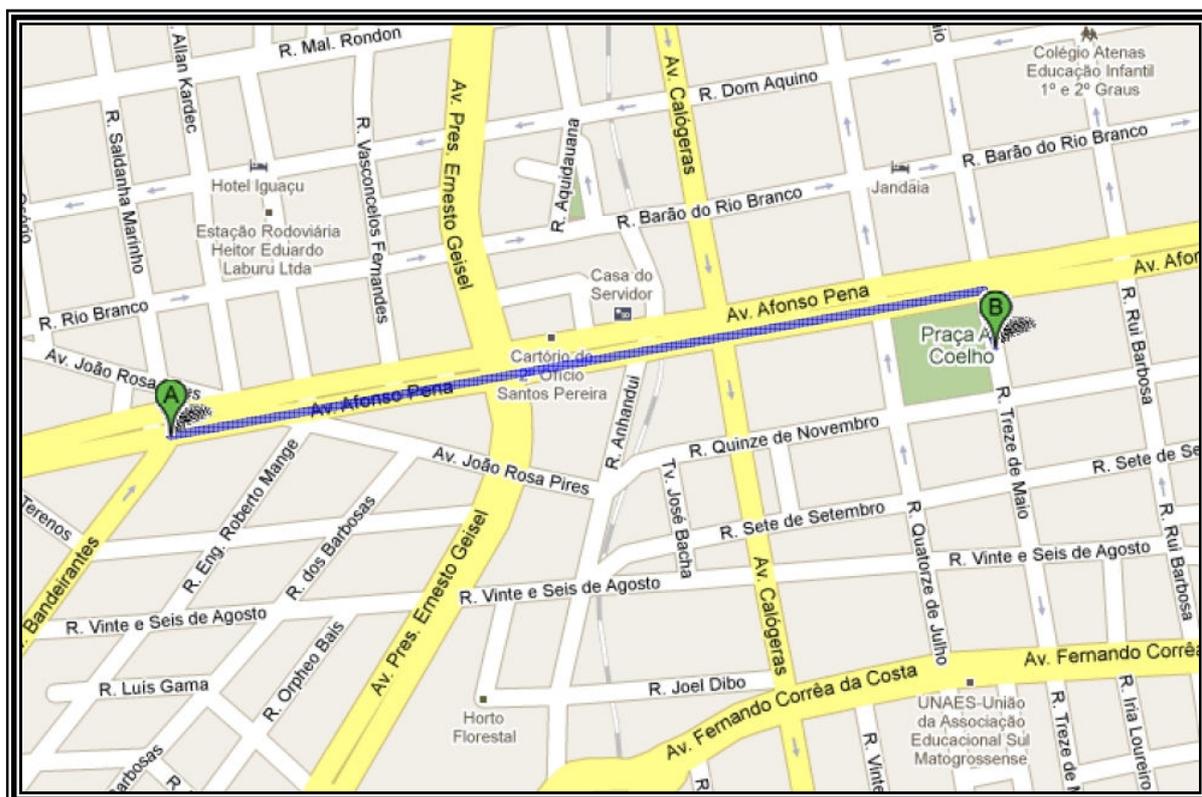
Em Campo Grande, o cronista Paulo Coelho Machado relata que no ano 1887, tendo em vista a expansão da cidade para o norte, uma reunião da comunidade decidiu o destino do velho cemitério que se localizava na região central, atual praça Ary Coelho, criado desde a fundação do povoado. Estava a uma distância máxima de quinhentos metros da antiga Igreja de Santo Antônio, em local baixo e não elevado, muito próximo das casas. Em sua primeira mudança foi erigido em um local mais alto do que o povoado. Supõe-se que a sua entrada, ficava voltada para o norte, por causa da topografia do terreno e por motivo da localização da igreja e do arraial que ficavam abaixo do córrego do Segredo.

A ata transcrita por Machado, do arquivo pessoal do escritor Valério d’Almeida, tratava da necessidade do mais breve possível de transferir o cemitério próximo do povoado para a região dos altos da atual avenida Bandeirantes, onde hoje se localiza o SESI e Casa da Indústria do Estado de Mato Grosso do Sul. (MACHADO, 1990, p. 29; CONGRO, 1919, p. 25) A ata citava que a inauguração deveria ser feita na presença do Reverendíssimo Vigário de Miranda, mostrando aqui a um dos poucos indícios de ligação da comunidade local com a Igreja Católica e também que para ser utilizado o *Campo Santo* sempre deveria receber a benção da igreja. (REIS, 2004, p. 303-306)

O cemitério era de propriedade civil e não municipal, o mesmo só passou a ser administrado pelo poder público a partir do primeiro código de posturas. Mesmo com a

intenção de ser um cemitério melhor que o anterior, não se conseguiu fazer com que este exercesse a função determinada, pois este ainda permaneceu abandonado como o cemitério antigo e nem todos os corpos transladados. Não há nenhum relato da forma que foi efetuada esta mudança.

Figura 1: Mapa da região central de Campo Grande – MS.



Fonte: Google Maps, ano 2010

O mapa ilustra a área em que o cemitério de Campo Grande foi transferido pela primeira vez, em 1887. A praça Ary Coelho, seu primeiro local, está sinalizada na cor verde. O ponto A, onde começa o traçado da linha azul foi o local da primeira transferência do cemitério. O ponto B, final do traçado da linha azul aponta o local em que ele ficava no centro de Campo Grande. O local era bem próximo do centro da cidade e não seguia normas de higiene e desrespeitava as normas eclesiásticas e seculares, sabendo-se que o mesmo não foi instalado conforme as orientações vigentes no período.

Após a proclamação da república, a secularização no sul do antigo Mato Grosso não se limitou a tomada de terrenos da Igreja Católica e de administração de cemitérios. O embate passou também pela mudança do nome de ruas ou mesmo o nome de localidades. Santo Antônio de Campo Grande torna-se, Campo Grande. Santa Cruz de Corumbá passa a

ser Corumbá. Rua Santo Antônio em Campo Grande recebe o nome do Ministro da Guerra Pandiá Calógeras. Apesar de todas as investidas para a laicização de Campo Grande e de sua sociedade, a dinâmica social não converge para os interesses públicos. A praça principal, hoje Ary Coelho, foi o primeiro *Campo Santo* de Campo Grande. Com o novo regime republicano as leis convergiam para que o Estado fosse laico, mas a presença da Igreja Católica e da religiosidade não desapareceu por meio das leis. (GARDIN, 1999, p. 166)

Em 1902, foi criado o município de Campo Grande. A primeira câmara legislativa foi empossada em 1905 e partir daí as normas e as regras de povoamento e de urbanização passaram a serem efetuadas pela chancela do Estado.¹¹ A vila de Campo Grande toma como modelo de urbanidade o município de Corumbá. A exemplo disto a adoção do código de postura, que segundo Oliveira Neto e conforme a Lei Provincial 607¹², de 31 de maio de 1883, o primeiro código de posturas de Campo Grande era uma cópia quase que na totalidade do código de posturas de Corumbá no período o terceiro porto mais movimentado da América Latina. (OLIVEIRA NETO, 2003, p. 44) Aqui se explica a questão levantada por Gardin (1999, p. 58), referente ao Capítulo 4º no artigo 11º que trata da vacinação dos escravos:

Todas as pessoas não vaccinadas deverão são obrigadas a ir a Camara Municipal nos dias que forem por esta designadas, a fim de se vaccinarem, levando para o mesmo fim filhos curatellados e tuttellados, famulos, escravos e em geral, qualquer pessoa que esteja no seu poder ou guarda.
Os infratores serão punidos com 10\$000 reis de multa ou quatro dias de prisão, sendo alem d'isto compellidos a vaccinarem o seu dependente.¹³

Embora transcorridos 17 anos da extinção da escravidão, mas sendo o código de posturas uma cópia do mesmo utilizado pela cidade de Corumbá não é estranho que escravos sejam citados em pleno ano de 1905. A Lei Provincial foi adotada em sua integridade com poucas adequações à realidade local. Por exemplo, onde se lê cidade foi alterado para vila. No trecho que nos interessa, o capítulo 5º, houve uma inversão dos parágrafos 2º e 3º, respectivamente no código de Santa Cruz de Corumbá o 2º proíbe a condução de cadáveres sem esquife ou caixão, o 3º trata do sepultamento com no mínimo de sete palmos e a proibição do sepultamento de mais de um corpo por cova.

¹¹ No Brasil republicano, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro realizam o processo de “modernização” efetuando reformas urbanas para serem reconhecidas como locais “civilizados”. No Rio de Janeiro, Pereira Passos mandou demolir boa parte do centro velho da capital para abrir a avenida Central, com o seu bota-abaixo em 1904. Passos desejava transformar o Rio de Janeiro na Paris dos trópicos e, além de destruir muitos prédios, cobrava da população que as posturas municipais fossem respeitadas. (CARVALHO, 1987, 93-95).

¹² AIMDO, Lei Provincial 607, de 31 de maio de 1883.

¹³ Revista ARCA, Outubro 1995. 1º Código de Posturas da Vila de Campo Grande – Ano 1905.

Como se analisou, em Campo Grande foi redigido um novo parágrafo, o 1º, que colocou sob a jurisdição da câmara e do poder público o cemitério da vila que era da comunidade civil. No código de Corumbá o parágrafo 1º trata da construção de um cemitério para a localidade. O código de Campo Grande não sofreu outras alterações significativas em relação ao de Corumbá, apenas as já citadas.

No Capítulo 5º do Código de posturas de Campo Grande, denominado *Do cemitério e enterramentos*, artigo 14º, no § 1º solicitava que a Câmara efetuasse um regulamento especial para o serviço do Cemitério que deveria ser criado dentro do prazo mais breve possível, seguíam nos parágrafos seguintes algumas observações e disposições. A câmara como responsável do cemitério deveria regulamentar todo o processo inerente ao mesmo.¹⁴

Para evitar que sepultassem mais de um cadáver por cova, o § 2º do capítulo 5º do código de posturas de Campo Grande reforçava a proibição: Todo cadáver deverá ser enterrado de modo que fica pelo menos seis palmos abaixo da superfície da terra não podendo ser enterrado mais de um cadáver em cada cova.¹⁵ Em Campo Grande, não se conseguiu comprovar se isso ocorria, porém em outras regiões do Brasil esta prática era frequente.

Conforme Reis (2004, p. 295), as covas comuns representavam a forma mais primitiva de enterro em cemitérios e já fora praticamente abandonada na Europa pelos idos de 1830, mas permanecia em uso nas igrejas brasileiras e em alguns cemitérios. Esta proibição também tinha o intuito de evitar a contaminação do solo e do ar, uma vez que a cova ficaria mal fechada e propiciaria a proliferação de diversos tipos de insetos e a profanação das sepulturas por animais.

Congro (1919, p. 25), afirma que o fundador de Campo Grande, José Antônio Pereira, fora enterrado em uma cova rasa no *Campo Santo* tomado pela capoeira e lá ficou esquecido. Segundo seu relato, o parágrafo 2º, que regulamentava que os sepultamentos fossem feitos a pelos menos seis palmos abaixo da terra, não era muito considerado pela população.

O código de posturas de Campo Grande afirmava em § 3º, do capítulo 5º, que nenhum cadáver seria conduzido ao cemitério sem ser em esquife ou em caixão fechado.¹⁶ A adoção do esquife e do caixão aqui nos trópicos data dos idos de mil e oitocentos. O

¹⁴ Revista ARCA, Outubro 1995. 1º Código de Posturas da Vila de Campo Grande – Ano 1905.

¹⁵ Revista ARCA, Outubro 1995. 1º Código de Posturas da Vila de Campo Grande – Ano 1905.

¹⁶ Revista ARCA, Outubro 1995. 1º Código de Posturas da Vila de Campo Grande – Ano 1905.

costume era o enterro por meio de mortalhas e em redes como na tradição indígena. (REIS, 1997, p. 133)

Em Recife, o doutor Joaquim Aquino Fonseca advertia contra o uso de caixões de aluguel que atendiam um morto atrás do outro. Membro da comissão de salubridade da Sociedade Médica do Rio de Janeiro, ele alertava que os corpos soltavam líquidos e estes acabavam se impregnando nos forros. Fonseca descreveu ainda casos em que líquidos pingavam dos caixões pelos logradouros públicos durante os cortejos. (REIS, 2004, p. 263)

No Rio de Janeiro era autorizada a condução em redes os mortos portadores de moléstias ou em esquifes, como também permitia o código de posturas de Campo Grande. Para a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, este tipo de cortejo seria um espetáculo de horror, que disseminava doenças e poluía o ar. Assim, a adoção de caixões fechados se fazia urgente. (REIS, 2004, p. 281)

A prática de enterrar pessoas sobre a terra nua também foi condenada no código de posturas de Campo Grande. Como em outras partes do país, as leis de normatização visavam a melhoria da qualidade de vida e a saúde da população. As vilas deveriam se adequar aos modelos de cidades que seriam melhores para o povo. Cidades que possuíssem redes de água, esgoto, cemitério fora dos limites urbanos com regras e normas que evitassem a população fossem atingidas pelos males e moléstias provenientes da podridão dos corpos. As moléstias podiam contaminar o lençol freático, os rios e córregos bem como o ar das cidades. Estas preocupações demonstram que o código de posturas possuía forte influência dos ideais higienistas do século XIX.

Em Campo Grande, as posturas proibiam expressamente o enterro sem caixão e ou esquife. No Brasil oitocentista, o caixão tinha o caráter de distinguir ricos e pobres, em um primeiro momento. (REIS, 2004, p. 149-151) As políticas de higienização e de individualização da morte, como o código de posturas de Campo Grande, de 1905, não faziam apenas parte de normas elitistas, mas objetivavam tornar a cidade mais limpa e salubre para os vivos. Daí surgem a criação dos matadouros municipais, mercados municipais e os cemitérios públicos. O matadouro em Campo Grande data de 12 de setembro de 1910, conforme a resolução 31. O mercado municipal com uma concorrência em 07 de fevereiro de 1922.¹⁷ Estas instituições públicas tinham a função de disciplinar a vida urbana de todas as vilas que quisessem ser consideradas modernas. (ARIÈS, 2003, p. 199-217; REIS, 2004, p. 247-289; OLIVEIRA NETO, 2003, p. 48-49)

¹⁷ ACMCG, Livro de Atas 1922, f. 77.

O § 4º, do capítulo 5º, do código de postura de Campo Grande normatizava a exumação: Nenhuma exumação se fará antes de passado cinco anos depois do enterramento, salvo quando esta for seguida pela autoridade Judicial ou Policial.¹⁸ Como nos parágrafos anteriores verificou-se a forte influência dos sanitaristas na lei. Muitas das doenças no período do final do século XIX eram atribuídas à permissividade em que viviam os vivos e os mortos. Os miasmas no ar eram um temor dos médicos, portanto, as sepulturas só poderiam ser abertas passado o prazo mínimo para que a putrefação dos corpos ocorresse. (REIS, 2004, p. 247-272; ARIÈS, 2003, p. 171-183)

Sobre as covas o § 5º, do capítulo 5º, do código de posturas de Campo Grande decretava que: As covas ou catacumbas em que se fazer a exumação não poderão ficar abertas, por mais de vinte e quatro horas. Com o sepultamento a terra ficava contaminada, após a exumação a sepultura deveria ser fechada evitando que o ar e as pessoas fossem expostas aos miasmas. As práticas comuns de uma população que carregava seus mortos em esquifes abertos, em redes e que os enterrava dentro de suas igrejas, assim acostumados a conviverem no mesmo ambiente sob os seus pés (REIS, 1997, p. 125-126), agora passasse a temer-se uma sepultura vazia. Até mesmo ela poderia transmitir doenças e outros males que prejudicaria a saúde dos vivos.

A pompa dos velórios foi reprimida pelo § 6º, do capítulo 5º, do código de posturas de Campo Grande que afirmava: Ficam expressamente proibidas as dobras de sino, salvo as do rito: Os infratores dos parágrafos 2º e 6º d'este artigo ficam sujeitos a multas de 20\$000 ou seis dias de prisão.¹⁹ No Brasil, a economia da morte celebrava com muitas dobras de sinos, quanto mais rico, mais dobras deveriam ser encomendadas por suas almas. Reis (2004, p. 154; p. 286), nos diz que nos anos de mil e oitocentos, o som do sino, era um símbolo ideal para marcar a morte. Para a Igreja Católica, os dobres visavam fazer que os fiéis se lembrassem da morte, pois assim o povo reprimiria e se absteria do pecado.

A Igreja Católica também sugeria a parcimônia no uso dos sinos, para que o mesmo não virasse sinal de pompa e vaidade e perdesse seu caráter didático. Adotado como inequívoco sinal de ostentação, os sinos dobravam muito além do que a Igreja recomendava. Por esta razão, a lei foi imposta em lugares como em Campo Grande, conforme seu código de posturas. (REIS, 2004, p. 154; p. 120)

A secularização proposta pelo Código de posturas de Campo Grande proibia a dobra de sinos em caso de morte de algum cidadão da vila. Ficando salvo as do rito, como

¹⁸ Revista ARCA, Outubro 1995. 1º Código de Posturas da Vila de Campo Grande – Ano 1905.

¹⁹ Revista ARCA, Outubro 1995. 1º Código de Posturas da Vila de Campo Grande – Ano 1905.

para chamada para as missas, dias de festas e ou em ocasião de morte de autoridades eclesiásticas e ou políticas. O sino deveria ser utilizado também para avisar os moradores em caso de incêndio. Aqui passava do plano da vaidade dos vivos, em celebrar seus mortos, para uma função das dobras de sinos de utilidade pública. No caso de Campo Grande o sino seria utilizado para avisar sobre incêndio na vila. (GARDIN, 1999, p. 59; REIS, 2004, p. 152-155)²⁰

Campo Grande passou por dois momentos distintos. No primeiro momento, a sociedade local tomou como modelo de desenvolvimento a ser seguido Corumbá – até então o porto mais importante do interior do Brasil e a cidade mais comercial e cosmopolita de Mato Grosso. (OLIVEIRA NETO, p. 41-42) No segundo momento, com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil seu olhar se volta também para o Estado de São Paulo, especificamente à sua capital.

Outras aproximações com Corumbá são verificadas, na planta da cidade, em forma de tabuleiro de xadrez, na busca por ruas com calçamentos, com iluminação, passeio público, praças, teatro e hotéis. O arruamento alinhado de Corumbá data o ano de 1859 e foi elaborado por ordem do então presidente da província Joaquim Raymundo de Lamare. A cidade de Santa Cruz de Corumbá era estratégica para a consolidação da fronteira oeste do país. Esta iniciativa de projetar a nova cidade tinha inclusive o apóio do Império do Brasil. (DE LAMARE, 1859, p. 22)

Pelas distâncias geográficas e pela precária comunicação, durante muito tempo foi planejado a ligação por estrada de ferro de Cuiabá com a capital Rio de Janeiro. (VOLPATO, 1993, p. 91) Porém, o sonho se esvaiu e o trajeto da ferrovia passou a ser de Bauru a Porto Esperança, tendo no trajeto dos trilhos a cidade de Campo Grande. A mudança do traçado foi efetuada em 1906. Muitos cuiabanos lamentam, até hoje, o fato da cidade de uma rua só tirar de Cuiabá o *símbolo do progresso* (BORGES, 2005, p. 197; QUEIRÓZ, 2004, p. 42) Cuiabá, assim, não foi beneficiada pelos trilhos e seu principal meio de comunicação com as demais regiões brasileiras e com o exterior continuou a ser por meio da navegação na hidrovia do Rio Paraguai. (VOLPATO, 1993, p. 16)

A chegada da Ferrovia Noroeste do Brasil, em 31 de agosto de 1914 foi no local denominado *Ligação* que se localizava ao leste de Campo Grande. (QUEIRÓZ, 1997, p. 24) A ferrovia tornou-se a mais importante ligação entre Campo Grande e as demais regiões do país. (ARRUDA, 2000, p. 192)²¹ Com a ferrovia, São Paulo tornou-se próxima. Antes

²⁰ Reis relata que na Bahia as dobras de sinos eram exageradas e comuns para o rito mortuário.

²¹ Segundo Arruda os habitantes de Campo Grande evitam que aqui fosse representado como o sertão.

mercadorias e as notícias chegavam em Campo Grande de Cuiabá e de Corumbá. A ligação inverteu os rumos comercial, cultural e político antes do oeste-leste para o sentido leste-oeste, São Paulo passou a ter forte influência junto a população de Campo Grande. Um novo impulso foi dado e a cidade tomaria um novo rumo. (OLIVEIRA NETO, 2003, p. 59-67; BORGES, 2005, p. 341-368)

Para Marisa Bittar (1997, p. 29), neste período surgiu a rivalidade “entre os dois pólos: Cuiabá, a legendária capital, e Campo Grande, que empalmou a causa separatista e se tornou aspirante a capital.” A estrada de ferro foi considerada um dos fatores do progresso de Campo Grande. Sendo assim os vereadores entenderam por bem que a cidade deveria possuir uma rede telefônica na zona urbana e suburbana.²²

As transformações econômicas, sociais e políticas de Campo Grande levaram as discussões acerca da organização do espaço urbano. Apesar de ter sido realizado uma mudança de local, o cemitério continuava próximo ao centro e abandonado pelo poder municipal e pela Igreja Católica. A intenção da sociedade civil e das autoridades era de criar um cemitério melhor que o anterior, porém não se conseguiram fazer que o mesmo exercesse esta função. Por isso, também em 1914, foi aprovada na câmara municipal a transferência do cemitério do local onde hoje está instalado o Sesi para o seu local definitivo na atual avenida Calógeras, anteriormente chamada de rua Santo Antônio.

Segundo o cronista Paulo Coelho Machado, o primeiro a ser enterrado no cemitério foi o senhor Amando de Oliveira, que, por ironia do destino, foi o doador do terreno do cemitério, desmembrado de parte de sua fazenda que era conhecida pelo nome de Bandeira.

²² ACMCG, Livro de Atas 1912, f. 71 e 74.

administração anterior cercou o reduto dos entes queridos. E chamava a câmara a responsabilidade para melhorar as condições do cemitério municipal.²³

A resolução 113, de 10 de novembro de 1916, autoriza para o exercício seguinte a construção do muro solicitado pelo intendente, porém o mesmo não foi efetuado conforme determinava a resolução e a verba do orçamento.²⁴ A chegada dos quartéis do exército trouxe também o positivismo de Comte, muito presente no Exército Brasileiro desde o fim do Império. (CARVALHO, 1990, p. 42; p. 53) E isso também acarretou uma nova visão e função para a necrópole que deveria ser um local para o culto dos grandes homens.

Para abençoar um local que viria a ser um cemitério, a Igreja Católica exigia que este fosse murado. O motivo era separar o mundo dos vivos e dos mortos e também proteger os futuros *Campos Santos* dos animais e de profanações. Em Campo Grande, a Resolução 113 de 10 de novembro de 1916 autorizava, em seu Artigo 1º, no parágrafo 1º que:

Art. 1º - Fica o intendente municipal autorizado:

§ 1º - A mandar murar com alvenaria de tijolos tendo um e meio metros de altura a começar do respaldo, espessura correspondente, e sobre fundação de um metro no mínimo, todo o perímetro do novo cemitério desta, sem prejuízo a outros serviços, de mais necessidade.

Art. 2º - A Intendência poderá despender até a quantia de 20:000\$000, sendo 10:000\$000 para as obras do cemitério e 10:000\$000 para a construção, das referidas Pontes tudo de acordo com as competentes verbas constantes do Orçamento no exercício do ano de 1917.²⁵

Aprovada, esta resolução foi duramente atacada na sessão ordinária da câmara municipal de 13 de dezembro de 1916. O vereador José Marcos da Fonseca discursou sobre a luta para o embelezamento da cidade e questionou com todas as letras “para que muro no cemitério, que está tão retirado, quando as ruas estão clamando contra o completo abandono que estão?” Na sequência, continuou enumerando os problemas da cidade e outras obras que eram necessárias como um coreto e bancos na praça.²⁶

Na sessão do dia 15 de dezembro de 1916, os vereadores discutindo o orçamento do ano seguinte, decidiram que a verba para a construção de muros no cemitério público fosse suprimida, através do parágrafo 4º, fazendo assim que a resolução número 113 fosse anulada.²⁷ Já na sessão do dia 16 de dezembro de 1916, o parágrafo 4º foi alterado e sua nova redação autorizava a construção de uma capela, o arruamento e outros reparos

²³ ACMCG, Livro de Atas 1916-1920, f. 6 v.

²⁴ ACMCG, Resolução nº 113 de 10 de novembro de 1916.

²⁵ ACMCG, Resolução 113 de 10 de novembro de 1916.

²⁶ ACMCG, Livro de Atas 1916-1920, p. 37 v.

²⁷ ACMCG, Livro de Atas 1916-1920, p. 43 v.

necessários no cemitério público. A verba destinada seria um décimo do valor da resolução, passando a ser de 2:000\$000.

Mesmo, que não seja um impedimento intransponível, o muro assume a representação da divisão e de fronteira entre o mundo dos vivos e dos mortos. As novas cidades deveriam impedir que os mortos tivessem o contato direto com os vivos. A necrópole não deveria fazer mais parte da pólis. Reis (2004, p. 260), descreve que os médicos acreditavam que as cidades modernas deveriam ter cemitérios sem casas nas suas imediações. Seus muros deveriam ter de oito a dez pés de altura, esses evitariam o que ocorria em Minas Gerais, onde um cemitério aberto facilitava a entrada de porcos e outros animais, que devoravam alguns cadáveres, “resultando disso maior infecção do ar do que o antigo costume continuasse”, enterro dentro das igrejas, segundo denunciava o Doutor Jacinto Pereira Reis. A arborização das necrópoles também era algo que não deveria faltar, essas purificariam o ambiente contra os miasmas.

Os cemitérios modernos passam a ser um local rigorosamente definido, delimitado com cercas, grades, muros, muralhas, portões e fossos. Seu interior, também passou a ser repartido em pedaços cada vez menores – que tinham a função de vigiar e romper comunicações perigosas entre vivos e mortos – o espaço da necrópole não deveria mais estar ao alcance dos vivos, e estes também deveriam evitá-los.

O advogado, escritor e jornalista Rosário do Congro (1919, p. 47-48), intendente de Campo Grande em 1919, relata que dez anos após sua emancipação política Campo Grande contava com 196 fogos e uma população de 1.200 almas. Já possuía 550 prédios, e uma população urbana de 5.000 habitantes, a suburbana somava-se mais 4.000 habitantes e segundo seus dados totalizando no final em torno de 40.000 habitantes, um crescimento considerável para um decênio. Dentre estes já constavam muitos dos imigrantes entre eles sírios, italianos e portugueses. A chegada dos japoneses está ligada a construção da ferrovia Noroeste do Brasil, os mesmos trabalharam na sua construção e se estabeleceram na cidade. A ferrovia é uma importante mola propulsora para o aumento da população e crescimento econômico de Campo Grande.

Entre as preocupações de Rosário do Congro, em 1919, intendente de Campo Grande, incluía-se o cemitério. Em Campo Grande, o povo não possuía uma postura correta diante dos antepassados. Em suas palavras Congro relata:

Sem preocupações filosóficas e nem pensando na ‘conveniência’ que possam os mortos ficarem longe ou perto dos vivos, sou, no entanto, dos que pensam que a cultura moral de um povo mede-se pelo respeito da memória dos que se foram desta vida e reflete-se, por certo, nas necrópoles. Nas cidades bem organizadas

elas prendem, e muito, a atenção dos poderes públicos, são continuamente visitadas, não são relegadas, como coisa perigosa e desprezível, para o seio das capoeiras, onde a voracidade dos tatus encontra pasto, e não encerram somente a verdade eterna do nada, mas também verdadeiros monumentos de arte, que constituem a admiração de todos. A mansão de nossos mortos está mal situada: parece que houve mesmo o propósito de escondê-la dos olhos dos vivos, quando ela nos poderia lembrar a fragilidade dos destinos humanos, o que está longe de ser pernicioso. (CONGRO, 1919, p. 08)

Rosário do Congro escreve abertamente sobre a realidade do cemitério de Campo Grande local onde não se havia respeito e nem culto à memória dos antepassados. Declara também que para ser uma cidade organizada o asseio na necrópole era primordial. Os animais claramente aproveitavam deste depósito de cadáveres para se alimentarem. Para ele, o cemitério deveria ter o caráter educativo de lembrar os vivos de seu destino e de ser um local para a beleza e as artes.

O primeiro cemitério de Campo Grande não possuía o caráter filosófico e *civilizatório* que foi o padrão do final do século XIX e início do século XX. Para as autoridades e a população em geral, era somente um local para depositar os mortos. Os sepultamentos ocorriam de forma aleatória em uma área abandonada. Conforme a cidade avançava sobre este o mesmo era transferido para outro lugar. O que importava era o sentido de *urbes*, organizada, limpa e condizente com padrões *civilizatórios*.

O regime republicano combatia o que acreditava ser o atraso da monarquia, entre estes a Igreja Católica, seus cemitérios e os seus ritos. Este fenômeno também foi verificado por Cymbalista nas cidades do interior paulista. As cidades dos vivos avançaram sobre a cidade dos mortos. Seus espaços foram expropriados e os mortos excluídos do convívio dos vivos. O crescimento das cidades era o termômetro para a localização do cemitério. Este, cada vez mais era afastado da área urbana. (CYMBALISTA, 2002, p. 61; ARIÈS, 2003, p. 207)

Nos relatos de viajantes nacionais e estrangeiros, o Mato Grosso seria a terra da barbárie. Um local abandonado por Deus. Cuiabá tinha o estigma de cidade velha e abandonada. (GALETTI, 2000, p. 273) A mesma não condizia com os ideais republicanos que se dissipavam pelos ares. Cuiabá uma senhora de duzentos anos não possuía o mesmo vigor que Campo Grande de fundação mais recente. Corumbá apesar de ser quase tão antiga quanto Cuiabá levava a vantagem de ser cosmopolita de receber influências diretas do Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevideú. Cuiabá sendo a capital da capitania e, posteriormente, do Estado de Mato Grosso além de ser de mais antiga fundação era o centro do poder. A capital é considerada a cabeça o local onde as decisões são tomadas.

Após duzentos anos de fundação e em um período novo para o país em que os modelos de cidades salubres estavam surgindo por todos os lugares, Cuiabá, para os mato-grossenses da região sul não representava o modelo de capital ou de exemplo a ser seguido. As cidades do antigo sul de Mato Grosso nasciam com ruas largas, traçado simétrico, esgoto, água encanada e ansiavam pelas melhorias de salubridade. Cuiabá bicentenária trazia no seu corpo casario colonial decadente, ruas estreitas e irregulares, um governo antiquado, sem a ferrovia e para alguns definida como *burgo podre*. (GALETTI, 2000, p. 310; DUROURE, 1977, p. 38) Na festa do bicentenário de Mato Grosso alguns cuiabanos temiam que ocorresse com Cuiabá o mesmo que ocorreu com Vila Bela da Santíssima Trindade²⁸, uma nova transferência de capital, algo pernicioso para a mãe de todas as cidades mato-grossenses.

A receita da câmara de Campo Grande para o ano de 1919 foi num total de Rs 200:000\$000 conforme a lei orçamentária. As receitas do cemitério municipal foram no valor de 760\$000, segundo o § 14 da lei orçamentária. As despesas com sepultamento representavam 0,38% do total da receita municipal. Tendo em vista a precariedade do *Campo Santo*, relatada por Rosário do Congro, era um bom valor de receita.

Neste ano, o município gastou 5:000\$000 para a exposição do bicentenário do Estado de Mato Grosso em Cuiabá, conforme o § 20 da mesma lei. (CONGRO, 1919, p. 111) Na exposição do bicentenário ocorreu uma defesa de Cuiabá contra as possibilidades de transferência da capital do Estado de Mato Grosso para Corumbá ou Campo Grande. Estas duas cidades eram vistas como mais desenvolvidas em relação a decadente e atrasada Cuiabá, no período. (GALETTI, 2000, p. 310) Para Galleti, “o momento mais marcante do processo de constituição de uma identidade coletiva em Mato Grosso pode ser localizado entre os anos 1918-1922”. Esclarecendo que entre 1918-1919 ocorreu a comemoração do bicentenário de Cuiabá e, em 1922, os cem anos da Independência do Brasil. Ocorreram “inúmeras manifestações culturais que se distinguem pela exaltação à terra e ao homem mato-grossenses, nas quais, de forma mais ou menos explícita, estava presente o desejo de ‘livrá-los’ do estigma de barbárie”. (GALETTI, 2000, p. 273) O cuiabano e o mato-grossense eram herdeiros dos bandeirantes, sendo São Paulo a *locomotiva* do país Mato Grosso também teria todas as qualidades para se desenvolver.

²⁸ Cuiabá foi elevada à condição de cidade em 17 de setembro de 1818, tornando-se a capital da então província de Mato Grosso em 28 de agosto de 1835. A capital foi transferida de Vila Bela da Santíssima Trindade.

A ferrovia, o arruamento das ruas e a chegada dos quartéis do exército transformaram a cidade e, em 27 de abril de 1921, foi votada e promulgada a Resolução nº 43, que deveria ser o novo código de posturas de Campo Grande. O mesmo não abolia o código anterior de 1905, mas alterava-o com novos artigos e capítulos mais condizentes com a cidade de Campo Grande. O código de 1921 possuía 578 artigos. Foi muito completo em relação as questões sobre a normatização da morte. Por exemplo, no seu título X capítulo I, que trata dos costumes públicos e medidas de segurança em seu § 6º, proibia-se “cantar ou rezar em altas vozes por ocasião de guardar cadáveres”. Possivelmente o costume de efetuar lamentações durante os velórios eram verificadas na década de 1920. A sua proibição era para não perturbar a ordem pública.²⁹

O intendente Arlindo de Andrade Gomes em seu relatório para a Câmara municipal, no ano de 1921, relata que a receita orçada para o cemitério seria de 750\$000, e foi valor arrecadado de 1:690\$000 um valor 225% acima da receita orçada num primeiro momento. Não se tem como delimitar que tipos de serviços foram efetuados, mas a cada ano com o crescimento da população as despesas com os enterramentos aumentavam. (GOMES, 1922, p. 06)

No mesmo relatório é citada a despesa extra efetuada com a aquisição de terreno para instalação dos quartéis do Exército. As despesas foram assim discriminadas: 5:633\$000 com alugueis de automóveis para recepção do Ministro da Guerra; 1:000\$000 para a compra de terrenos para a construção dos quartéis. (GOMES, 1922, p. 08)

Na administração de Arlindo de Andrade Gomes foram iniciadas e terminadas as obras dos quartéis do exército. Para ele, os prédios militares eram necessários para o desenvolvimento de Campo Grande. (PEREIRA, 1930, p. 53) Em Campo Grande, as obras militares constaram com um quartel para o primeiro regimento de artilharia mista, um quartel para o décimo oitavo regimento do Batalhão de caçadores, um hospital militar e um quartel general, com serviço de esgoto, fossas assépticas, luz, captação de água, barragem, linha adutora, reservatório, baias, estrumeira, picadeiro, oficinas, lavanderia, cozinha a vapor e os paióis de pólvora. (PEREIRA, 1930, p. 15) Para o período, foi considerada uma grande obra no Estado de Mato Grosso. (PEREIRA, 1930, p. 91)

A sede da circunscrição militar do sul de Mato Grosso localizava-se em Corumbá com a sua transferência para Campo Grande ocorreu um impulso no processo de urbanização da cidade. Mesmo antes da construção da ferrovia, em 1909, a cidade recebeu intervenção da engenharia do Exército, que demarcou a planta da cidade e foi realizado um

²⁹ ACMCG, Resolução nº 43 de 27 de abril de 1921.

novo arruamento e novo ordenamento. O desenho urbano teve características modernas, com ruas largas e avenidas dispostas em forma de xadrez. A linha férrea e os quartéis foram as referências para a estruturação da cidade. (CABRAL, 1999, p. 32)

Também em 1921, outro aspecto que nos interessa neste levantamento de melhorias da cidade refere-se ao prédio da cadeia que fora construído em 1913 e segundo Arlindo Gomes era:

Baixa, coberta de zinco, sem luz, a cair, é um foco de imundície que precisa ser demolido. É certo que, no governo Costa Marques, foi aberta concorrência para a construção deste edifício público, sem resultado. De então para cá, a imprensa local, os juízes e promotores têm escrito relatórios a respeito, exigindo um edifício novo sem resultados práticos. A criminalidade crescente e a ordem pública impõem a existência duma cadeia moderna, que poderia servir como penitenciária para as comarcas do Sul. O terreno onde está o atual pardieiro, será demarcado e reservado para o Estado, em toda a extensão da Rua 26 de Agosto à margem do córrego Prosa. (GOMES, 1922, p. 11)

Arlindo de Andrade Gomes acreditava que uma cadeia digna de uma localidade que crescia rapidamente poderia colaborar para diminuir a criminalidade existente. Queria também que Campo Grande tornar-se uma centralizadora da justiça no antigo Sul de Mato Grosso. Para Foucault, as prisões possuem a função de adequar e enquadrar aqueles que não são bem vindos na sociedade. No discurso higienista, desde o século XIX, o asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção, o estabelecimento de educação vigiada, os hospitais, cemitérios e outros instrumentos de controle individual dividiam a sociedade de forma binária: morto-vivo; normal-anormal; louco-normal e perigoso-inofensivo.³⁰ (FOUCAULT, 2009, p. 189)

Em 1919, cogitou-se fechar o cemitério público instalado já no seu local definitivo e reabrir o antigo na região da avenida Bandeirantes. Segundo Gomes (1922, p. 12), nada havia sido escrito sobre o primeiro cemitério, que se localizava no chamado Jardim, atual praça Ary Coelho, apenas haviam referências que foi mudado para a margem direita do Córrego Segredo. Devido ao crescimento da cidade, posteriormente foi transferindo para o alto do Bandeira, no fim da avenida Calógeras, no ano de 1913-1914.

Para o autor, a questão não era mudar de localização, mas sim de organizar reestruturar o cemitério. Refere-se Gomes:

Temos um local determinado para cemitério, sem nenhum beneficiamento, nem cerca ao menos.

³⁰ Este pensamento que possui forte representação no inconsciente coletivo. Mesmo evocando liberdades, sempre buscamos autocontroles e autopunições para não nos sentirmos diferentes do que a sociedade considera normal e aceitável. Estes controles, como os cemitérios e as cadeias, são símbolos das sociedades que se consideram *civilizadas*.

Os enterramentos são feitos sem ordem. Determinei à seção de engenharia a organização da planta, que já está aprovada, em estilo moderno. O muramento do terreno é urgente, sendo este serviço o primeiro a iniciar. O portão já está encomendado.

Construído um ossuário, vou determinar a exumação dos restos existentes no cemitério velho, tendo combinado com várias famílias o modo de execução deste serviço.

O terreno do cemitério velho será incorporado à cidade no bairro Amambaí. O Código de Posturas regula o assunto com minuciosidade.

Passando a administração do cemitério a pessoa mais prática, por este ano, tomará, aquele bem, aspecto mais digno do nosso tempo. Até agora o que temos é cousa lastimável.

Foram sepultados este ano 147 pessoas. (GOMES, 1922, p. 11)

O relato acima deixa evidente como a morte era tratada em Campo Grande nos anos de 1920. O descaso na necrópole era de longa data. O cemitério estava abandonado e sem cerca ou muros, isto contrariava as leis da República e as leis eclesiásticas que condenavam expressamente a falta de cuidado com os mortos. O não muramento deixava o *Campo Santo* acessível para todo o tipo de profanação e de investidas de animais selvagens e domésticos. Sepulturas reviradas por animais eram comuns nos cemitérios do Brasil. Isto era inadmissível para a Igreja Católica e para a piedade cristã. Já os médicos sanitaristas também temiam a proliferação de epidemias. (ARIÈS, 2003, p. 44; REIS, 2004, p. 247-289)

Entre as intenções de Gomes verificou-se a de organizar o cemitério, dando-lhe a verdadeira função de necrópole. Gomes elaborou um planta em *estilo moderno*, sugeriu o muramento do terreno e já havia encomendado um portão. A contratação de uma pessoa para administrá-lo seria prioritária esta medida era para o sepultamento com ordem e organização e para que o mesmo tomasse ares de civilidade. O crescimento da cidade também está claro na menção de incorporar o cemitério do bairro Amambaí à área urbana da cidade.³¹

Os corpos só seriam transferidos após a construção de um ossuário. Portanto, com toda a precariedade que se encontravam os dois cemitérios o antigo e o novo, há fortes indicações de que nem todos os corpos foram transferidos para o local definitivo do cemitério público. Sem contar que somente os mortos que possuíssem famílias em Campo Grande, conforme descreve Gomes, teriam optado pela transferência de seus entes queridos para o local determinado para o cemitério.

Arlindo de Andrade Gomes possuía uma visão de urbanização ligada aos ideais positivistas e republicanos. Seu relato sobre o crescimento e a modernidade que tomava conta de Campo Grande está de acordo com o que pregavam os médicos sanitaristas e os primeiros urbanistas do Brasil. Reis (2004, p. 248-272), destaca a importância da medicina

³¹ Local onde hoje está construído um edifício que é a sede da Casa da Indústria de Mato Grosso do Sul.

e do médico para a sociedade brasileira. O mesmo é alçado a herói nacional, homem das luzes, aquele que vem livrar o povo das doenças e dos males que acometem a vida. Para os médicos deveriam ser combatidos os seguintes maus hábitos: a disposição de lixos nas ruas, a falta de escoamento das águas usadas, o alinhamento desordenado das ruas, a arquitetura inadequada dos prédios, os hábitos alimentares extravagantes, a falta de exercícios físicos e a higiene pessoal. (CHALOUB, 1996, p. 32)

Para conquistar a excelência na saúde pública deveriam ser reorganizadas as instituições básicas como prisões, hospitais, escolas, e os cemitérios, todas vistas como causadoras de doenças físicas e morais. Uma revolução cultural deveria ser implementada em todo o país. Em Campo Grande as determinações e o modelo de urbanização traziam em si uma busca para a cura dos males da vida em sociedade. (GARDIN, 1999, p. 60)

Em 1921, a câmara de Campo Grande autorizou o poder executivo efetuar um empréstimo no valor de trezentos contos de réis para efetuar melhorias na cidade, entre estas o calçamento das ruas, construção de pontes e melhorias no cemitério que não foram especificadas na ata.³²

No seu relato Gomes (1922, p. 21), elogia o fato de em sua gestão a planta cadastral foi terminada. Isto se fazia necessário tendo em vista que os lotes não respeitavam os caminhos e a serviço de água, que era efetuada através da distribuição por canos que passavam de casa em casa. Sem os respeito destes caminhos e dos canos de água alguns moradores não conseguiam se beneficiar dos serviços e assim causando grande reclamação da população. Continuando a tratar da planta da cidade Gomes (1922, p. 23), elogia a planta de 1909, do engenheiro Dr. Temístocles Brasil a quem considerava “bom amigo de Campo Grande”. Citou que a partir dela mudanças foram efetuadas e essas estavam diretamente ligadas a dois fatos antes já citados a chegada da Ferrovia e a construção dos Quartéis.

A passagem Ferrovia da Noroeste do Brasil ocorreram modificações na antiga rua Santo Antônio, atual Calógeras; a terminação da rua Maracaju na avenida Calógeras e da rua Anhanduí até a praça da Concórdia, que foi posteriormente loteada com prejuízo da cidade, na ganância de vender lotes, fim único de muitas administrações. Na avenida Mato Grosso, por sugestão do senhor Júlio Anffé houve a divisão de uma área suburbana em lotes para construção. A mudança dos quartéis determinou profunda modificação aumentando a zona urbana de Campo Grande. Houve o prolongamento das ruas Antônio Maria Coelho, Cândido Mariano, Dom Aquino, Avenida Afonso Pena e 26 de Agosto e na

³² ACMCG, Livro de Atas 1921, p. 37 v.

transformação da entrada do Candia numa nova avenida. Os terrenos adquiridos da sobra dos terrenos quartéis tiveram uma planta moderna, como se praticava nas grandes cidades do Brasil. Todo este desenvolvimento, segundo Gomes, é atribuído à pecuária. (GOMES, 1920, p. 24)

Na maioria das vezes, o arruamento da necrópole cabia ao arruador da cidade. Ele que deveria definir as delimitações. Os novos cemitérios possuíam uma semelhança com as cidades: ruas e quadras organizadas. (CYMBALISTA, 2002, p. 62) Não é possível afirmar se a obra do novo cemitério de Campo Grande esteve sob as ordens do engenheiro municipal. Nos arquivos pesquisados, não foi encontrada a planta do cemitério citada por Gomes.

O intendente Arlindo de Andrade Gomes, em 1922, escreve que os enterramentos em Campo Grande eram feitos sem ordem, num local sem cerca e sem cuidados. Determinou à seção de engenharia a organização da planta, que estava aprovada, segundo ele em estilo moderno. O muramento do terreno seria urgente, sendo este serviço seria o primeiro a iniciar. O portão já estava encomendado. Portanto, a documentação indica que o cemitério de Campo Grande não estava de acordo com as leis civis. (GOMES, 1922, p. 12) Sem estar cercado e sem cuidados, devia ser um local propício para todo o tipo de profanação. Como as fazendas eram muito distantes, muitos mortos foram sepultados em seus cemitérios particulares.

Somente na ata da sessão ordinária da Câmara municipal de Campo Grande, no dia 06 de novembro de 1924, o então Intendente, o engenheiro Arnaldo Estevão de Figueiredo através de um ofício à câmara municipal solicitava autorização para que a comissão de obras analisasse a proposta de construção e fechamento do muro do cemitério municipal. A obra do muro não fora colocada na proposta de concorrência pública vencida pelo senhor José Gomes e Irmãos. Assim, com o ofício ia anexa a proposta para efetuar a obra e a solicitação da aprovação da câmara municipal. Ainda o Intendente explicava que a construção do muro perimetral do cemitério municipal e demais obras que foram acrescentadas as propostas originais, o Intendente também afirmava que não foi esquecido o plano geral de locação dos túmulos inspirado no código de posturas do ano de 1921 e também de acordo com a legislação da seção de engenharia que projetou todos os serviços internos de distribuição dos túmulos do cemitério. Ainda enviava para a seção de obras a planta interna do cemitério para aprovação da comissão de obras da câmara.³³ Infelizmente não se localizou a planta original do empreendimento.

³³ ACMCG, Livro de Ata anos 1922-1926, f. 51-52.

O cemitério ainda era tão precário que no orçamento, do ano de 1925, os vereadores aprovaram uma verba no valor de até Rs 13:750\$000 contos de réis, mas a verba não foi aprovada para a construção do muro da necrópole o texto dizia que era para a *construção* do cemitério municipal e para a sua regularização.³⁴ Passados mais de cinquenta anos da fundação de Campo Grande ainda não havia um cemitério que seguisse as normas da legislação municipal e da Igreja Católica. Os mortos eram habitantes indesejados e pouco ou nada se faziam em seu favor. Somente quando um engenheiro assume a intendência é que resolvesse o problema para adequar-se a cidade dos mortos aos padrões das cidades republicanas.

Com a desativação do cemitério a área em que ficava anteriormente no bairro Amambaí, em 1927, o padre salesiano João Crippa, solicitou através de um ofício a câmara municipal que o terreno fosse destinado à construção de uma capela.³⁵ O pedido foi indeferido e o local não foi ocupado pelos padres salesianos. A intendência tinha outros interesses para aquela região que estava próxima dos quartéis e por isso era estratégica para a cidade.

Desde o ano de 1927, começaram as discussões para que fosse efetuado o calçamento das ruas da cidade. A construtora Firmo Dutra & Cia Ltda, em 1928, foi contratada para efetuar o primeiro calçamento das ruas de Campo Grande. O serviço seria efetuado em macadame asfáltico betuminoso.³⁶ Normalmente as cidades eram primeiramente calçadas por pedras ou por paralelepípedos, mas em Campo Grande o seu primeiro calçamento já trazia um diferencial, suas ruas foram asfaltadas com o macadame que era uma tecnologia de ponta para o período.

Em 1929, no relatório do intendente Manuel Joaquim de Moraes as receitas orçadas com sepultamentos foram de 1:900\$000, e arrecadou o valor de 580\$000 ocorreu uma redução da arrecadação 327% menor do que o esperado. (GOMES, 1920, p. 24) No mesmo ano foram expedidos pela secretária da Câmara doze títulos definitivos e particulares no cemitério municipal. (MORAIS, 1929, p. 35)

Conforme recomendava Arlindo de Andrade Gomes, no relatório de Moraes, verificou-se as seguintes condições no cemitério municipal:

A verba orçamentária destinada à conservação do cemitério continua sendo insuficiente para a manutenção de pessoal indispensável às suas necessidades.

³⁴ ACMCG, Livro de Atas anos 1922-1926, f. 58 v. a 60. Resolução nº 107 de 18 de novembro de 1924.

³⁵ ACMCG, Livro de Atas anos 1926-1928, f. 12.

³⁶ ACMCG, Resolução nº 181 de 19 de setembro de 1928.

Como ocorreu em 1927, tive de manter ali, custeados pela verba *Obras Públicas*, diversos trabalhadores, empregados na abertura de covas e limpeza do campo-santo.

Há ainda um problema de certa importância a resolver-se.

Refiro-me à falta de água existente, o que impede que até o zelador resida na casa que lhe foi destinada. (MORAIS, 1929, p. 37)

Por alguns anos, o cemitério continuou sendo um problema para a administração pública. Quando havia verba, sempre se questionava sua aplicação e necessidade. Os mortos continuavam sendo tratados como inimigos de uma sociedade, que buscava a melhoria da vida dos vivos.

Em 1930, a rua 14 de julho, passou a denominar-se, a partir da ponte do córrego Prosa como Aníbal de Toledo. A câmara a autorizou o prefeito a efetuar o prolongamento da rua até o cemitério municipal. Até este período, a única forma de chegar ao cemitério era pela avenida Calógeras, e a partir de então as duas das principais vias da cidade passariam a encontrar-se com os muros da necrópole.³⁷

Entre os anos de 1930 a 1937, os Estados brasileiros passaram a ser governados pelos Interventores. O Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, que instituiu o Governo Provisório, confirmou a dissolução do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas dos Estados e das Câmaras Municipais. Em Mato Grosso, os interventores nomeados por Getúlio Vargas foram: de 30/10/1930 a 03/11/1930 o interventor Major Sebastião Rabelo Leite; de 03/11/1930 a 23/04/1931 o interventor Antônio Mena Gonçalves; de 24/04/1931 a 15/06/1932 o interventor Artur Antunes Maciel; de 15/06/1932 a 12/10/1934 o interventor Leônidas Anthero de Mattos; de 12/10/1934 a 08/03/1935 o interventor César de Mesquita Serva; de 08/03/1935 a 28/08/1935 o interventor Fenelon Müller, irmão de Filinto Müller, chefe da polícia de Vargas até 1942; de 28/08/1935 a 07/09/1935 o interventor General Newton Deschamps Cavalcanti; de 07/09/1935 a 08/03/1937 o interventor Mário Correia da Costa; de 09/03/1937 a 12/09/1937 o interventor General Manuel Ary da Silva Pires.

As cidades também tinham seus prefeitos nomeados, porém esta tarefa caberia ao interventor. Em Campo Grande o primeiro prefeito nomeado em 25 de outubro de 1930 foi Mário Peixoto da Cunha e o último nomeado deste período Juvenal Vieira de Almeida que governou de 15/03/1937 a 27/03/1937.

Com a extinção da câmara municipal foi instituído o conselho consultivo, no período de 1934-1936, sendo nomeados para este conselho os cidadãos Manoel Joaquim de

³⁷ ACMCG, Livro de Atas anos 1928-1930, f. 13 v.

Moraes e André Pace.³⁸ Conforme o Decreto nº 20.348 de 29 de Agosto de 1931, no seu Artigo 1º ficava instituído, nos termos decreto, um Conselho Consultivo em cada Estado e no Distrito Federal. No § 1º Todos os dispositivos do decreto referentes aos Conselhos Consultivos dos Estados se aplicam também ao Distrito Federal. No seu § 2º, seriam instituídos, em todos ou em alguns Municípios de cada Estado, Conselhos Consultivos de acordo com as disposições do artigo 3º. E também no artigo 3º, dizia que os Conselhos Consultivos Municipais compor-se-iam de três ou mais membros nomeados pelo Interventor sendo que de um ou os três conselheiros deveriam ser os maiores contribuintes do município. O § 2º dizia que o Conselho Consultivo seria criado nos municípios que o comportarem, a critério do interventor federal. No caso de Campo Grande foi uma medida necessária para o controle político local, tendo em vista que a cidade se rebelara contra Vargas, em 1932. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, o então sul do antigo Mato Grosso se aliou ao Estado de São Paulo exigindo mudanças no governo central.

Referente a legislação sobre cemitérios, no ano de 1936, é publicado no estado de Mato Grosso o decreto nº 47, de 10 de outubro de 1936, que regulava o funcionamento dos cemitérios de todo o estado. O mesmo foi composto de dois capítulos e de trinta e oito artigos que regulava todas as questões referentes aos cemitérios. O capítulo 2º referia-se ao funcionamento dos cemitérios. No artigo 5º reforça o caráter secular dos cemitérios e permitia a liberdade de cultos religiosos, desde de que não ofendessem à moral pública e as leis. No artigo 6º reforçava a necessidade de murar os cemitérios ou utilizar-se de grades. No artigo 10º somente a Prefeitura municipal e a Diretoria da saúde pública podiam autorizar a construção de capelas particulares nos cemitérios. O artigo 13º enumerava as condições para a construção dos novos cemitérios em Mato Grosso. Os mesmos deviam ser construídos em pontos elevados, a área deveria ser no mínimo seis vezes maior que a necessidade de enterramento que se efetuassem durante um ano. O artigo 14º intimava que os cemitérios particulares teriam o prazo de um ano para serem fechados. No artigo 17º seriam penalizados os proprietários de cemitérios particulares e seriam imputados perante a lei se neles continuassem a ocorrerem sepultamentos. O artigo 19º proibia o sepultamento à beira das estradas nas chamadas *Santas cruzes* e nos *Campos de enterramentos*. O artigo 20º determinava que os chamados *Campos de enterramentos* fossem destruídos. O artigo

³⁸ Decreto nº 20.348 de 29 de Agosto de 1931. Institue conselhos consultivos nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios e estabelece normas, sobre a administração local. ACMCG, Livro do Conselho Consultivo de 1934-1936.

25º proibia a inumação em igrejas, conventos, capelas e nas suas adjacências o cadáver só poderia permanecer nestes locais até serem efetuados os ritos do culto.³⁹

Apesar de estudar-se a cidade Campo Grande, verificou-se que em todo o Estado de Mato Grosso, ainda em 1936, eram efetuadas algumas práticas que já deveriam ter sido banidas do cotidiano. Os cemitérios de Mato Grosso continuavam sem muros, mal localizados e persistia a existência de muitos cemitérios particulares, fossem os de irmandades ou os das fazendas. Os sepultamentos nas igrejas ainda eram tolerados. E também os sepultamentos nas beiras das estradas. E em Campo Grande, havia os *campos de enterramentos*, que deveriam ser extirpados de vez das áreas urbanas.

O *campo de enterramento*, referido, deu origem ao futuro cemitério de São Sebastião na saída de Cuiabá, também conhecido como cemitério do Cruzeiro. Antes de pertencer à administração pública, esse local, era o que a lei chamava de um *campo de enterramento*, efetuavam sepultamentos sem controle e sem as mínimas condições de salubridades. Não possuía muros ou qualquer tipo de arruamento. (BUAINAIN, 2006, p. 83)

Entre os anos de 1937 ao ano de 1945 foi implantado no Brasil do Estado Novo de Vargas. Onde, com a promulgação da Constituição de 1934, acreditava-se que tempos melhores viriam para o Poder Legislativo e para as Câmaras Municipais. Porém, Getúlio Vargas em 1937, outorga em 11 de novembro, a Carta do Estado Novo. A *Polaca*, como ficou conhecida a Constituição de 1937, dissolveu mais uma vez as Câmaras Municipais brasileiras. Em Campo Grande o livro de atas do ano de 1937, a ata do dia 13 de novembro encerrava as atividades da Câmara Municipal.⁴⁰

Por motivo do regime de exceção não se encontraram documentos sobre o período, o conselho consultivo quase não os produziu e só voltou-se a encontrar documentação da câmara sobre o cemitério a partir de 1952. Na Ata nº 293, de 07 de março de 1952, o vereador Ariano Serra solicitava que a câmara autorizasse o prefeito a construir dois banheiros nos cemitério público e também instalar uma linha telefônica, tendo em vista a distância do mesmo do centro da cidade.⁴¹

Também no ano de 1952 um projeto do vereador Guliver Leão autoriza o prefeito municipal adquirir os terrenos adjacentes ao cemitério municipal para a ampliação do mesmo. A verba para que fosse efetuada a lei seria de Cr\$ 100.000,00 e deveria constar nas previsões do orçamento do ano de 1953.⁴²

³⁹ MATO GROSSO. Decreto nº 47, de 10 de outubro de 1936. Que regula o funcionamento dos cemitérios.

⁴⁰ ACMCG, Livro de Atas 1937, p. 61 v.

⁴¹ ACMCG, Livro de Atas anos 1951-1952. Ata nº 293, f. 86 v.

⁴² ACMCG, Livro de Atas anos 1951-1952. Ata nº 340, f. 179 v.

No ano de 1954, o vereador Jorge Rahe requereu junto a mesa diretora da câmara municipal para que o prefeito suspende-se a derrubada das árvores que ornavam as avenidas do cemitério municipal.⁴³ As árvores nos cemitérios além de embelezar as suas alamedas, na visão higienista, possuíam também a função de evitar que o ar ficasse contaminado com os miasmas e ares pútridos emanados dos corpos em decomposição.

A pendência da construção dos banheiros no cemitério ainda não fora solucionada no ano de 1956, tanto que na ata do dia 02 de março de 1956, novamente o vereador Ariano Serra apresentou o projeto de nº 595, autorizando o prefeito a construir dois banheiros nos cemitério público, sendo um masculino e um feminino. Estender a rede de água até o mesmo e efetuar a instalação de uma caixa de água de dois mil litros para o armazenamento de água.⁴⁴

No ano de 1959, o vereador Fernando Falcão solicitava que a Câmara solicitasse ao prefeito o desligamento servidor público Miguel Turco, zelador do cemitério, sob a alegação de que os atos praticados por este eram lesivos aos interesses do povo de Campo Grande.⁴⁵ Não se conseguiu desvendar que tipos de atos foram praticados pelo servidor, mas o fato é que havia ocorrido uma mudança de noção em relação a morte e que o mesmo havia efetuado algo que escandalizou a população local. Na resolução nº 43, no seu Capítulo VI, que tratava das disposições gerais era previsto no seu artigo nº 465, que os coveiros e demais empregados, além das penas criminais e da perda do emprego, conforme a gravidade da falta, poderiam ser multados em cinco a trinta mil réis.⁴⁶

Termos e alusões sobre a modernização de Campo Grande são verificados nas leis e discursos políticos. As propostas *modernizantes* tomaram novo impulso no início da República. Para Cymbalista (2001, p. 65-66), este tipo de cidade também foi o modelo implantado na região cafeeira de São Paulo, cidades segregadoras, onde os dispositivos políticos eram utilizados para que ricos e pobres tivessem seus lugares definidos na sociedade.

Para o autor, o processo de *modernização e progresso*, chegaram aos cemitérios, modernizados e secularizados. Os mesmos acabaram carregando em si os modos da sociedade hierarquizada e excludente, onde, que nem mesmo, de fato, todos poderiam ser enterrados em um local que se denominava público. Uma secularização inconclusa e que

⁴³ ACMCG, Livro de Ata anos 1954-1955, Ata nº 492, f. 38.

⁴⁴ ACMCG, Livro de Atas ano de 1956. Ata nº 618, f. 142.

⁴⁵ ACMCG, Livro de Atas ano de 1959, volume I. Ata nº 913, f. 06.

⁴⁶ ACMCG, Resolução nº 43 de 21 de abril de 1921.

foi feita de forma a não desagradar a Igreja Católica e os movimentos contrários a ela. (CYMBALISTA, 2001, p. 65-66)

1.2 – A Legislação eclesiástica sobre a morte e os novos cemitérios

As primeiras normas da Igreja Católica no Brasil foram as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Publicadas em 1707 e vigorando até o fim do Império e os primeiros anos da República, quando foram substituídas definitivamente pela Pastoral Coletiva de 1915. As Constituições instituíram a exigência dos registros vitais de batismo, casamento e óbito. Estes seriam lavrados em livros próprios e os párocos, mesmo em número pequeno ou inexistente em muitas paróquias, seriam os responsáveis por esta função e passariam a efetuar estes registros de maneira sistemática.

No item 843, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia definiam que as sepulturas no interior e no adro dos templos católicos eram um “costume pio, antigo, e louvável”. O mesmo ainda era justificado pelo motivo de que a Igreja, como local onde os fiéis ouvem, assistem as missas, rezam e recebem os sacramentos, não deixariam de elevar a Deus às preces pelos fiéis defuntos sepultados tão a vista deles. Este também era o procedimento para livrar as almas dos seus entes queridos do Purgatório. Segundo as leis do Arcebispado da Bahia todo católico tinha o direito de ser enterrado em uma igreja de sua escolha. (REIS, 2004, p. 172)

As Constituições também proibiam, em seu item 840, as longas exéquias por refletirem mais a vaidade humana do que os efeitos da religião cristã. Impunha a ordem expressa de que não se fizesse esta prática, na igreja ou tumbas, estes ritos deveriam ser efetuados com autorização e uma análise da qualidade do defunto.⁴⁷

Segundo as Constituições Primeiras, nem todos os mortos tinham o direito à sepultura eclesiástica, a mesma era negada a judeus, heréticos, cismáticos, apóstatas, blasfemos, suicidas, duelistas, usurários, ladrões de bens da Igreja Católica, excomungados, religiosos enriquecidos, em caso de negar a profissão de pobreza e por fim aqueles que recusassem os sacramentos ou aos pagãos. Só com a reparação destes males os mesmos poderiam receber a sepultura eclesial. (REIS, 2004, p. 174)

A Constituição do Império do Brasil, de 1824, em seu artigo 5º, declarava que a Religião Católica Apostólica Romana era a religião oficial do Estado. Todas as outras

⁴⁷ Das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, Art. 840, Livro 4, Título 52, p. 314.

religiões seriam permitidas através do culto doméstico ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo.⁴⁸ Neste primeiro momento, o direito da Igreja Católica sobre os cemitérios não foi abordado, pois como religião oficial, seu domínio sobre os mesmos era pétreo. Nada se alterou em relação ao cemitério e os seus moradores, os mortos.

Os primeiros moradores de Campo Grande preocupando-se com a preservação da fé católica construíram uma capela, em homenagem a Santo Antônio, no ano de 1875. Era feita de taipa coberta com palmas onde se elevava um cruzeiro tosco e alto. Posteriormente José Antônio Pereira mandou buscar, na região da atual cidade de Camapuã, telhas de barros de uma ruína jesuítica para cobrir a pequena capela. O primeiro padre a celebrar missas em seu interior foi o padre Julião Urquia, vigário de Miranda. Esta festividade foi comemorada pelos repiques do primeiro sino, adquirido em Corumbá por José Antônio. Seu segundo sino foi doado pelo senhor João Pereira Martins nos idos de 1888. (CONGRO, 1919, p. 24)

Ao ser criado, o povoado estava no território sob a jurisdição da paróquia de Miranda, criada em 26 de agosto de 1835, e à diocese de Cuiabá, criada em 15 de julho 1826. A importância do povoado de Campo Grande é evidenciada por sua inclusão no roteiro da viagem pastoral ao sul do antigo Mato Grosso do segundo bispo da diocese, Dom Carlos Luiz D'Amour, em 1886. A comitiva episcopal tinha como secretário o cônego Bento Severiano da Luz, que era quem tomava notas sobre a viagem, descrevendo sobre os locais visitados. Leite (1979, p. 182), transcreveu as anotações do cônego sobre o Arraial de Santo Antônio de Campo Grande.

Chegaram à localidade em 6 de setembro de 1886, que ficava a 265 léguas da capital da província, Cuiabá. Para acessar o sul da província enfrentavam-se longas viagens de barco e a cavalo. (MOUTINHO, 1869, p. 244) Temendo as enchentes dos rios o bispo resolvera retornar dentro de poucos dias à capital. Antecipou os trabalhos pastorais, pois, em 3 de outubro de 1886, a visita seria encerrada. Segundo Bento, houve um grande alvoroço e ansiedade entre a população de Campo Grande. Portanto, este era um momento de se reconciliar com a Igreja, sentir-se Igreja. Casamentos crismas e batizados eram realizados.

Os cemitérios também eram inaugurados, visitados e auditados para confirmar se estavam de acordo com as normas cristãs. (RUBERT, 1994, p. 161) Durante a sua visita foram celebradas três missas, quatro pregações, várias confissões, e realizaram-se 420

⁴⁸ Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de Março de 1824.

crismas. O cônego também teve muito trabalho. Refere-se o cônego Bento sobre Campo Grande:

Consta de 86 casas, quase todas de telha, sem ordem alguma de arruamento, e ocupa um lugar alto, plano, de uma vista magnífica. A pequena igreja foi construída em 1876 (época em que se começou o povoado) pelo Sr. José Antônio Pereira, a quem o povo auxiliou com serviço e esmolas, não entrando nessas obras um aceno ao menos do governo provincial. Nela se venera as imagens de Nossa Senhora da Abadia, de Santo Antônio, que é o orago, e de São Sebastião. Não tem sinos. Há um cemitério cercado de madeira a não ser o instrumento de nossa redenção, que eleva-se grosseiramente talhado, traduzindo o aspirar ao céu nada mais tem digno de menção. (LEITE, 1979, p. 182)

Este é o primeiro relato que descreve o cemitério de Campo Grande. O mesmo apenas estava cercado. O desprezo do cônego fica claro em suas palavras “nada mais tem digno de menção”. No sul de Mato Grosso as capelas, cemitérios e igrejas em sua maioria estavam em péssimo estado de conservação. Apesar da precariedade a vila já possuía uma necrópole, mas também fica evidente que a falta de uma capela descente impedia que os enterros fossem realizados dentro da mesma. O cemitério de Campo Grande ainda possuía uma cerca, mesmo sendo de madeira, algo que era muito raro no antigo sul de Mato Grosso. (MORAES, 2003, p. 46)

A situação da Igreja Católica em Campo Grande, em 1898, é relatada pelo padre José Solari, que realizou um visita pastoral ao sul da diocese de Cuiabá. Devido a escassez de padres, principalmente na região sul da diocese o bispo Dom Carlos Luiz D’Amour o enviou, em julho deste ano, munido de poderes extraordinários. Para Solari, a região seria um *sertão*, definida nos seguintes termos: “O sertão era o reino do diabo, e os sertanejos e indígenas seus vassalos. Para instalar o reino de Cristo precisava de apóstolos conscientes para enfrentar as dificuldades”. (MARIN, 2009, p. 122)

Campo Grande contava com seis mil habitantes na época de sua visita, porém a igreja de Santo Antônio estava tão abandonada e suja que ele se recusou a celebrar a missa em seu interior. Construída em 1875, a capela não propiciava condições de salubridade para efetuar as celebrações e o padre Solari celebrou uma missa campal em praça pública. (MARIN, 2009, p. 123) A população de Campo Grande recebia visitas esporádicas do pároco de Miranda, sobretudo por ocasião das festividades do santo padroeiro. Entretanto, ficava sem assistência religiosa a maior parte do tempo.

O cotidiano religioso ficou ainda mais inibido com a secularização implementada pela República. A elite patriarcal e latifundiária que prescindia da religião como instrumento explicativo do mundo e da vida, impôs sua representação da realidade. As Câmaras Municipais, no início da República, retiraram as verbas da Igreja Católica, por

considerá-las anticonstitucionais e contrárias aos interesses do Estado laico.⁴⁹ A separação do poder temporal do espiritual também é verificada na organização espacial urbana. Tudo o que lembrasse ou remetesse aos signos distintivos da Igreja Católica foi abolido do espaço urbano e da administração pública. A primeira intervenção ocorreu com a secularização dos cemitérios, subtraídos do controle eclesiástico. Posteriormente, o poder público passou a gerir até mesmo o funcionamento interno das igrejas.

Como já se verificou, os sinos só poderiam anunciar os acontecimentos locais, as questões religiosas ou os casos de incêndios. As Câmaras Municipais renomearam as ruas e as praças que tinham referência com a religião católica, substituindo seus nomes por outros, mais secularizados e identificados com o novo regime. Em Corumbá, o largo de Nossa Senhora do Carmo passou a denominar-se praça da República e o largo de Santa Teresa, praça da Independência. No forte Coimbra, a imagem de Nossa Senhora do Carmo foi, em 1907, retirada do local por determinação do Ministério da Guerra e entregue aos cuidados de um zelador civil. A capela foi laicizada e perdeu a sua função litúrgica. Posteriormente, a antiga capela serviu de depósito de armamento e por fim de gás. (MARIN, 2009, p. 128-129) Ainda segundo Marin:

No sul do antigo Estado de Mato Grosso os edifícios religiosos deixaram de ocupar o espaço central na maioria das cidades e não constavam entre as preocupações prioritárias dos governantes. Várias cidades não tinham igrejas e os projetos de reformas urbanas que previam um espaço destinado às igrejas não foram efetivados. Desta forma, aos poucos se configurou um espaço urbano laicizado, onde a Igreja deixou de regular seu funcionamento. Enfim, a urbanização passou a refletir um momento de organização laica do Estado, das instituições e da sociedade. Primava-se pela secularização, pela separação entre os poderes e pela liberdade de cultos. Na República, a elite mato-grossense encontrou na franco-maçonaria, nos clubes republicanos e no liberalismo o ideário que respondia aos seus anseios e problemas. A Igreja Católica ficou isolada e sem os apoios tradicionais. (MARIN, 2009, p. 129)

Em Cuiabá, o então bispo Dom Carlos Luiz D'Amour entrou em grande discórdia contra a câmara municipal de Cuiabá para reaver os cemitérios católicos. Para ele, a câmara “instigada pelos inimigos da Igreja” tomou para si direitos sobre os cemitérios de Nossa Senhora da Piedade e o de São Gonçalo, ambos na cidade de Cuiabá. (LEITE, 1979, p. 277) A câmara cumpriu a determinação do governo provisório republicano que ordenava que as câmaras fossem, a partir de sua publicação, responsáveis pelos cemitérios. A lei dava dupla interpretação, pois garantia as irmandades, congregações e hospitais o direito

⁴⁹ Com a proclamação da República, em 1889, ocorreu a separação entre a Igreja e o Estado e o fim efetivo do sistema do padroado. A Igreja viu-se obrigada a se reestruturar e a redirecionar suas práticas para uma nova identidade institucional.

de propriedade dos mesmos.⁵⁰ As preocupações da Igreja Católica com os seus fiéis, inclusive com os mortos é que sendo a Igreja “mãe e santa” não desejava estar longe de seus filhos e não se contentava apenas em efetuar as preces e sufrágios. Gostaria de acompanhar com amor os seus filhos até sua última morada e que os mesmos fossem depositados em lugar sagrado ou em cemitérios bentos, à espera da ressurreição universal dos mortos no fim do mundo.

Aproveitando-se argumentos, das inseguranças e medos humanos em relação a morte, a Igreja Católica, em Mato Grosso, reagiu as modificações da sociedade e a implantação de novos modelos laicos de organização. Na questão da secularização dos cemitérios, os argumentos contrários deixavam claro o aspecto emocional que a religião católica explorava na Carta Pastoral, de 35 páginas editada em 1901, pelo bispo de Cuiabá Dom Carlos Luiz D’Amour. Na carta pastoral comunicava aos seus diocesanos a resolução pela qual a Câmara Municipal assenhorou-se dos Cemitérios de Nossa Senhora da Piedade e São Gonçalo afirmava que a partir desta data em diante, naqueles cemitérios não poderia mais se celebrar missas pelos fiéis defuntos. Também não poderia abençoar as suas sepulturas e não seria permitido ouvir o som dos sinos convidando os fiéis a rezar pelos mortos. Para o bispo, estes eram alguns dos males da secularização das necrópoles cuiabanas.⁵¹ (LEITE, 1979, p. 277-279)

Com o início da República no Brasil, os cemitérios católicos foram retirados do controle da Igreja, como o que ocorreu em Cuiabá. Por esse motivo, o item número 938, do capítulo XVII, da Pastoral de Coletiva de 1915, exortava aos párocos que usassem os meios legais que estivessem ao seu alcance para reivindicar os direitos da Igreja Católica. Os cemitérios católicos, que passaram a serem administrados pelas câmaras municipais, deveriam voltar para a administração da Igreja, a fim de evitar a profanação e a danação da fé.⁵²

Em Campo Grande, esta reivindicação não procedia, uma vez que o cemitério sempre fora laico e civil. A câmara municipal só passou a administrá-lo com a implantação do seu primeiro código de postura, regulamentando os serviços funerais na vila. A Igreja Católica em Campo Grande não possuía ligação com o cemitério. O seu papel limitava-se a bênção inaugural e o acompanhamento dos fiéis defuntos a sua morada final. Este fato deveu-se a escassez de padres e a formação histórica da região. (MARIN, 2009, p. 58-59)

⁵⁰ BRASIL. Decreto nº 789, de 27 de Setembro de 1890. Estabelece a secularização dos cemiterios.

⁵¹ Carta Pastoral de 1901. Secularização dos cemitérios de Cuiabá.

⁵² Pastoral Coletiva 1915, p. 248.

Diferente de outras cidades, o cemitério de Campo Grande, num primeiro momento, não foi um empreendimento governamental ou religioso. Esta forma de resolver os problemas urbanos não era um privilégio de Campo Grande. Em locais que não possuem instituições fortes efetuam-se as transformações urbanas que são necessárias sem a necessidade de esperar esferas superiores. (CHUDACOFF, 1977, p. 19-20)

Em 1910, a Santa Sé sob administração do papa Pio X, por meio da bula *Novas Constituire* criou a Província Eclesiástica de Cuiabá, criando também a Diocese de Santa Cruz de Corumbá, com jurisdição sobre todo o antigo sul de Mato Grosso.⁵³ Somente dois anos após a criação tomava posse da diocese de Corumbá o seu primeiro bispo, Dom Cirilo de Paula Freitas. (MARIN, 2009, p. 130-131)

O catolicismo em Campo Grande poderia ser estudado em sua estrutura e singularidades. No ano de 1911, Eliseu Ramos, homem do Estado de Minas Gerais da cidade de Uberaba resolveu trazer de lá uma imagem de Nossa Senhora da Abadia. A mesma foi trazida via a ferrovia Noroeste do Brasil até Campo Grande e no carro de boi, levada para a cidade. O fato foi tão marcante para a população que a mesma trocou o antigo orago, que era Santo Antônio dando o título de padroeira da vila para a Virgem. (RODRIGUES, 1980, p. 105-106) Ainda hoje a cidade possui como seu padroeiro Santo Antônio e a Arquidiocese tem como sua padroeira Nossa Senhora da Abadia.

A paróquia de Campo Grande foi criada em 4 de abril de 1912, pelo Bispo Dom Cirilo de Paula Freitas. Fato importante, pois elevava a capela de Santo Antônio a categoria de paróquia. Seu território proveio de partes da área territorial de paróquia de Miranda. Infelizmente, a falta de sacerdotes impedia o normal funcionamento da paróquia, que passou a ser atendida, esporadicamente pelos padres Salesianos vindos de Corumbá. O seu primeiro pároco foi o cônego José Joaquim de Miranda, empossado em 10 de outubro de 1912. Afeito à política, suas atitudes não condiziam com a de um religioso. Seus atos escandalizaram o povo afastando-os da Igreja Católica. Usava trajes civis e portava na cintura um revólver 44. Foi destituído do cargo pelo bispo, em 3 de junho de 1913, não abdicou do cargo e ainda se recusou a entregar a paróquia a seu substituto, o padre Mariano José Alves, este tomando posse somente em 30 de julho do mesmo ano.

Em 1916, José Joaquim de Miranda ocupou o cargo de vice-intendente de Campo Grande, e em 16 de julho de 1916, foi encontrado morto em sua residência. (CONGRO, 1919,

⁵³ A Diocese de Santa Cruz de Corumbá possuía uma área territorial que englobava todo o território do Estado de Mato Grosso do Sul.

p. 39; MARIN, 2009, p. 135; GARDIN, 1999, p. 107) As relações do padre com a política acabaram afastando ainda mais os fiéis do rito.

As distantes paróquias de Aquidauana e Coxim, sem padres, foram anexadas a de Campo Grande e acabavam sendo mal atendidas, em virtude das distâncias geográficas. O padre Mariano José Alves, como seu antecessor, envolveu-se nas disputas políticas locais e não deu assistência ao povo, apesar de toda a dificuldade teve a complacência do bispo Dom Cirilo, em virtude da falta de padres na diocese. Um grande problema neste período era a comunicação os serviços dos correios era irregular, o que atrapalhava ainda mais o trabalho do padre Mariano que não conseguia regularizar as pendências do povo com a Igreja Católica como, por exemplo, licenças para casamentos e outros sacramentos. (MARIN, 2009, p. 135)

Enquanto pároco de Campo Grande em 1917, o padre Mariano José Alves aceitou encomendar a alma de um defunto rezando uma missa. Porém, este era um membro da maçonaria local. Ao saber que o morto se tratava de um maçom, ele se recusou a celebrá-la já no horário da missa. Percebendo que a igreja estava com uma numerosa assembleia, recuou de sua decisão e celebrou a missa. Os presentes, em sua maioria militares, maçons e autoridades, acabaram abandonando a celebração. Esse episódio gerou várias campanhas contra o padre, contendas com os padres religiosos Salesianos e reações contrárias a Igreja Católica. Por fim, o padre acabou transferido e coube ao novo pároco contornar o mal estar criado pelo seu antecessor. (MARIN, 2009, p. 201-203) O interessante deste acontecimento é revelar que o rito das missas e das encomendações dos mortos quase não era efetuado em Campo Grande. O padre Mariano José Alves, cumprindo as ordens da Igreja Católica de não encomendar defuntos considerados *hereges*, acabou afastando ainda mais a população. Esta que sempre fora muito arredia ao catolicismo e aos seus ritos.

A Igreja Católica recomendava também em relação ao costume de velar o corpo durante a noite, o rosário deveria ser recitado, cânticos entoados, leituras e outras preces em sufrágio da alma. Os párocos e a família deveriam zelar para que o velório não se transformasse em escândalo, que pessoas ébrias e em estado inconveniente fossem afastadas do cadáver.⁵⁴ O velório de uma criança do sexo feminino de seis anos vítima de fogo selvagem⁵⁵, foi efetuado durante a noite toda conforme as normas religiosas e civis.

⁵⁴ Pastoral Coletiva 1915, p. 251.

⁵⁵ Pênfigo foliáceo é também conhecido como fogo selvagem, acomete principalmente adultos jovens e crianças que vivem em áreas rurais, áreas ribeirinhas e em tribos indígenas. A doença caracteriza-se pelo aparecimento de bolhas superficiais, que confluem e rompem-se facilmente, deixando a pele em carne viva e formando regiões avermelhadas recobertas por escamas e crostas.

Os vizinhos apenas estranham o fato de a família efetuar o sepultamento em uma fazenda e sem caixão. A criança foi embrulhada em um lençol e posta sobre a mesa. Mesmo a cidade já contando com um cemitério o costume de enterrar os mortos em fazendas ainda permanecia em Campo Grande.⁵⁶

A atuação do pároco de Campo Grande, Mariano José Alves, não era um modelo de zelo, dedicação e piedade para com os fiéis. Em seus cinco anos como pároco não conseguiu conquistar a confiança do povo. O administrador da diocese de Corumbá, o padre Hermenegildo Carrá, entrou várias vezes em conflito com ele.

Os problemas aumentaram em decorrência de questões dos acordos políticos que deveriam ser feitos para a construção de um novo edifício religioso para a paróquia de Campo Grande. Contrapondo as ordens do administrador apostólico, padre Mariano fazia campanha contra o projeto. Preocupada com a valorização de suas propriedades, a elite local pressionava quanto ao terreno que seria construído o novo edifício.

Padre Carrá interveio e cedeu às exigências impostas por Bernardo Franco Baís, que era um grande latifundiário e comerciante local. Concordou que a igreja fosse construída em um de seus terrenos. A sua ajuda financeira dependia desta exigência. Carrá querendo dotar Campo Grande de uma igreja, aceitou as solicitações do empresário. (MARIN, 2009, p. 142)

Desde a sua posse, o padre Mariano José Alves administrou trezentas encomendações e algumas vezes acompanhou o finado do local do velório até à igreja e depois ao cemitério. Por estes feitos, recebeu apenas uma dúzia de gratificações. O povo não era acostumado a prover os padres pelos serviços efetuados. Em toda a diocese de Corumbá, apenas uma minoria recorria ao enterro cristão e aos sacramentos. O serviço de encomendar missas de exéquias de terceiro, sétimo e trigésimo dia ou as missas pelas almas não tinham apelo. Os batismos e as crismas também eram pouco procurados e não havia o costume de pagar pela sua administração.

Em Campo Grande, a falta de verba ainda era mais agravada pela antipatia do povo em relação ao padre que se envolveu na política local. Depois de tantos problemas com a comunidade local o padre Mariano conseguiu formar uma corrente contrária a sua pessoa que exigiam a sua transferência de Campo Grande, o que acabou se concretizando. (MARIN, 2009, p. 143-144)

A falta de padres não impediu o segundo bispo de Corumbá, Dom José Maurício da Rocha, de suspender o clero. Em 1921, o padre José Nechreiner foi destituído do cargo de

⁵⁶ Jornal do Comércio, de 12 de maio de 1961.

pároco de Campo Grande, e ainda proibido de confessar e pregar, mas não foi lhe suprimido o direito de celebrar missas na matriz de Santo Antônio. O motivo da suspensão foi o fato de não se apresentar ao bispo, desrespeitando a ordem episcopal. Após este ato de desobediência, desligou-se da Igreja Católica e contraiu matrimônio civil passando a residir em Campo Grande, local de sua antiga paróquia. (MARIN, 2009, p. 157)

O novo pároco Archangelo Lanzillotti assumiu a paróquia de Santo Antônio em Campo Grande em 27 de outubro de 1921, que estava abandonada e com um povo que o olhava com desconfiança. Segundo Lanzillotti, o padre anterior havia abandonado a batina e se casado. E como se isso não bastasse, havia se convertido à Igreja Batista local pelos idos de 1921. (MARIN, 2009, p. 181-182)

A nova igreja de Campo Grande foi inaugurada em 6 de agosto de 1922, tendo como benfeitores militares e autoridades civis. Na procissão, compareceram três mil pessoas. Para organizar a paróquia local, Lanzillotti, recorreu às associações religiosas. A fundação da Conferência de São Vicente de Paula que fracassou. Sua organização só foi possível em maio de 1923. Já o Apostolado da Oração, obteve resultados parciais. A regularização da situação religiosa também foi meta do pároco. Por superstição, os casais acreditavam que o casamento religioso trazia azar e se recusavam a receber este sacramento. Os casais preferiam continuarem casados apenas no civil ou viverem amancebados. (MARIN, 2009, p. 183)

A situação de toda a diocese de Santa Cruz de Corumbá era tão precária que em 1923, Dom José Maurício da Rocha propôs à Santa Sé a transferência da sede episcopal para Campo Grande, cidade que ao contrário de Corumbá, ele muito simpatizava. Para D. Maurício, a cidade de Campo Grande possuía melhor localização e por possuir ligação direta com São Paulo era mais indicada para sede do episcopado. A sua solicitação nunca foi atendida. Posteriormente, o bispo consultou a Nunciatura Apostólica sobre a extinção da diocese de Santa Cruz de Corumbá e sua incorporação à diocese de São Luiz de Cáceres. (MARIN, 2009, p. 180) Sem contar os problemas locais ainda a diocese tinha como pastor um bispo que não se conformava pelo fato de ter sido indicado para uma das dioceses mais mal estruturadas do Brasil. O que acarretava ainda mais os seus problemas de relacionamento com os fiéis leigos.

Para o padre Lanzillotti, o grande problema de Campo Grande era recusa da população em internalizar as normas católicas e de praticar os sacramentos. No seu primeiro relatório sobre a paróquia de Santo Antônio, ele relatou que a igreja era velha, uma verdadeira tapera e, apesar de alertado das suas condições, a sua “impressão foi

horrível, mais além da expectativa”. (MARIN, 2009, p. 181) Se o templo estava abandonado a própria sorte, os cuidados com o cemitério não eram dos melhores. A Igreja Católica, a população e o poder público não cuidavam da morada dos mortos.

O avanço do protestantismo também era presente na região, os pastores arrancavam as cruzes missionárias e as utilizavam como cerca. Em sua primeira missa, o padre Lanzillotti contou com a presença de uma dúzia de pessoas. Ele relatou ainda que, desde a sua chegada, foi objeto de escárnio, desprezo e desconfiança. Segundo seus relatos, “a libertinagem pagã reinava no povo; e na igreja era uma verdadeira algazarra”. No Natal de 1924, foi preciso que o delegado de polícia fosse chamado para evitar a desordem no interior da capela. (MARIN, 2009, p. 181-182) Também em 1924, a Diocese de Corumbá adquiriu uma casa em Campo Grande para servir de palácio episcopal. Esta aquisição deveu-se as dificuldades de Dom José Maurício da Rocha de residir em Corumbá. A maior parte dos investimentos realizados em imóveis pela diocese foram em Campo Grande. (MARIN, 2009, 177)

Como região fronteira, o sul do antigo Mato Grosso tem sua formação histórica gerada numa sociedade militarizada, latifundiária e pastoril. Um homem que buscava no oeste, manter as fronteiras contra a invasão de hispânicos e também ampliá-las através da política, esta aliada ao extrativismo e a pecuária. Uma sociedade que tomou o gosto pela luta, violência e guerra, pois esses eram seus valores predominantes. (MARIN, 2009, 60-61)

Eram valorizadas nos homens, as habilidades de manusear o laço e o facão. Bem como sua força física, o trato com os bovinos e a boa montaria à cavalo. Os militares possuíam grande apreço junto ao homem no sul do antigo Mato Grosso. Suas lutas, a coragem e a destreza no manuseio de armas eram valorizadas e admiradas. Homem sempre buscou um modo de vida livre e secular. (MARIN, 2009, 60-61)

Este estilo de vida desencadeou no imaginário e na opinião pública uma sociedade fortemente marcada pela cultura anticlerical e antirreligiosa. Homens, mulheres e crianças do antigo sul de Mato Grosso não internalizavam a normas do catolicismo e nem as manifestavam publicamente. A religião não ocupava um lugar de destaque no cotidiano. As normas da Igreja Católica, por vezes eram consideradas como uma forma de restringir as liberdades da vida. Escreve Marin (2009, p. 62): “Para o mato-grosense, sentar num banco de igreja, ajoelhar-se, receber a comunhão eram atitudes delicadas que contrastavam com o modelo de masculinidade”.

Em sua primeira visita pastoral a Campo Grande o bispo da Diocese de Corumbá, Dom José Maurício da Rocha, lamentou que apesar de toda a divulgação não distribuiu

nenhuma comunhão. Considerou o movimento religioso animador, mais ainda insatisfatório. Na sua despedida, lamentou que não conseguiu fazer muito pela diocese e também por Campo Grande que considerava uma boa cidade. (MARIN, 2009, p. 188)

Em Campo Grande, os problemas da Igreja não se limitavam à falta de fiéis e de recursos. O Estado, representado pela municipalidade, também era um empecilho para o catolicismo. Nos testamentos, os devotos doavam terras aos seus santos de devoção, que foram apropriados pelos municípios e por particulares. Para compensar a apropriação destes terrenos, outros foram doados à diocese como, por exemplo, o terreno onde seria construída a nova matriz para Santo Antônio.

A Resolução 67, de 13 de Janeiro de 1912, doou o terreno na praça da República para a construção da Igreja de Santo Antônio. O município ainda concedeu a mitra, a título de compensação, dezesseis lotes urbanos numa área total equivalente a 19.200 m². Mas foi só através de processos judiciais que a mitra diocesana de Corumbá conseguiu reaver suas propriedades e recuperar os outros terrenos doados aos santos. (MARIN, 2009, p. 196-197; GARDIN, 1999, p. 38)

Em abril de 1924, a paróquia de Campo Grande foi entregue a administração dos padres redentoristas austríacos. Por ordem de seus superiores, eles abandonaram a paróquia dois meses após a posse. Em junho de 1924, a pedido do segundo bispo de Corumbá Dom José Maurício da Rocha os salesianos assumiram a paróquia. O primeiro pároco a administrá-la foi Hipólito Chovelén, tomando posse no dia 17 de agosto de 1924. Em 2 de novembro de 1924 o padre Hipólito visitou o cemitério para no dia de finados rezar pelos fiéis defuntos. Ele relatou, no livro de crônicas da paróquia de Santo Antônio, que neste dia efetuou vinte encomendações.⁵⁷ A partir, de 22 de maio de 1925, o padre João Crippa assume o cargo de vigário cooperador.

Entre os anos de 1929 a 1931, a diocese de Corumbá passou a ser administrada pelo seu terceiro bispo Dom Antonio de Almeida Lustosa, este empenhou-se em organizá-la. Para Campo Grande seus atos resumiram-se a solicitação de isenção de impostos para as propriedades que a igreja possuía no município. (MARIN, 2009, p. 217) Na carta pastoral, de 14 de julho de 1931, recomendou ao padres que em caso de falecimento de uma pessoa que não possuísse o batismo, era obrigatório sua administração aproveitando-se da *morte*

⁵⁷ AMSMT. Livro de crônicas Salesianas 1924-1930.

aparente.⁵⁸ A teoria da chamada *morte aparente* deveria ser utilizada para, *sub conditione*, batizar, absolver e ungir os moribundos. (MARIN, 2009, p. 225)

O quarto da diocese de Corumbá foi Dom Vicente Maria Bartolomeu Priante sendo nomeado para o cargo, no ano de 1933. Na sua administração a maioria do patrimônio da Igreja Católica estava regular, que foi um dos problemas enfrentados por seus antecessores. A diocese investiu em imóveis principalmente em Campo Grande, por acreditar que esta seria uma cidade de futuro, inclusive como provável sede de um bispado. (MARIN, 2009, p. 266)

Era grande a possibilidade da divisão da Diocese de Corumbá e a possível criação da Diocese de Campo Grande, onde a matriz local seria elevada à categoria de catedral e entregue ao futuro bispo. Diante de tal possibilidade, os Salesianos fundaram uma nova paróquia central dedicada a São João Bosco, criada em 07 de maio de 1939, no governo episcopal de Dom Vicente Maria Bartolomeu Priante. A paróquia de Santo Antônio voltou então aos cuidados dos padres Redentoristas. (MARIN, 2009, p. 310-311) Em Campo Grande, os padres redentoristas fundaram também a Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em 2 de janeiro de 1939. E, em 19 de março de 1949, os Salesianos fundaram uma nova paróquia dedicada à São José, no centro de Campo Grande, mas isto já na administração episcopal de Dom Orlando Chaves.

Os Franciscanos também solicitaram a Dom Vicente uma paróquia no perímetro urbano de Campo Grande, este ofereceu uma em um bairro periférico chamado de Cascudo, atual bairro de São Francisco, que recebeu este nome por causa da paróquia que foi fundada, em 28 de novembro de 1950. Mas esta só foi implantada na administração de Dom Orlando Chaves, este que foi o idealizador da divisão da diocese Corumbá. A nova paróquia também não registrou grandes movimentos religiosos pairando dúvidas sobre a conduta do pároco e dos frades franciscanos. (MARIN, 2009, p. 330-331)

O costume religioso mais presente em Campo Grande era o de realizar a festa em homenagem ao padroeiro Santo Antônio. As famílias acendiam fogueiras onde as pessoas devotas costumavam caminhar pelas brasas. O movimento religioso era efetuado por novenas realizadas nas residências. (MARIN, 2009, p. 73) Para o clero local misturavam-se o

⁵⁸ A *morte aparente* pode ser definida como um estado transitório em que as funções vitais "*aparentemente*" estão abolidas, em consequência de uma doença ou entidade mórbida que simula a morte. Nestes casos que, também podem ser provocados por acidentes ou pelo uso abusivo de substâncias depressoras do sistema nervoso central (SNC), a temperatura corporal pode cair sensivelmente e ocorre um rebaixamento das funções cardio-respiratórias de tal envergadura que oferecem, ao simples exame clínico, a aparência de morte real.

sagrado e o profano nesta celebração. A devoção ao santo representava a mais forte ligação dos campo-grandenses com a fé católica.

A partir de 1947, Campo Grande se tornou sede da Missão Salesiana de todo o Mato Grosso. Atualmente esta missão engloba o oeste paulista, o estado de Mato Grosso e o estado de Mato Grosso do Sul. Dom Bosco é considerado o patrono de Brasília por ter indicado que no centro da América do Sul nasceria uma grande metrópole. Para Campo Grande pode-se considerar que Filipe Rinaldi, o terceiro sucessor de Dom Bosco, como um protetor da cidade. Ele repetia por várias vezes, o seu presságio de um próspero futuro para a cidade e para a obra salesiana: “Campo Grande! Campo Grande!... Faça tudo por Campo Grande!” (CORAZZA, 1995, p. 105-106) Uma exortação para que os salesianos trabalhassem para que prosperasse a Missão Salesiana nesta região.⁵⁹

Campo Grande contava com quatro paróquias no ano de 1948, a saber: Santo Antônio, Perpétuo Socorro, São João Bosco e São José. Dom Orlando considerou que Campo Grande equanto maior cidade da diocese, grande centro comercial, viário e também militar teria que abrigar a sede de um bispado. O pedido da divisão da diocese de Corumbá datou o ano de 1954. No mesmo ano foi lançada a pedra fundamental da futura catedral de Santo Antônio e Nossa Senhora da Abadia, projeto este que nunca saiu do papel. (MARIN, 2009, p. 415) A importância que a Igreja Católica rendia a Campo Grande fica evidente na fundação de várias paróquias chegando ao ponto de possuir mais igrejas que a sede episcopal. Não significando que o rebanho levava em conta está investida da Igreja Católica.

Com o surgimento de mais paróquias em Campo Grande, a procura pelo sacramento da extrema-unção teve um progressivo aumento. Por exemplo, em 1931, 65 católicos receberam a extrema-unção e 29 defuntos foram encomendados, assim quase 45% receberam um enterro cristão. Em 1933, 76 católicos receberam a extrema-unção e 58 defuntos foram encomendados, em torno de 77% receberam um enterro cristão. De 1934 a 1936, a média foi acima dos 100% de encomendações. Em 1936, 62 católicos receberam a extrema-unção e 85 defuntos foram encomendados em porcentagem atinge-se um total de 137% católicos que requisitaram um enterro cristão.⁶⁰

Entre os anos de 1938 a 1943, a maior variação ocorreu em 1939, com mais de 100% de encomendações. Já em 1942, foram encomendados apenas 45% dos possíveis fiéis defuntos, a saber, que nem todos que recebiam o sacramento da extrema-unção

⁵⁹ Filipe Rinaldi foi declarado beato pelo Papa João Paulo II, em 29 de Abril de 1990.

⁶⁰ ADC. Anuários Estatísticos da Diocese de Corumbá anos 1931; 1933 a 1936.

acabavam de fato falecendo.⁶¹ Nos últimos dados coletados foram dos anos de 1950 a 1952, em média, a procura pelo sacramento da extrema-unção ficou acima dos 80% de solicitações se comparado com as encomendações de fiéis defuntos.⁶² A pouca recorrência aos sacramentos e a falta de costume de pagá-los gerava a escassez de rendas nas paróquias e na diocese. Os fiéis não tinham compromisso com os ritos e nem com a manutenção da Igreja Católica.

Mesmo depois de quase 40 anos de fundação da diocese de Corumbá os problemas continuavam. Durante a administração do bispo Dom Orlando Chaves, nos anos de 1955 e 1956, sobre os últimos sacramentos verificou-se que dos 6.000 falecidos, apenas 969 receberam um enterro cristão, em porcentagem apenas 15% dos casos. Os demais eram enterrados sem nenhuma assistência ou com cerimônia presidida por leigos. (MARIN, 2009, p. 396)

Dom Ladislau da Paz foi sétimo bispo da diocese de Santa Cruz de Corumbá e o último a governar a diocese que englobava todo o sul do antigo Mato Grosso. Também foi nomeado como administrador da futura diocese de Campo Grande. Ele fora eleito bispo de Corumbá, em 7 de dezembro de 1957. Sendo empossado em 11 de fevereiro de 1958. Em 24 de maio de 1958, assumia a recém criada diocese de Campo Grande o seu primeiro bispo Dom Antônio Barbosa Guimarães. (MARIN, 2009, p. 419)

Dom Antônio Barbosa Guimarães o primeiro bispo de Campo Grande, sabendo da dificuldade de comunicação na recém criada diocese nunca escreveu uma carta pastoral. Suas exortações se davam por meio da Rádio Educação Rural e do Jornal do Comércio, meios de comunicação de propriedade da Igreja Particular de Campo Grande. Também utilizava-se dos sermões nas missas e de artigos publicados no Informativo Diocesano. (CASTILHO, 1998, p. 49)

As únicas exortações sobre a morte foram dadas referente aos suicidas. O bispo Dom Antônio Barbosa proibia os padres da diocese em celebrar missa de sétimo dia para estes e para os casos em que morresse em pecado declarado. Este foi o caso de um campo-grandense que foi assassinado em um prostíbulo. Ao mesmo foi negado um funeral cristão e o bispo exortou toda a comunidade para não frequentar tais lugares. (CASTILHO, 1998, p. 180)

⁶¹ ADC. Anuários Estatísticos da Diocese de Corumbá anos 1938 a 1943.

⁶² ADC. Anuários Estatísticos da Diocese de Corumbá anos 1950 a 1952.

1.2.1 – A Pastoral Coletiva e o cenário religioso em Campo Grande

Após o Concílio Plenário Latino-Americano, através do decreto 203, da Bula Papal “*Ad universas orbis ecclesias*” do Papa Leão XIII, de 27 de abril de 1892, foi reorganizada a hierarquia eclesiástica no Brasil que até então constava de apenas um arcebispado em São Salvador da Bahia e de onze bispados sufragâneos. Foram criadas duas Províncias Eclesiásticas, a saber: uma no Norte, com sede em São Salvador da Bahia, e a outra no Sul, sendo o Bispado do Rio de Janeiro elevado à categoria de Sé Metropolitana. O episcopado de cada província deveria reunir-se a cada três anos para discutir os assuntos das dioceses. As decisões tomadas pelo episcopado da província eclesiástica meridional foram convertidas na Pastoral de 1915, que fora a soma de várias conferências anteriores e dos documentos como a Pastoral de 1910. Esta veio como um consenso entre as províncias do Brasil e como resposta aos problemas enfrentados pela Igreja Católica na sociedade brasileira. Entre as várias recomendações da Pastoral de 1915 encontraram-se as que tratam das exéquias e dos cemitérios. Apesar da publicação do Código de Direito Canônico de 1917, da realização do Primeiro Concílio Plenário Brasileiro e de sofrer algumas alterações no período, a Pastoral Coletiva de 1915, foi conservada, ratificada e reeditada em 1942.

No item número 937, da Pastoral Coletiva, exortava que desde de tempos imemorráveis do cristianismo os corpos dos seus fiéis foram sepultados em lugares apropriados, consagrados pela Igreja e separado de todo uso profano.⁶³ Com os estudos de Reis (2004) e de Ariès (2003, p. 75), hoje se sabe que, na prática, não era bem assim. Os corpos eram deixados insepultos em cemitérios como os da Santa Casa de Salvador (REIS, 2004, p. 279), ou como na Europa (ARIÈS, 2003, p. 42-45). Pouco importava onde a Igreja colocaria o corpo ou como o acomodaria, o importante era que ficasse dentro de seus limites sagrados. Como o crânio que Hamlet segura na peça homônima, a macabra visão dos ossos à superfície dos cemitérios, não impressionava os vivos, pois a morte e os mortos faziam parte do seu espetáculo cotidiano.

Em Campo Grande, a sociedade esperou que o vigário de Miranda abençoasse o local que seria instalado o cemitério. Apesar desta particularidade o cemitério não era, como os demais do antigo sul de Mato Grosso, um local que seguia a risca as leis eclesiais. (MARIN, 2009, p. 121) O cemitério de Campo Grande durante muito tempo ficou sem

⁶³ Pastoral Coletiva 1915, p. 248.

muros. Os sepultamentos ocorriam aleatoriamente, suicidas, infiéis e todos os tipos de pecadores eram enterrados lado a lado com os corpos dos fiéis.

Com o início da República no Brasil, os cemitérios católicos foram retirados do controle da Igreja Católica, por este motivo, o item número 938, do capítulo XVII, da Pastoral de Coletiva de 1915, exortava os párocos que pelos meios legais que estivessem ao seu alcance, se esforçassem a reivindicar os direitos da Igreja. Os cemitérios católicos, que passaram a serem administrados pelas câmaras municipais deveriam voltar para a administração da Igreja, a fim de evitarem a profanação, a danação da fé.⁶⁴

Em Campo Grande, esta regra foi letra morta, pois o cemitério sempre foi laico e civil a câmara o seu primeiro código de postura tomou para si a sua administração e passou a normatizar os serviços funerais na vila. A Igreja Católica em Campo Grande não possuía nenhuma autoridade sobre o cemitério. Limitava-se em abençoar na sua inauguração e acompanhar os seus fiéis defuntos a sua morada final.

A Pastoral Coletiva exortava os padres tentarem reaver os cemitérios retirados do seu controle pela secularização. Os párocos deveriam depois de esgotados os recursos administrativos para cumprir os direitos da Igreja Católica, em relação a administração dos cemitérios, dever-se-ia recorrer à prudência, tentando um acordo amigável com os municípios sobre os direitos sobre os cemitérios paroquiais e se fosse o caso tomar as medidas judiciais. Atendendo as leis de secularização, os párocos deveriam seguir as normas do Santo Ofício, de 13 de fevereiro de 1862, que tratava dos párocos que não possuíssem cemitérios paroquiais. O bispo deveria prover um cemitério próprio para católicos, diferenciado dos acatólicos. Em caso de impossibilidade, devia reservar aos acatólicos um lugar separado dos católicos. Isto ocorreu com frequência no Brasil, cemitérios com alas para católicos e outra para os não católicos. (ROCHA, 2001, p. 55)

Na inviabilidade de um cemitério católico ou de lugar apartado que se benzesse o local da sepultura do cadáver de um católico. Conforme os relatos de Rosário do Congo o cemitério em Campo Grande era um local que não agradava aos positivistas, com seu culto filosófico aos mortos, nem a Igreja Católica com o respeito aos fiéis defuntos. Não se encontrou nenhum tipo de separação religiosa no cemitério Santo Antônio.

Ordinariamente as paróquias poderiam ter cemitérios próprios, a não ser as cidades grandes, divididas em várias paróquias, como era o caso de Cuiabá. Era preferível um só cemitério comum a todas observando as regras de higiene e as leis. Neste item, de número 941, a Igreja Católica demonstrava sua preocupação com relação às leis e higiene, aqui se

⁶⁴ Pastoral Coletiva 1915, p. 248.

reconhece a sua boa vontade para com as instituições republicanas.⁶⁵ Campo Grande, até os anos de 1940, possuía apenas uma paróquia por este motivo a regra aqui não se aplicava. A sua não aplicação foi devido que o cemitério estava sob a jurisdição da Câmara Municipal.

Para a Pastoral de 1915, no seu item número 942, afirmava que ninguém, nem mesmo os párocos poderiam erigir novos cemitérios sem a permissão do Ordinário. O local para o empreendimento, após a autorização, deveria ser bem amplo, seco, desde de que a natureza da região permita, elevado, com todos os requisitos de higiene, além disso, acessível ao povo e não distante do povoado. A última exigência deveria ser observada para que facilitasse as exéquias e a visita dos fiéis aos seus defuntos, exercendo assim a piedade cristã para com os mortos. Deveriam também assegurar o direito sobre o local através da escritura pública, a fim de evitar problemas futuros, sem deixar de observar nenhuma das recomendações anteriores. Somente depois de observadas, todas as determinações a aprovação seria fornecida.⁶⁶

Em Campo Grande, o local definitivo do cemitério Santo Antônio observa algumas das solicitações deste item da Pastoral. Foi instalado em um local mais alto do que o resto da cidade. Entretanto, ficava muito distante do centro, o que dificultava o acesso e a visita frequente dos fiéis para rezar pelos mortos.

A Igreja Católica definia os cemitérios como lugares sagrados e seus terrenos, santos. Sendo assim, não deviam ser expostos aos perigos da profanação. O local deveria ser cercado de todos os lados com muros altos e sólidos. Os portões teriam que ser fortes, seguros e fechados à chave. No centro do mesmo, uma cruz teria que ser erigida bem alta e forte, de modo que dominasse todos os outros monumentos que ali fossem construídos. O símbolo da salvação cristã teria que ter uma base sólida, de madeira de lei, melhor ainda se que fosse em pedra lavrada. O item 945 continua regulamentando que somente o bispo ou o sacerdote, por ele autorizado, poderia abençoar o cemitério para que se tornasse apto à sepultura dos fiéis.

Entre as preocupações da população na visita do pároco de Miranda a Campo Grande em 1887, estava que ele abençoasse o local onde seria instalado o novo cemitério, que estaria cercado e a com a colocação da cruz como a Igreja Católica exigia. (MACHADO, 1990, p. 29) Contudo, verificou-se que o muro definitivo do cemitério só foi construído

⁶⁵ Pastoral Coletiva 1915, p. 249.

⁶⁶ Pastoral Coletiva 1915, p. 249.

depois de muitos embates políticos. O muro não era prioridade. A cidade que se julgava *progressista* possuía preocupações urgentes como o embelezamento de suas ruas.

O cemitério deveria possuir capela decente, com um altar, provida de paramentos sagrados e mais utensílios necessários para a celebração da missa. A mesma também deveria ser grande o suficiente para que o cadáver pudesse ser velado por vinte e quatro horas. Esta determinação estava em acordo com as determinações da Igreja Católica e com as determinações médicas e civis, nas quais ninguém deveria ser sepultado antes de vinte quatro horas passada a morte, salvo as ordens das autoridades civis.⁶⁷ (REIS, 2004, p.281) Em Campo Grande este item não foi observado, pois durante anos não existia nem uma igreja para o padroeiro da cidade, nem uma capela no cemitério.

A primeira tentativa que construir uma capela para o cemitério data o ano de 1916, no § 4º da discussão do orçamento para o ano seguinte. O texto ainda sugeria o seu arruamento e outras melhorias no cemitério.⁶⁸ Nos anuários da diocese da Corumbá encontrou-se a menção de uma capela no cemitério de Campo Grande dedicada a Nosso Senhor Bom Jesus da Lapa, segundo dados ela foi abençoada pela Igreja Católica em 2 de novembro de 1936. Não se localizou informação posterior sobre o que ocorreu com a capela.⁶⁹

Como local sagrado, os itens números 946, 947, 948 e 949 da Pastoral Coletiva de 1915, solicitava aos párocos que cuidassem para que não houvesse nada de profano, nos epitáfios, inscrições, estátuas e monumentos. Que as sepulturas fossem divididas para os clérigos, leigos, adultos e crianças. Uma parte deveria ser reservada às crianças sem o batismo. Os cemitérios deveriam ser conversados limpos, cercados e que não fossem convertidos em pasto de qualquer animal e nem em terreno de cultura. Seria permitido, aos locais distantes, a construção dos cemitérios rurais, desde de que observados a legislação eclesiástica, como forma de proteção para aqueles que faleceram em locais ermos e sem assistência religiosa.⁷⁰ Os moradores de Campo Grande desconhecendo ou não se importando com as recomendações da Igreja Católica efetuavam o sepultamento sem ordem e sem separações desrespeitando a legislação eclesiástica. Pela falta de segregações de quaisquer tipos configurando-o como um cemitério bem democrático.

A Igreja Católica também normatizou para os lugares onde não houvesse cemitérios para acatólicos. E no caso, isto se aplicaria a Campo Grande por seu cemitério ser público.

⁶⁷ Pastoral Coletiva 1915, p. 250.

⁶⁸ ACMCG, Livro de Atas anos 1916-1920, f. 46 v.

⁶⁹ ADC. Anuário estatístico diocesano ano de 1939.

⁷⁰ Pastoral Coletiva 1915, p. 250-251.

Os itens 951, 952, 954, 955, 956 e 958 da Pastoral Coletiva de 1915, determinavam as formas que deveriam ser sepultados os não acatólicos. A paróquia deveria separar uma parte não abençoada para estes. Em Campo Grande, isto nunca ocorreu. O cemitério acolhia indistintamente todos os defuntos. As sepulturas eram colocadas lado a lado sem a separação recomendada pela Igreja Católica.

Os cemitérios públicos só seriam abençoados quando fossem reconhecidos os direitos da Igreja Católica sobre os cemitérios eclesiais. Somente a igreja competiria dar ou negar sepultura eclesial. Entre os que eram negados estariam: os infiéis aqueles que não foram batizados, os acatólicos, apóstatas, cismáticos, excomungados vitandos, excomungados notórios e públicos, os que morreram em duelos – mesmo que arrependidos –, os suicidas – apenas os que se deram por desespero ou ira, e não por loucura –, em caso de dúvida a mesma não deveria ser negada, apenas evitar-se-iam as pompas, e por fim os pecadores públicos e crianças sem batismo. Em casos particulares, o bispo deveria ser consultado, ou em caso de impedimento utilizar-se de indulgência.

O cemitério poderia ser profanado da mesma forma que uma igreja, cabendo apenas ao bispo ou ao seu envidado a reconciliação com o sagrado. Para ocorrer profanação, bastaria sepultar nele algum daqueles que deveriam ser negada a sepultura. Os que se negassem seguir estas regras seriam excomungados até que explicasse os seus atos a autoridade competente.⁷¹ Em Campo Grande está era uma observação impraticável, as correspondências para a sede episcopal na maioria das vezes atrasavam ou eram extraviadas. (MARIN, 2009, p. 289) Alguns tipos de dispensas poderiam aguardar dias, meses ou até anos, mas no caso de falecimento o cadáver não pode esperar que os legalismos sejam cumpridos para ser sepultado.

Os párocos deveriam prestar assistência aos fiéis doentes, mesmo aos católicos que vivessem *escandalosamente*. Aos que se negassem em receber os ritos, a Igreja Católica também os negaria a sepultura cristã.⁷² Para Campo Grande, vale a reflexão de como a Igreja Católica agia para efetuar os sacramentos para com os mortos, pois aqui o pároco se instalou mais de quarenta anos após a fundação do povoado.

Os cuidados com os fiéis também se dariam no momento da exumação de algum corpo, que deveria ocorrer com a expressa autorização do bispo, mesmo em cemitérios secularizados, como o caso de Campo Grande. Em caso de impossibilidade deveriam consultar o vigário ou pároco para cuidarem da decência e conveniência da nova sepultura.

⁷¹ Pastoral Coletiva 1915, p. 251-253.

⁷² Pastoral Coletiva 1915, itens 959-960, p. 253.

A lei municipal também normatizava a exumação que não se faria antes de passado cinco anos depois do enterramento, salvo quando esta for seguida pela autoridade judicial ou policial.⁷³

Para os cemitérios eclesiais construídos fora das cidades, nada se mudava referente aos direitos paroquiais e religiosos. Nenhum pároco deveria exigir novos direitos, cada um deveria officiar as exéquias de seus paroquianos.⁷⁴ Campo Grande além possuir durante muito tempo apenas uma paróquia o seu cemitério era público e aberto a todos os cultos.

A cremação era uma prática totalmente condenada na Pastoral de 1915. Para a Igreja Católica, a tradição exigia que os mortos fossem enterrados intactos para aguardarem a ressurreição. Evocando São João Crisóstomo e o direito canônico, argumentava-se que desde os primórdios do cristianismo os mortos eram enterrados e que a cremação contrariava a fé cristã. Aos que, mesmo assim, a fizessem seriam excomungados e negado-lhes a sepultura cristã. Salvo aquele que não o fez por desejo próprio. Até o simples fato de proclamar o interesse neste tipo de rito, já seria passível de excomunhão.⁷⁵ A cremação não era uma prática cristã nem tão pouco usual na Europa. Era uma tradição inventada para diferenciar os galeses dos ingleses. Na Inglaterra, foi remetido aos antigos ritos druidas. Porém, a prática tem mesmo origem na influência dos novos modos de morrer e viver, que influenciaram a concepção de como viviam os druidas. (MORGAN, 1992, p. 66)

A cremação na Igreja Católica só foi aceita por ato do Santo Ofício e após a década de sessenta do século XX. Assim, a atual lei da Igreja Católica, a partir do Concílio Vaticano II, ao tratar do sepultamento no Código de Direito Canônico, cânon de número 1176, no parágrafo de número 3 afirma que: “A Igreja aconselha vivamente que se conserve o piedoso costume de sepultar o cadáver dos defuntos; sem embargo, não proíbe a cremação, a não ser que haja sido eleita por razões contrárias à doutrina cristã”.

Caso seja utilizado, a cremação as cinzas do defunto devem ser guardadas com respeito, da mesma forma com devem ser as cinzas retiradas da sepultura quando se completa a deterioração do cadáver pela corrupção orgânica. O local apropriado para guardá-las são as urnas nos cemitérios, onde as pessoas podem ir rezar e se recolher para lembrar-se piedosamente do finado.

⁷³ Pastoral Coletiva 1915, item 960, p. 253. Revista ARCA, Outubro 1995. 1º Código de Posturas da Vila de Campo Grande – Ano 1905.

⁷⁴ Pastoral Coletiva 1915, item 962, p. 253.

⁷⁵ Pastoral Coletiva 1915, item 963-964, p. 254.

Enterrar os mortos, para a Igreja Católica, é uma das obras de misericórdia e a ela se dedicaram inúmeras confrarias piedosas durante os séculos em que a fé predominou na sociedade ocidental. O mais importante, entre ser enterrado ou cremado é para a Igreja Católica, entretanto, rezar pelas almas dos falecidos, as benditas almas do Purgatório. Pois, Deus, em virtude da caridade que for dedica para com a alma dos fiéis defuntos, seria misericordioso durante a vida e abreviaria a passagem do fiel no Purgatório depois da morte.

Por fim, a Igreja determinava nos itens de números 965, 966 e 967, a forma de registro dos óbitos e dos sepultamentos. Deveriam constar: dia, mês, ano, hora, lugar do óbito, nome, sobrenome, naturalidade, residência, filiação legítima, estado civil, se recebeu o sacramento, se o corpo foi encomendado, se houve acompanhamento da igreja, ao cemitério, missa de corpo presente, dia do sepultamento, se foi amortalhado com hábito de alguma ordem, se fez testamento, de deixou algum legado pio e por fim se morreu *ab-intestato*. Em caso de enterro em outra igreja ou cemitério os registros deveriam ser lavrados nos dois locais os mesmos dados.⁷⁶ Mesmo assim, em Campo Grande a maioria dos registros são incompletos ou inexistentes.

Marin (2009, p. 293-294), descreve que na maioria dos arquivos das paróquias da diocese de Santa Cruz de Corumbá eram desorganizados. Os livros tombos inexistentes ou ficavam anos a fio sem atualizações. Os livros de assentamentos de batismo, óbitos e casamentos eram tratados da mesma forma e quando atualizados eram feitos por terceiros, mas pelas recomendações o serviço deveria ser efetuado pelo pároco. Em Campo Grande, os registros também são incompletos, apesar da paróquia ter sido provida de padres desde a sua criação.

A lateralidade do catolicismo na sociedade campo-grandense sempre foi presente. As tentativas da Igreja Católica de imprimir valores e práticas católicas na sociedade do antigo sul de Mato Grosso eram parciais e pouco eficazes. E são apresentadas no não cumprimento das regras e normas com relação aos templos, aos cemitérios e a não observância ou quase na total ausência dos ritos e do culto aos mortos.

⁷⁶ Pastoral Coletiva 1915, item 966-967, p. 255.

II – Fronteiras do Além

"Despeço-me dos mortos, mas não para os esquecer. Esquecê-los, creio, seria o primeiro sinal de morte minha. Além disso, após escrever tantas páginas, fez-se-me a convicção que devemos levantar do chão os nossos mortos, afastar dos seus rostos, agora só ossos e cavidades vazias, a terra solta, e recomeçar a aprender a fraternidade por aí".
In: Manual de Pintura e Caligrafia Saramago (1922-2010)

Lembra-nos Freud (s/d, p. 112), que em algumas culturas o nome do morto não pode sequer ser pronunciado. Os evangélicos condenam até mesmo a oração pelos mortos. A partir do final do século XIX, as sociedades de cultura industrial, capitalistas, apropriam-se dos mortos. O morto não pertence mais à família, aos seus amigos próximos, o mesmo deve ser louvado e homenageado por toda uma sociedade. Flores (2006, p. 113-114), analisou a forma como a memória do morto ultrapassa o círculo familiar. Antes, uma memória reservada às igrejas, nas missas de sétimo dia, aos cemitérios, através dos monumentos fúnebres, na família, com a guarda do luto, são agora transferidos para fora dos muros das necrópoles. Aqui, quebra-se a fronteira do *Além*. Os mortos ilustres, vultos da sociedade, acabam por batizar as ruas, as avenidas, as praças, estádios, aeroportos e outras obras construídas pelo homem. Existem também os casos em que cidades recebem o nome do morto, Presidente Prudente – SP, Luís Eduardo Magalhães – BA e Tancredo Neves – BA, entre outros. Esta atitude diante da morte, a de homenagear, os que fizeram o passamento, é para a perpetuação dos atos e da memória destes cidadãos.

Portanto, a partir deste gesto, a invocação do morto não é mais proibida, o mesmo passa a ser invocado, lembrado e presentificado a cada momento em que se pronuncia, por exemplo, o nome de uma rua. A morte é encarada como perda, como dor e como pesar. Ela

vem, retirar a falsa ideia de imortalidade. Por este motivo, analisaram-se os necrológios e as notas de pesar da Câmara Municipal de Campo Grande.

Elias (2001, p. 07), nos lembra que a morte pode ser mitologizada. Com o fim da vida, nova etapa começa nos lugares como, Hades, Valhalla, no Inferno ou no Paraíso. O homem sempre tentou evitar a morte, escamoteando e preparando-se para a morte do outro e não para a sua. O cristianismo também traz em si a visão de um mundo no *Além*, porém a sociedade capitalista destruiu a esperança, fazendo com que a morte seja apenas dor e perda.

2.1 – Cemitério e a sociedade

Ao passar-se em frente aos cemitérios de nossas cidades, não se faz ideia de suas origens nem dos seus velhos estigmas e simbologias. O cemitério é uma das muitas paisagens que, de tão acostumados a ela, não mais a questiona-se. Dentro do que convencionou se chamar de *museus a céu aberto*⁷⁷, pode-se assim traduzir, estes *locais da memória* são, segundo Le Goff, lugares onde o homem produz uma grande variedade de vestígios materiais que são objetos de estudo da História.

A grande época dos cemitérios começa, com os novos tipos de monumentos, inscrições funerárias e rito da visita ao cemitério. O túmulo separado da igreja voltou a ser o centro da lembrança. O romantismo acentua a atração do cemitério ligado à memória. (LE GOFF, 1994, p. 462)

Estudos recentes como os de Reis (2004, p. 13-14), nos colocam a frente de questões antes não analisadas. Até o século XIX, era comum ser enterrado dentro das igrejas ou em cemitérios em seus arredores. Com as políticas de higienização e de saúde os mortos tiveram de ser afastados do convívio das cidades. A solução foi implementar os cemitérios públicos – chamados de *Campo Santo* (REIS, 2004, p. 295) – com a intenção de melhorar a vida das pessoas nas cidades que começavam a se urbanizar. A revolta popular na Bahia – *Cemiterada* – foi uma das formas da população reagir contra as mudanças implementadas para a organização das inumações em lugares fora das cidades e das igrejas.

⁷⁷ Conforme Ariès (1985, p. 212), o cemitério já possui um caráter cultural desde o século XVIII, devido às suas expressões artísticas. «*Enfin le cimetière est un musée des beaux-arts. Les beaux-arts ne sont plus réservés à la contemplation d'amateurs isolés, ils ont un rôle social; ils doivent être goûtés par tous et ensemble. Il n'y a pas de société sans beaux-arts et la place des beaux-arts est à l'intérieur de la société.*»

Ocorrida à proibição do enterro nas igrejas, visto que não poderia ser revertida, a sociedade reagiu introduzindo nos campos santos igrejas particulares. Cada família edificou para si pequenas capelas, que lembravam as igrejas de outrora. Como a alma não podia mais estar próximo dos altares ou das entradas das igrejas, teria a consolação de uma *representação* da igreja sobre o seu túmulo. Estas capelas foram o mais fiel possível às igrejas. Todos os objetos que remetessem à lembrança de uma igreja eram empregados. “A família burguesa, em filas cerradas, se aglomerou dentro desse hábitat póstumo; época das capelas e monumentos funerários”. (VOVELLE, 1997, p. 328)

As devoções campo-grandenses, como resultado das multinacionalidades da população, são representadas, sobretudo, nas imagens de Nossa Senhora de Aparecida, São Jorge, Nossa Senhora de Fátima, Santo Antônio, Sagrada família, Jesus Cristo – em diversas formas –, São José entre outros. A cada devoção encontrada mapeia-se também a origem do morto. Aqueles que aderem a São Jorge possuem forte ligação com o Oriente Médio, Nossa Senhora de Fátima e Santo Antônio nos remetem à devoção luso-brasileira, Nossa Senhora de Aparecida à devoção particular do Brasil. Os crucifixos aparecem de forma variada, podem ser góticos, latinos, ortodoxos, gregos, bizantinos, de acordo com a nacionalidade e a devoção do morto ou ao período e tipo de arte que no momento da inumação estava em voga. Há capelas que reproduzem as igrejas nos mínimos detalhes não esquecendo nem mesmo os sinos.

Para a família, o importante era que o morto descansasse em paz, de preferência com a proteção de seu santo de devoção, e com todas as condições para uma boa passagem para o *Além*. As imagens decoram os túmulos, os santos de devoção são os advogados que intercedem pelo morto, guardando assim o seu túmulo e também levando a Deus às suas preces.

Em Campo Grande, o fenômeno não foi diferente. São visíveis no cemitério de Santo Antônio as *representações* de pequenas igrejas. Algumas luxuosas com acabamentos requintados e obras de artes. Outras, mais simples, porém, todas trazem em si a mesma intenção de transformar este local em um pedaço de igreja a céu aberto. A identidade mais presente é a católica. As hibridações religiosas também são frequentes. Representações do catolicismo podem ser unidas às representações árabes, maçônicas e japonesas, entre outras.

Os ritos mortuários são específicos em cada local que se estuda. Em Campo Grande a morte e seus ritos possuem características próprias. O planejamento urbano ocorreu sob forte influência laica. Mas também possui origens na fundação de um Arraial dedicado a

Santo Antônio. Nesta mistura, acrescentando a ela migrantes e imigrantes, ao invés de ocorrer uma disputa de forças que tentam sobrepor umas as outras, o que ocorreu foi uma reorganização de ritos, dos cultos e das representações. Católicos não são apenas católicos. Mulçumanos buscam aceitação na sociedade. Japoneses se misturaram com uma certa naturalidade. É a dinâmica da vida e da morte. As fronteiras tornam-se fluídas e, por vezes, difíceis ou impossíveis de serem separadas.

Pode-se considerar o cemitério de Santo Antônio um espelho da sociedade campo-grandense. Numa sociedade, composta por migrantes e imigrantes verifica-se que na hora da morte, ocorrem inúmeras trocas culturais e que as identidades mantiveram-se híbridas. No momento final da vida, as identidades de origem tendem a afirmar a sua presença, representada na arte tumular. Para estudiosos como Barth este retorno às origens étnicas são chamadas de fronteiras invisíveis e são determinadas pela sociedade local. (BARTH, 1988, p. 188; p. 195)

Em Campo Grande, os japoneses costumavam construir seus túmulos com elementos que remetem à sua origem e cultura. (ROCHA, 2006, p. 11) Mesmo adaptados à cultura local – e aderindo ao catolicismo, inclusive – suas raízes ficam evidentes nos seus túmulos, que trazem muito dos elementos xintoístas ou budistas. A comunidade japonesa local e seus descendentes realizam anualmente o Bon Odori, um festival que reverenciam os antepassados e as colheitas.

Para Baldus e Willems (1941, p. 132), na falta de maiores recursos os jazigos tradicionais dos japoneses do interior do Estado de São Paulo eram feitos apenas com uma única estaca de madeira, na qual eram escritos os kanjis. Os autores também encontraram na cidade de Registro, no Estado de São Paulo, túmulos baseados na mistura de elementos orientais e ocidentais.

As práticas de piedade apresentam-se nos túmulos das crianças são comumente ornados com os tradicionais anjos. Esta representação tem origem na constatação popular que de as crianças são pequenos anjos e os seus túmulos representariam a sua própria imagem. Outra verificação com relação ao sepultamento de crianças e de adolescentes é o enterro em urna mortuária e vestimenta branca. Está tradição origina-se com a questão da pureza que os pequenos anjos devem levar para além túmulo.⁷⁸ A morte menina em Campo Grande é representada na dor da perda pela família que chorava a partida dos *anjinhos*.

⁷⁸ A propósito, os recursos simbólicos de posituação da morte menina atravessavam várias camadas da cultura funerária. Os anjinhos eram maquiados, enfeitados com coroas de flores, vestidos com mortalhas coloridas e para eles não se devia chorar. (REIS, 1997, p. 113)

Numa análise preliminar identifica-se que os santos de devoção mais populares entre os católicos campo-grandenses são: Nossa Senhora de Aparecida, Santo Antônio, Nossa Senhora de Fátima, Jesus Cristo – em várias versões – e a Sagrada Família. Cada morto com a sua devoção é acompanhado por ela no momento da morte e a mesma fica eternizada sobre sua lápide. E enchendo os olhos dos vivos, através da beleza de obras de arte em bronze, mármore carrara, granito e outros materiais como o concreto armado.

O *Campo Santo*, apesar de público, reflete a organização social de Campo Grande, que, como o Brasil, tem a maioria de sua população católica. Identificaram-se os traços culturais do catolicismo dentro do cemitério de Santo Antônio. A representação é a ausência de uma presença, pois o cemitério não é a Igreja Católica, e a Igreja não é mais o cemitério, mas socialmente ambos se encontram. Segundo Ariès (2003), quando estuda-se a morte se trata também da representação do morto, pois:

Os túmulos tornavam-se o signo de sua presença além da morte. Uma presença que não suponha necessariamente a imortalidade das religiões de salvação, como o Cristianismo. Os túmulos e os epitáfios têm a função de representar o que o morto foi para a família e para a sociedade. (ARIÈS, 2003, p. 74)

Os cemitérios de Mato Grosso deveriam ser públicos e livres para o exercício de todos os cultos religiosos, conforme o decreto estadual nº 47, de 10 de outubro de 1936, no seu artigo 5º do capítulo II, que tratava do funcionamento dos cemitérios em todo o Estado de Mato Grosso.⁷⁹ No regimento interno da Câmara Municipal de Campo Grande aprovado em 10 de julho de 1937, no seu artigo 35, deliberava no item *J* sobre os necrotérios, cemitérios e funerários, dando-lhes regulamentações que garantam livre exercício de todos os cultos e prática de ritos religiosos.⁸⁰

O velho ditado luso-brasileiro de “não ter onde cair morto” é um medo cultural que se traz de longa data. Para Reis (1997, p. 124), uma das formas mais temidas de morte era a morte sem enterramento adequado. Morrer no mar, por exemplo, era particularmente terrível e até hoje no sertão se reza pelas ‘almas das ondas do mar’, esta devoção tem origem no litoral, onde eram comuns os naufrágios. A falta de um local para depositar o cadáver, indica o abandono, a pobreza, a indigência e o esquecimento.⁸¹

⁷⁹ MATO GROSSO. Decreto nº 47, de 10 de outubro de 1936. Que regula o funcionamento dos cemitérios.

⁸⁰ ACMCG, Livro de atas 1937-1947, p. 9 v.

⁸¹ Reis (1997, p. 97), trata do temor de ter o corpo depositado ao léu, em terra profana, ao lado de animais. Esta é a fórmula perfeita para a criação das almas penadas. Um local de tormento para as almas dos assim mortos e enterrados, para salvá-las faziam-se necessárias muitas rezas e marcação do local com a Cruz. As bases das cruzes, colocadas para marcar este tipo de sepultura, se enchiam de pedras que contabilizavam as preces ditas na intenção dos mortos, ajudando-os a atravessar o estado liminar em que viviam e integrando-os definitivamente ao outro mundo. Não ter uma sepultura sempre foi uma preocupação de longa data. Ter um

Cada túmulo traz uma singularidade, e uma relação com a cultura de cada família. Este produto da cultura material como fonte nos auxilia na representação do passado e na busca da reconstituição da formação social de Campo Grande. Existem também as apropriações dos símbolos e da cultura católica. Abordar-se-á também no decorrer do texto a apropriação do morto pela sociedade, efetuada através da nomeação dos logradouros públicos.

As elites de Campo Grande, sempre buscaram se afirmar como um ponto de resistência urbana no extremo oeste do Brasil. (ARRUDA, 2000, p. 189-218) A Ferrovia NOB, e os Quartéis do Exército vieram de encontro aos seus anseios. Assim, o modesto arraial passou a ser a cidade mais importante do então Estado de Mato Grosso, ao ponto que na festa do bicentenário, em 08 de abril de 1919, cogitava-se a mudança da capital de Cuiabá, para Corumbá ou Campo Grande, o que para os cuiabanos parecia uma ameaça real. (GALETTI, 2000, p. 310) Esforços e dinheiro não foram medidos na intenção de efetuar propagandas sobre as potencialidades do sul do antigo Estado de Mato Grosso, à elite campo-grandense fez questão de gastar alguns contos de réis para fazer-se presente no evento do bicentenário.⁸²

Campo Grande era um local com uma população pouca afeita às normas católicas. A sede paroquial, até 1912, era a de Miranda, a 205 km de distância. Após a criação da paróquia mesmo provida por clero, o cenário religioso não apresentava modificações. A população pouco recorria aos sacramentos, aspecto que refletia na escassez de rendas para a Igreja Católica. Enfim, os traços culturais da formação histórica do sul do antigo Mato Grosso mantinham-se. A Igreja Católica não conseguia mudar a aversão à internalização das normas católicas. A cidade não tinha um cemitério descente, não possuía tratamento de água, nem de esgoto e um traçado urbano. Louvava-se uma ferrovia, que para alguns foi sinal de *progresso* e a presença militar. Muito louvor para uma pequena e escondida vila nos rincões do oeste, onde nem tudo era tão organizado e as legislações civil e eclesiástica eram negligenciadas.

Localizado na avenida da Consolação, onde as principais ruas e avenidas de Campo Grande começam se encontra a necrópole, a cidade dos mortos, estagnada. Não possui mais condições de ampliação ou da construção de novos túmulos, parou no tempo e no seu espaço, sendo assim limitado pelos seus muros. O nome da avenida da Consolação uma

local adequado e santo para o depósito dos corpos é também uma atitude de piedade cristã e respeito aos antepassados.

⁸² O Município gastou 5:000\$000 para a exposição do bicentenário do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá.

alusão direta a rua do cemitério mais famoso de São Paulo – o da Consolação – o sonho das elites campo-grandense, que desde de sempre esperam o dia, que Campo Grande tornar-se-ia a capital do Estado de Mato Grosso.

A pólis cresceu e avançou sobre a necrópole e hoje não se pode mais negar a sua presença no cotidiano urbano. Por fim a morte humanizada, higienizada e excluída de Campo Grande foi inserida na cidade pelo crescimento demográfico e urbano. Tanto que na atualidade, não existem mais os limites que dividam a morada dos vivos e a morada dos mortos.

2.2 – Necrológios e notas de pesares.

Os necrológios não são simplesmente elogios aos mortos. No período republicano, eles tinham a função educativa de cultuar os heróis nacionais e de moldar a nova sociedade que surgia e deveria esquecer a nobreza sanguínea da monarquia e de sua velha corte. Independente da época, os elogios aos mortos servem para mostrar aos vivos o caminho a ser seguido. Sendo o morto, um exemplo que se deve venerar e aprender com os seus atos. Para Leonzo:

É o passado que assim se torna mestre do futuro. São as sombras venerandas de alguns mortos que parecem surgir incessantemente do abismo das sepulturas para mostrar aos vivos a estrada do dever, do patriotismo e da honra, como as nuvens de fumo e de fogo, que dia e noite dirigiam a marcha do povo escolhido e sua retirada do Egito. (LEONZO, 1983, p. 77)

O primeiro necrológio que se encontrou nas atas da câmara municipal de Campo Grande foi o do ex-vereador Jerônimo José de Sant'Anna. O senhor vereador Miguel Martins fez breve comentário alusivo do passamento do seu estimado colega membro da corporação e de saudosa memória. O fato ocorrera, em 6 de janeiro de 1909. Elogiou os serviços prestados pelo companheiro de luta, em todos os ramos da vida social. Pediu em frases comoventes para que fosse inserido em ata o voto de profundo pesar por tão infausto acontecido. Que o mesmo fosse considerado como formal protesto da casa em reconhecimento e gratidão para com o ilustre morto. O voto deveria também ser estendido à viúva.⁸³

O necrológio teve o sentido de celebrar e homenagear o ex-vereador e ex-presidente da casa, responsável pelos primeiros passos da Câmara de Campo Grande. Como todo

⁸³ ACMCG, Livro de Atas 1905-1910, Ata de 08/01/1909, f. 50.

necrológico sua função principal era o de exaltar a memória do morto. Também, o trecho que diz, “considerado como formal protesto” demonstra a representação da morte como perda, como um infausto, um mal, algo a ser combatido, a sua não aceitação traz a tona a inimizade do homem com a morte. Posição de trincheira, de um lado o homem que busca a eternidade, mas que sabe que irá morrer, e mesmo sabendo disso não a aceita passivamente. E do outro a morte que chega para todo o ser vivo. A morte, tornada pulsão recalcada, retorna a qualquer momento na vida cotidiana. Como uma angústia e com a ausência de canais que permitam o intercâmbio simbólico com a morte e o seu reconhecimento no seio da sociedade faz crescer enormemente a sua força e a transforma numa potência psicológica oculta e subterrânea. Se o cemitério não existe mais como local e parte das cidades é porque as cidades modernas assumem por inteiro a função deste: são cidades mortas e cidades de morte, porque nelas a morte está simbolicamente ausente, mas reina subterraneamente. (PERNIOLA, 2000, p. 167)

As notas de pesares encontradas foram curtas, na intencionalidade de lembrar o falecido. O voto de pesar proposto pelo falecimento do cidadão Antônio Inácio de Souza, foi efetuado apenas para constar em ata e que os votos fossem estendidos à família enlutada.⁸⁴ O falecimento do professor Oscar Clark⁸⁵, no Rio de Janeiro, mereceu um pequeno necrológico elogiando sua obra em prol dos jovens brasileiros, segundo o vereador Demóstenes Martins, merecia a gratidão de todos os brasileiros. Ele foi um médico higienista carioca que efetuou diversas publicações sobre os direitos das crianças, bem como nos objetivos a que, em sua concepção, deveria visar a educação infantil. A suas obras tornaram-se relevante para a compreensão da educação infantil brasileira, pois, constituem representações e estratégias que tiveram uma larga difusão a partir do final do século XIX, orientando todo um conjunto de iniciativas voltadas para os propósitos de disciplinamento e controle social. Verifica-se ainda, que na metade do século XX, o grande prestígio dos médicos higienistas junto aos governantes e por que não junto a população. Requereu assim, a nota de pesar e que a mesma fosse estendida a família.⁸⁶

Eugênio Peron, vítima de violência, o seu voto de pesar, veio junto com um discurso contra a violência reinante no município no ano de 1948. Ao exército seria

⁸⁴ ACMCG, Livro de Atas 1937-1947, Ata de 16/02/1937, f. 88.

⁸⁵ Médico higienista brasileiro que trabalhou pela higienização da infância, no século XIX e XX. Também, pelo direito das crianças, pela educação infantil, e pelo controle social, através de uma educação infantil de qualidade.

⁸⁶ ACMCG, Livro de Atas 1948, Ata de 23/01/1948, f. 106 v.

sugerido o reforço do policiamento da cidade.⁸⁷ A morte, no caso de Eugênio Peron, foi utilizada como alerta para vida e para os problemas enfrentados pela cidade. Houve também a menção de um acidente ocorrido com o avião da FAB, onde morreram o aspirante Waldir Pereira e o sargento Anselmo Martins. Ao plenário foi solicitado, que fosse enviada a nota de pesar a Aeronáutica e ao Exército.⁸⁸ Solicitou, o vereador Ulisses Serra, que constasse na ata nota de profundo pesar pela morte do Coronel Américo Carlos da Costa. O mesmo também deveria receber homenagem póstuma da casa de leis.⁸⁹

Em cada nota de pesar, verificou-se uma visão de mundo que não aceita pacificamente a morte nem o esquecimento do morto. Para o campo-grandense, a morte ceifava os melhores habitantes de sua terra. Homens dignos que deveriam ser lembrados como pessoas que trabalharam para a construção de um país melhor. Os filhos legítimos ou adotados desta terra deveriam ser chorados pela dor de sua perda. Assim, a morte toma a representação de temor, do mal que não é bem-vindo. Contudo, é curioso notar que, no mesmo momento do voto de pesar, foi requisitado o aumento do policiamento, visto a violência que sempre esteve presente em Campo Grande.

Assim, morte vem alertar a vida, vem ao seu socorro. Estes tipos de necrológio são comuns nos discursos dos políticos brasileiros, onde a morte era vista como infortúnio e perdas lamentáveis. Em especial daqueles que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento de Campo Grande, de Mato Grosso e do Brasil.

Com a morte do político e jornalista Virgílio Alvim de Melo Franco, o vereador Artur Vasconcelos Dias, com a palavra efetuou um pequeno necrológio para o ilustre homem público que por sua morte enlutou o país, solicitou à casa que fosse inserido na ata um voto de profundo pesar e que a mesa telegrafasse a família às condolências.⁹⁰ Melo Franco apoiou a Aliança Liberal e a Revolução de 1930. Treze anos depois, foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros contra a ditadura Vargas e um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN) na redemocratização em 1945, partido que presidiu. Virgílio sendo um opositor de Vargas deveria possuir muitos admiradores em Campo Grande.⁹¹ Esta nota de pesar foi um ato político na câmara de Campo Grande onde deveriam entrincheirar-se de um lado os opositores de Vargas e de outro os seus colaboradores e simpatizantes.

⁸⁷ ACMCG, Livro 1948, Ata de 23/02/1948, f. 131 v.

⁸⁸ ACMCG, Livro 1948, Ata de 08/04/1948, f. 174 v.

⁸⁹ ACMCG, Livro 1948, Ata de 16/06/1948, f. 199. ACMCG, Livro 1948-1949, Ata de 30/06/1948, f. 1 v.

⁹⁰ ACMCG, Livro 1948-1949, Ata nº 100 de 03/11/1948, f. 72.

⁹¹ A elite campo-grandense em 1932 fez oposição ao governo Vargas aliando-se a São Paulo, enquanto que a capital Cuiabá ficou a favor do governo federal.

O irmão do então presidente da Câmara também foi homenageado com um voto de pesar. O vereador Arthur de Barros, efetuou a solicitação para a nota de pesar pela perda do cientista Dr. Ernani Martins da Silva, em 28 de dezembro de 1948, irmão de Demóstenes Martins.⁹² Faleceu prematuramente em naufrágio no rio Araguaia quando investigava antígenos de hemácias em populações indígenas. Era colaborador de Walter Osvaldo Cruz em pesquisas sobre o sangue. As condolências trazem também em si um sentido de mediação. A importância do morto é clara, mas neste caso, porém, ele era irmão do presidente da casa.

Os vultos mundiais e regionais importantes também foram homenageados na câmara como foi o caso de do falecimento do ministro da Inglaterra Ernest Bevin, o vereador Washington Prado solicitou que enviasse ao embaixador da Inglaterra no Brasil as condolências pelo seu falecimento.⁹³ Eva Perón foi homenageada em decorrência de sua morte por câncer uterino. O próprio Senhor Presidente da Argentina General Juan Domingos Perón agradeceu as condolências enviadas pela Câmara de Campo Grande.⁹⁴

O Rei Jorge VI da Inglaterra também foi celebrado na câmara, o vereador Pedro Luiz de Souza fez o seu necrológio, falando sobre a personalidade do monarca, por fim solicitou a mesa para enviar a embaixada da Inglaterra no Rio de Janeiro um telegrama pelo falecimento daquele soberano.⁹⁵ O Rei Jorge VI, que foi o último Imperador da Índia e também é o pai de Elizabeth II, atual rainha da Inglaterra. Seu reinado foi no período que compreendeu a Segunda Guerra Mundial.

O vereador Nelson Borges de Barros, solicitou a casa nota de pesar na ata pelo falecimento de Napoleão Hammas, e que o voto fosse estendido à família.⁹⁶ A morte do prefeito de Coxim, Sr. Manoel D'Ávila, foi lembrada pela monção de nota de pesar solicitada pelo vereador Walfrido Arruda, a mesma deveria ser telegrafada para a Câmara do Município de Coxim. De família tradicional do sul de Mato Grosso, o prefeito de Paranaíba teve, sua a morte lembrada, pelo vereador Mário Carrato. Solicitou a casa o envio de condolências a câmara de Paranaíba e a família pela morte do prefeito Manoel Garcia Leal.⁹⁷ A família Garcia Leal é considerada como uma das primeiras a ocuparem o sul de Mato Grosso.

⁹² ACMCG, Livro 1948-1949, Ata nº 111 de 03/01/1949, f. 105.

⁹³ ACMCG, Livro 1950-1951, Ata de 18/04/1951, f. 130.

⁹⁴ ACMCG, Livro 1951-1952, Ata nº 327 de 03/09/1952, f. 146 v.

⁹⁵ ACMCG, Livro 1951-1952, Ata nº 285 de 06/02/1952, f. 68 v.

⁹⁶ ACMCG, Livro 1950-1951, Ata de 01/06/1951, f. 159 v.

⁹⁷ ACMCG, Livro 1951-1952, Ata nº 281 de 23/01/1952, f. 58 v.

O médico e jornalista Ary Coelho de Oliveira foi eleito prefeito de Campo Grande em 1951. Era um prefeito amado pela população. No seu discurso de posse protestou contra os fatos ocorridos nas últimas administrações. Para ele a cidade vinha sendo administrada imoralmente e sem compostura cívica que deveria ser o dever de qualquer homem público. A cidade continuava a sofrer com o problema da falta de energia elétrica. A rede de esgoto era insuficiente e a água racionada. As ruas estavam esburacadas pela erosão, sem rede de coleta de águas pluviais, sem sarjetas e meio-fios e serviço telefônico ruim. A cidade, na sua visão, encontrava-se em total abandono.⁹⁸ Ary Coelho era um homem que comprava brigas e, muitas vezes, grandes brigas. Sua tendência de ascensão política era tornar-se governador do Estado de Mato Grosso. Segundo Edílson Martins foi um dos primeiros a levantar-se para defender o direito do índio a terra. (MARTINS, 1978, p. 215)

O periódico o *Matogrossense*, do dia 22 de novembro de 1952, noticiou com a manchete: *Os ltuosos acontecimentos de Cuiabá*. Segundo a notícia ao chegar a Cuiabá Dr. Ary foi informado que corriam em Cuiabá informações sobre ameaças de morte contra ele e contra sua comitiva. Ary Coelho não levou a sério as informações, pois sabia que os cuiabanos não eram dados a “atos de covardias” deste tipo. Mas o mesmo no dia 21 de novembro de 1952 foi assassinado.⁹⁹

O periódico *Jornal do Comércio*, do dia 24 de novembro de 1952, possuía como sua manchete: *Lamentamos todos a tragédia que enlutou Campo Grande*. A notícia começava com a informação do desaparecimento, que fora trágico e inesperado. Na sequência relatava o fato que traumatizou a cidade por anos, a morte em Cuiabá de Ary Coelho. O jornal ainda realizou um grande necrológio em homenagem ao morto. Destacava também que a morte do mesmo uniu os adversários trabalhistas e conservadores, a esquerda e a direita em um só lamento.¹⁰⁰

Segundo o inquérito policial publicado no *Jornal do Comércio*, de 10 de dezembro de 1952, estando o Dr. Ary na Comissão de Estradas de Rodagem de Mato Grosso, no dia 21 de novembro de 1952, quando a polícia foi informada por telefone que o prefeito de Campo Grande fora assassinado por Aleyr Ferreira Lima. O motivo seriam difamações proferidas em jornais de Campo Grande e de Cuiabá.¹⁰¹

⁹⁸ ACMCG, Livro 1950-1951, Discurso de posse de Ary Coelho de Oliveira de 30/01/1951, f. 95-95 v.

⁹⁹ *Matogrossense*, de 22 de novembro de 1952.

¹⁰⁰ *Jornal do Comércio*, de 24 de novembro de 1952.

¹⁰¹ *Jornal do Comércio*, de 10 de dezembro de 1952.

Para o artista campo-grandense Humberto Espíndola, esta foi uma das mais fortes emoções que presenciou em sua infância. O prefeito Ary Coelho de Oliveira era, nas palavras de Espíndola, “um homem dinâmico e alegre que começara a asfaltar a cidade e tinha grandes planos para Campo Grande”. Seu enterro foi relatado como “algo impressionante, com uma multidão sonâmbula acompanhando a pé o líder da cidade, até a morada final”. (ROSA, 1999, p. 170) O professor Pedro Chaves, fundador da Moderna Associação Campo-grandense de Ensino, a Mace, e da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, a Uniderp, cujo pai pertencia ao mesmo partido que Ary Coelho, o PTB, também relata que o assassinato foi algo brutal que sensibilizou toda a cidade. (ROSA, 1999, p. 214)

O periódico *Matogrossense*, do dia 25 de novembro de 1952, relatou como foi o funeral de Ary Coelho de Oliveira. Sendo uma figura ilustre e popular conseguiu-se verificar a forma que os funerais da elite eram celebrados em Campo Grande. O povo foi receber o corpo do prefeito ainda na Base Aérea de Campo Grande sendo a sua urna funerária encaminhada para o prédio da câmara municipal da cidade onde já se aglomeravam muitos populares. Durante o trajeto o povo lamentava e acena com lenços brancos para o caixão. No meio do trajeto o povo tomou nos braços a urna onde estava o corpo do prefeito. A polícia teve grande dificuldade de controlar a multidão.¹⁰²

O corpo foi velado à noite toda. Por volta das oito da manhã na igreja de Santo Antônio foi celebrada a missa de corpo presente. A igreja estava lotada e na sua maioria por mulheres da cidade. O esquife foi todo coberto de flores e coroas. O féretro foi conduzido ao cemitério por volta das onze horas da manhã. Segundo o jornal apesar da distância do cemitério em relação ao centro da cidade o mesmo foi conduzido nos braços do povo. Todos queriam pegar na alça da urna funerária para encaminhá-la à sua última morada. Para o jornal, o povo queria demonstrar sua última prova de amor e afeto.¹⁰³

Na câmara municipal o necrológio ficou a cargo do vereador Osvaldo de Figueiredo que achou a incumbência muito dolorosa e sentia-se magoado e em estado de choque pelo ocorrido. Para ele, a cidade perdeu um cidadão ímpar e admirado por todos sem distinções. Era uma figura grande no cenário político de Mato Grosso.¹⁰⁴ No discurso afirmava que enquanto médico, foi um sacerdote na sua profissão. Atendia os pacientes com muito carinho e atenção. Perante a “grandeza” de Ary Coelho o nobre vereador sentia-se indigno

¹⁰² *Matogrossense*, 25 de novembro de 1952.

¹⁰³ *Matogrossense*, 25 de novembro de 1952.

¹⁰⁴ ACMCG, Livro 1951-1952, Ata nº 344, Necrológio a Ary Coelho de Oliveira de 22/11/1952, f. 189 f.

de proferir o necrológio. Em suas palavras “estava demais atordoado pela violência do choque tremendo que tanto nos magoou e tanto fez sofrer a cidade”. Continuando o elogio colocando a mistura do sangue do prefeito com a terra morena que representa Campo Grande e às lágrimas de seu povo. Dr. Ary era um exemplo de bondade, boa fé, trabalho e honestidade para todo o Mato Grosso. Sua morte seria a simbologia do incivilizado contra o civilizado, enquanto um busca um embate no campo das ideias o outro cala e assassina aqueles que o incomodam.¹⁰⁵

Após o necrológio seguiram os vereadores confirmando as palavras do vereador Osvaldo de Figueiredo. O primeiro a fazê-lo foi o vereador udenista Guliver Leão. Em sequência o vereador trabalhista e companheiro de partido do prefeito Nelson Borges que lamentou a sua perda. A câmara recebeu condolências da Associação médica Matogrossense em nome do médico Dr. Walfrido Arruda e também do comandante general da Região Militar. Ainda da Associação Comercial de Campo Grande e uma infinidade de personalidades.¹⁰⁶ O vereador Guliver Leão solicitou em ata que as condolências fossem estendidas à viúva e à família do nobre falecido. Terminou-se o necrológio com orações e sentimentos em homenagem a Ary Coelho de Oliveira. Na mesma ata, foram tomadas as medidas práticas em relação a morte do prefeito como a nomeação do vereador Mário Carrato para assumir o cargo de prefeito municipal, por ser o presidente da câmara.

Este é um típico modelo de *necrológio parcial* onde o morto é exaltado e se esquecem dos seus erros e falhas. O homem é *canonizado* o discurso é permeado pelo apreço e pelo pesar. A gratidão ao ilustre morto é visível, pois todos os discursos fúnebres são declaradamente parciais e por vezes passionais.

Relatam sobre o enterro de Ary Coelho testemunhas como senhor Arthur D’Ávila Neto, contemporâneo, correligionário de partido o PTB, amigo pessoal e foi uma das pessoas que efetuou o necrológio durante o sepultamento. Segundo ele, esta despedida foi algo extraordinário. O cemitério de Santo Antônio acolheu uma população órfã, onde ricos e pobres se uniram para lamentar a perda prematura do prefeito. Quando o caixão tocou o solo o silêncio foi quebrado pelo soluço da população que desesperada chorou. Como o cemitério ficava bem distante da igreja de Santo Antônio e da sede da câmara o senhor Arthur não se lembra de outro cortejo que tenha sido encaminhado para o cemitério a pé, sob o sol das onze da manhã daquele dia. O povo estava triste, mas altivo acompanhou o

¹⁰⁵ ACMCG, Livro 1951-1952, Ata nº 344, Necrológio a Ary Coelho de Oliveira de 22/11/1952, f. 189 v – 190 f.

¹⁰⁶ ACMCG, Livro 1951-1952, Ata nº 344, Necrológio a Ary Coelho de Oliveira de 22/11/1952, f. 190 f-v.

prefeito até sua última morada. Suportando o calor, o sol e as ruas com cascalhos levaram o esquife. A viúva dona Maria, após a morte do seu esposo, teve ideia do quanto ele era amado. (CRUZ, 2000, p. 130-131) É intrigante como o povo esperava dele a redenção do sul do antigo Mato Grosso ou a transformação de Campo Grande em capital.¹⁰⁷

No caso da morte de Ary Coelho, não foram observadas as normas da Pastoral de 1915. No item número 864, da Pastoral de 1915, era expressamente proibido que leigos fizessem o elogio fúnebre de qualquer defunto dentro da Igreja Católica. As orações fúnebres deveriam ser as aprovadas pela Igreja. Aos párocos caberia, lembrar os fiéis quanto a importância das missas pelos defuntos. De todos os sufrágios pelas almas, este viria em primeiro lugar. Nem todas as lágrimas, pompas e solenidades supririam o efeito das missas. Os cadáveres que não puderem ser levados à igreja também deveriam receber a caridade dos vivos pelas missas. Os pobres deveriam receber a caridade dos padres, tendo em vista a impossibilidade de arcarem com os custos de um funeral. A Igreja Católica foi dura com relação aos necrológicos. Recomendava aos párocos, mesmo no cemitério, que se cuidasse para que os elogios não ofendessem a Igreja Católica, nem a fé na vida após a morte. Em caso de impossibilidade, de impedir o sacrilégio, o padre deveria se retirar do local, para não ser cúmplice do ato. Fotos, coroas de flores, símbolos não sagrados, deveriam ser impedidos de utilização sobre os caixões. Uns profanavam o rito e os outros eram apenas motivos de vaidade humana. Pela importância pública do Dr. Ary Coelho a Igreja Católica fez vistas grossas em relação às suas próprias normas. Este era um mais um item da Pastoral coletiva que não era observado em Campo Grande. No cemitério Santo Antônio o elogio fúnebre foi efetuado ao Dr. Ary Coelho.

Ocorreram casos, em que as homenagens ultrapassaram a menção em ata e os sentimentos de pesares. A apropriação do morto também ocorreu em Campo Grande. Em memória e homenagem do industrial Francisco Giordano, foi aprovado o projeto 119, para que a rua da Paz passasse a denominar-se rua Francisco Giordano.¹⁰⁸ O interessante é que nem sempre as leis são cumpridas ou o povo não adere às ideias dos políticos, a rua da Paz continuou com o mesmo nome, não foi alterada como desejava a câmara. Outro caso foi a rua nº 2, que passou a chamar-se rua Nicolau Fragelli, patriarca de importante família de

¹⁰⁷ Como esperavam os portugueses o rei salvador Dom Sebastião, que morreria na África, em 04 de agosto de 1578, acreditava-se que nos momentos de dificuldades o rei dormente regressaria para salvar Portugal de suas mazelas. (HERMANN, 2005, p. 92-93). Uma frase de Machado de Assis resume bem a relação messiânica com a política. No Brasil “o cidadão, em vez de votar, aposta”. Não importa o que sai das urnas o povo precisa do “pai dos pobres”, do “caçador de marajás” e de tantos outros salvadores da pátria que passam por D. Sebastião, Pedro I, Pedro II e Vargas.

¹⁰⁸ ACMCG, Livro 1948-1949, Ata nº 158 de 25/10/1949, f. 43 v.

Mato Grosso.¹⁰⁹ Justificou-se o projeto pelos serviços prestados por este homem a Campo Grande, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Em 1951, a rua da Constituição no centro de Campo Grande passou a se denominar Padre João Crippa.¹¹⁰ Considerado o apóstolo de Campo Grande e de Três Lagoas, o clérigo homenageado foi um dos primeiros Salesianos a dirigir-se para o então sul do antigo Estado de Mato Grosso. Hoje, seu corpo se encontra sepultado na entrada da Igreja de São José, no centro da cidade. No seu túmulo, são colocadas diversas menções de agradecimento por graças concedidas. Sua devoção é popular e não é reconhecida pela Igreja Particular de Campo Grande ou pela Missão Salesiana de Mato Grosso.

Ary Coelho também teve sua redenção. Foi elevado ao panteão de heróis campo-grandenses. Em 26 de novembro de 1952, cinco dias após a sua morte pelo projeto número 370, o antigo local do primeiro *Campo Santo*, que se denominava praça da Liberdade passou a se chamar praça Dr. Ary Coelho.¹¹¹ No dia 27 de novembro de 1952, o vereador Guliver Ferreira Leão propôs a construção de um busto na mesma praça pública, como uma homenagem póstuma ao ex-prefeito. Para ele, isto ia de encontro ao movimento popular em torno da morte de Ary Coelho.¹¹²

2.3 – A viagem para o Além.

Nos relatos da Antiguidade, o morto era considerado um passageiro. Na cultura egípcia, ele deveria ser encaminhado por Anúbis para o além. No Livro dos mortos – como o *Bardo Thödol* – havia os procedimentos que asseguravam a chegada dos mortos ao outro mundo. O sacerdote de Osíris conduzia o defunto na barca de Anúbis, dirigindo-lhe para o oeste e ajudando-lhes com suas orações. O barco era o meio de transporte mais comum para chegar ao *Além*. Toda a simbologia antiga da morte foi rejeitada pelos cristãos. O mundo dos mortos não seria o local de sombras e espíritos. A paga deveria ser dada, em forma de óbolo, a São Pedro o guardião do céu. (BAYARD, 1996, p. 100)

Na cultura luso-brasileira, existe o costume de colocar-se uma cruz nas estradas marcando o local de morte das pessoas. Segundo Reis (1997), este costume remonta hábitos antigos em caso de morte trágica – vítima de acidente ou assassinato – evitar a

¹⁰⁹ ACMCG, Livro 1948-1949, Ata de 13/12/1949, f. 96 v. ACMCG, Livro 1949-1950, Ata nº 174 de 24/01/1950.

¹¹⁰ ACMCG, Livro 1951-1952, Ata nº 345 de 17/10/1951, f. 15 v.

¹¹¹ ACMCG, Livro 1951-1952, Ata nº 345 de 26/11/1952, f. 191 v.

¹¹² ACMCG, Livro 1951-1952, Ata nº 346 de 27/11/1951, f. 15 v.

possibilidade de tornarem-se almas penadas. Para salvar estas infelizes almas faziam-se necessárias muitas rezas, para cada oração o transeunte deveria depositar ao pé da cruz uma pedra. A reza tinha por objetivo ajudá-los a atravessar o estado liminar em que viviam e integrá-los definitivamente ao outro mundo. (REIS, 1997, p. 98) O costume de enterro nas beiras das estradas era comum em todo o Mato Grosso ainda durante o século XX, tanto que o decreto nº 47, de 10 de outubro de 1936, no seu artigo 19º, do Capítulo II, proibia o sepultamento à beira das estradas nas chamadas *Santas Cruzes*.¹¹³

O moribundo era quem presidia o seu ritual de passagem. Em seu quarto, cheio de pessoas, que rezavam e testemunhavam suas últimas vontades. As missas, toques de sinos e um grande cortejo fúnebre eram a contrapartida dos vivos, muitas vezes também a vontade do morto era expressa nos testamentos. (ARIÈS, 2003, p. 188) Em Campo Grande pela falta e quase inexistência de testamentos pouco se conseguiu sobre o rito de passagem, por exemplo, dona Idalina Maria das Dores apenas efetuou perante o tabelião seu desejos materiais após a sua morte.¹¹⁴ Não existe a possibilidade de afirmar se realmente os seus desejos foram atendidos e se o seu testamento foi lavrado próximo aos dias de sua morte. Gradualmente, no Brasil, os testamentos da segunda metade do século XIX deixaram de lado as preocupações escatológicas e com o *Além-túmulo*, a pompa, o luxo, a superstição, a ostentação dos funerais e os sufrágios. “Estas alterações do conteúdo e da forma do testamento indicam que ele não parecia mais ser um instrumento privilegiado pelo fiel para demonstrar suas preocupações em relação à sua morte e ao *post-mortem*”. (RODRIGUES, 2005, p. 324).

Ariès (1996) cita os pormenores da viagem para o *Além*, segundo os ritos católicos, assim seguidos: Primeiro eram dados os votos de boa viagem, orava-se a Deus solicitando que o caminho fosse rápido. Ao chegar ao Paraíso, que pudesse repousar junto aos santos, esperando a ressurreição. Os anjos eram chamados a conduzirem a alma para junto de Deus. Normalmente era cantado um hino aos anjos no quarto do moribundo. (ARIÈS, 1996, p. 79-87)

O rito acima está relacionado aos cristãos católicos, que possuem o costume de orar pelos seus mortos. Entre os cristãos protestantes não é comum o rito dos mortos. Diferente dos católicos, estes, rejeitam a possibilidade de comunicação entre o mundo dos vivos e dos mortos. A vida encerra-se com a morte. O morto fica a espera da ressurreição no dia do juízo final. Mesmo seguindo basicamente a mesma doutrina as diferenças de cultos e ritos

¹¹³ MATO GROSSO. Decreto nº 47, de 10 de outubro de 1936. *Que regula o funcionamento dos cemitérios*.

¹¹⁴ ACSP. Testamento de Idalina Maria das Dores. Processo nº 264. Caixa nº 20. 1919-1920.

são visíveis. Hill (1987, p. 175), apresenta as diferenças religiosas que acompanham católicos e protestantes desde a Reforma.

Naim Dibo imigrou da Síria para Campo Grande quando tinha 15 anos, a fim de *fazer a América*. Trabalhou intensamente, formou família e enriqueceu. Após anos de labuta, conseguiu tornar-se um grande proprietário de áreas urbanas, de rurais, comerciante de sucesso e financista. Como empreendedor, contribuiu para o desenvolvimento econômico de toda a região. Foi acima de tudo benemérito pelo apoio às instituições filantrópicas de sua cidade adotiva, com destaque à Santa Casa, mantida e administrada pela Sociedade Beneficente de Campo Grande.

Homem de grande visão comercial, Naim também se destacava por sua coragem para enfrentar os desafios. No início de seu trabalho como carroceiro, ele foi designado para transportar três corpos que foram abandonados na região conhecida como *Inferninho*, no córrego Ceroula, a dez quilômetros do centro de Campo Grande. Além de ser um trabalho macabro, também era perigoso pelo clima de banditismo que reinava naquela região. Mesmo assim, ele aceitou o serviço e foi ao local indicado. Encontrou os defuntos, porém um deles havia sido decapitado e a cabeça não estava junto ao corpo. Naim precisou encontrá-la nas redondezas, pois o administrador do cemitério se recusava a receber um corpo incompleto. Este feito foi exaltado e muito comentado na então vila de Campo Grande. (MACHADO, 2008, p. 159)

Naim Dibo era o *Caronte* de Campo Grande, a figura mitológica grega que conduzia o morto para sua morada final. Com sua carroça, Dibo, realizava o serviço indigno de recolher corpos pela cidade. Como foi analisado no primeiro capítulo, era comum o ato dos corpos ficarem jogados pelas ruas da cidade sem que ninguém se apiedasse deles. Como comerciante ele verificou que poderia se estabelecer em Campo Grande e realizar serviços funerários que ninguém desejava fazer, mas que poderia ser uma boa fonte de renda. Foi celebrado um contrato entre Dibo e a prefeitura para a realização deste serviço.

Nas décadas de vinte e trinta do século XX, Campo Grande era muito violenta e as disputas nem sempre acabavam bem. Os cadáveres jaziam nas ruas e Naim Dibo, através do contrato, ficava obrigado a recolher os corpos e encaminhar ao cemitério para que fossem enterrados. (LANI, 1999, p. 336) Um dos meios de fortuna deste destemido sírio foi um serviço que para muitos ainda possui a denotação de macabro.

Apesar da recusa da população campo-grandense em internalizar as normas católicas e de vivenciar publicamente a sua fé, o sacramento da extra-unção era muito

valorizado. A encomendação do morto por meio de missas e o enterro cristão com a presença do clero estavam na ofensiva católica, que procurava reverter a recusa da população em praticar os sacramentos e de pagar as taxas pela prestação dos serviços religiosos. Os dados referentes a estes ritos constam nos relatórios estatísticos da Diocese de Corumbá entre os anos de 1930-1950. São relevantes, apesar de não serem completos e nem definitivos, tendo em vista que muitas paróquias e párocos não enviavam os dados para a consolidação estatística do movimento religioso da diocese.

Os movimentos do sacramento da extrema-unção em Campo Grande indicaram que em 1931, 65 católicos solicitaram a extrema-unção e 29 defuntos foram encomendados, em torno de 45% receberam o enterro cristão. Em 1933, 76 católicos solicitaram a extrema-unção e 58 defuntos foram encomendados, calculando assim que 77% solicitaram o enterro cristão. O aumento considerável do número de encomendações foi, por exemplo, em 1936, onde 62 católicos solicitaram a extrema-unção e 85 defuntos foram encomendados em porcentagem chegou-se à um total de 137% que foram enterrados como cristãos. Em 1939, ultrapassaram em mais de 100% entre os que solicitaram a extra-unção e aqueles que receberam as encomendações no cemitério e, em 1942, foram encomendados apenas 45% dos possíveis fiéis defuntos, tendo em vista que nem todos que recebiam o sacramento da extrema-unção acabavam de fato falecendo. Nos últimos dados encontrados que datam de 1950 a 1952, em média 80% de solicitações de encomendações comparadas com aqueles que solicitaram a extrema-unção.¹¹⁵

A pouca procura dos sacramentos sempre geravam problemas a diocese de Corumbá, as paróquias viviam em constante déficit, pois, a escassez de rendas inviabilizava as obras assistenciais e o provimento das paróquias com mais de um padre. Muitas paróquias, por não gerarem rendas, eram anexadas a outras ou recebiam visitas esporádicas do pároco. Dificultando assim a efetuação do acompanhamento do fiel nos seus últimos momentos antes da morte.

Sobre a procura da extrema-unção possuía a função de ser a forma derradeira do cristão do antigo sul de Mato Grosso em buscar um lugar no Céu ou no Purgatório era a sua forma de efetuar uma reconciliação com o reino dos céus. A Pastoral Coletiva de 1915 reforça a importância do rito da extrema-unção para o católico. No Capítulo VI, nos itens que vão de 294 a 318, seguem as recomendações para que os cristãos católicos recebessem o último sacramento para a partida deste mundo. A primeira exortação era para que o

¹¹⁵ Anuários Estatísticos da Diocese de Corumbá anos 1931; 1933 a 1936; 1938 a 1943; 1950 a 1952.

católico estivesse consciente para receber o sacramento, considerado como medicina celeste.

O sacramento deveria ter a função de fortalecer a alma e o corpo, perdoar os pecados, conformar com as doenças e também lhe dar uma boa morte. Ao pároco caberia ainda a função de converter o fiel e quebrar o preconceito contra o sacramento que normalmente era um sinal de que a morte estava chegando. Deviria o padre cuidar para que os seus paroquianos não morressem sem este importante sacramento. A premissa para sua administração seria o diagnóstico de desengano da medicina. Por exemplo, na diocese de Corumbá, os bispos enviavam missionários munidos de poderes especiais para administrarem todos os sacramentos, principalmente aos velhos, fracos e enfermos, tendo em vista que, segundo a Igreja Católica, morreriam no decorrer do ano.¹¹⁶

A comunidade era exortada a informar ao vigário local sobre os enfermos e os médicos também deveriam procurá-lo para que nenhum enfermo morresse sem a extrema-unção. Aos doentes que fossem pecadores públicos ou escandalosos, a Igreja Católica não lhes negaria o sacramento, mas o mesmo seria administrado de forma condicional. O pecador deveria arrepender-se de seus pecados e realizar uma reparação pública de seus atos junto a sociedade. Em caso de negativa o mesmo poderia além de não receber o sacramento também ser excomungado.

O rito sacramental deveria ser presidido pelo padre que exortaria o fiel a sua conversão e sobre a iminência de uma morte próxima. Mesmo aos inconscientes o sacramento deveria ser administrado e, em caso do último suspiro ter sido antes da chegada do padre, levar-se-ia em conta a morte aparente, que muito era recomendada na diocese de Corumbá, devido às distâncias geográficas e pela pequena quantidade de padres. Mesmo na primeira meia hora após a morte o sacramento poderia ainda ser ministrado.¹¹⁷

Para evitar-se o fato de sepultamento de vivos a Igreja Católica recomendava que, na incerteza da morte real, não se fizessem nenhuma preparação do possível morto para que o fiel apesar de vivo parecesse morto. Foi muito comum no Brasil o enterro de pessoas vivas e a Igreja Católica enquanto instituição procurou orientar os seus fiéis a tomarem este cuidado. Por fim, a Igreja Católica recomendava o livro de assento de óbitos dos fiéis.¹¹⁸ Em Campo Grande, existe a justificativa de que com o registro civil a Igreja Católica não poderia efetuar o assentamento dos mortos, porém, verificou-se que na Pastoral Coletiva

¹¹⁶ Pastoral Coletiva 1915, p. 76-78.

¹¹⁷ Pastoral Coletiva 1915, p. 78-79.

¹¹⁸ Pastoral Coletiva 1915, p. 80-83.

havia sim a recomendação de que o pároco realiza-se estes registros. Nem mesmo a Igreja Católica em Campo Grande seguia as normas que lhe eram impostas.

O capítulo XVI, da Pastoral Coletiva de 1915, refere-se sobre as exéquias. A Igreja do Brasil regulamentava a forma que deveria fazer as últimas homenagens aos mortos. Os itens que vão do número 850 ao número 935, faz as recomendações de como deveria ser o culto aos fiéis defuntos. O texto normatizou a forma como os fiéis defuntos deveriam ser cuidados com sufrágios para aliviar as almas do purgatório. Aos párocos caberia a orientação dos fiéis sobre a forma como a Igreja entendia os ritos para com os mortos. Os respeitos para com os corpos dos cristãos, como templos do Espírito Santo, seriam observados após a morte.¹¹⁹ Em Campo Grande, pela escassez de padres e pelo fato da população não ser muito ligada a Igreja Católica, este item não era observado.

Os sufrágios deveriam seguir os preceitos do Ritual Romano e da Santa Sé. Recomendava que toda a superstição, pompa, vaidade e ostentação mundana fossem evitadas. Os cadáveres deveriam ser amortalhados com reverência. Seu féretro ou caixão tinha de ser coberto com pano na cor preta, conforme o costume. A cor branca poderia ser utilizada para as virgens, desde de que aos lados fosse pregada uma faixa preta. Recomendava-se que os ritos fossem uniformes, em especial não diferenciar ricos e pobres. A igreja era o local mais recomendado para velar o defunto.

Ao cortejo fúnebre recomendava toda a piedade, modéstia, respeito e decência. Os ritos deveriam ser feitos para proveito dos mortos e para a edificação dos vivos. A morte não deveria ser fonte de lucro para o clero. Sobre as roupas dos sacerdotes e clérigos, a Igreja Católica recomendava a sobrepeliz e barrete, estola e capa de asperges. Só em causas justas, roupas comuns e chapéu. O pároco poderia enviar outro padre para efetuar as funções no cemitério desde que observados os ritos e normas na igreja. Em caso de cemitério comum a várias paróquias, o pároco tinha a liberdade de passar nas outras paróquias sem aviso prévio.

Para evitar a vaidade dos vivos, em Campo Grande, o § 6º do Código de posturas de 1905 também proibia a dobras de sinos, salvo as chamadas para missa e em casos de autoridade políticas e religiosas.¹²⁰ Também no código de Posturas de 1921, no seu título X, no Capítulo I, que trata dos costumes públicos e medidas de segurança em seu § 6º, proibia-se “cantar ou rezar em altas vozes por ocasião de guardar cadáveres”.¹²¹ Ao que

¹¹⁹ Pastoral Coletiva de 1915, p. 230-248.

¹²⁰ Revista ARCA, Outubro 1995. 1º Código de Posturas da Vila de Campo Grande – Ano 1905.

¹²¹ ACMCG, Resolução nº 43 de 27 de abril de 1921.

tudo indica em alguns casos os velórios em Campo Grande, até certo ponto, eram um acontecimento social e as pessoas efetuavam uma *feira* para celebrarem a passagem do morto.

Os falecidos por moléstias contagiosas que não fossem permitidos os ritos, a Igreja Católica recomendava a prudência e que fossem seguidas às prescrições das autoridades civis. Os párocos deveriam viver em harmonia com as autoridades locais e evitar assim conflitos. A casa do fiel morto seria o local mais recomendado para o rito. O costume do velório nas casas foi observado no relato do *Jornal do Comércio*, de 12 de maio de 1961, onde uma criança do sexo feminino de seis anos, que morreu de pênfigo, também conhecida como fogo selvagem, foi velada em sua casa no bairro Amambai.

Este velório foi um escândalo, pois a criança foi velada em cima de uma mesa, não possuía registro de nascimento e não foram efetuados os ritos cristãos. Os vizinhos compadecendo-se do pequeno corpo inanimado ofereceram ajuda para o sepultamento e para o serviço funerário, inclusive com a doação de um caixão. Toda a ajuda foi rejeitada pela família que preferiu depositar os restos mortais da pequena criança em uma cova rasa em uma fazenda, fora dos limites urbanos de Campo Grande.¹²²

O caso acima contrariava as leis eclesiásticas e o código de postura de Campo Grande, de 1921, que em seu Título XIV, Capítulo I, que tratava dos cemitérios, das inumações, exumações, expediente e conservação no artigo 411, só permitia inumações nos cemitérios criados pela municipalidade e de acordo com as disposições legais. Para os infratores a multa, na época, seria de cinquenta mil réis aos infratores, além de sofrer as penas legais civis e criminais em que incorrer.

Na região de Campo Grande, o testamento de Torquato Teixeira de Abrantes recomendava que pela sua alma seja rezada a missa de corpo presente e uma outra de sétimo dia, seu enterro deveria ser no cemitério da vila e sem a menor pompa possível. Sua preocupação com a alma fica clara na solicitação da missa de corpo presente. Como se declarou em seu testamento, católico, entre as suas últimas vontades, estavam os cuidados com a alma.¹²³ Seu testamento foi escrito na comarca de Nioaque que se chamava vila de Levergeria.¹²⁴ Seu desejo era ser enterrado no cemitério da vila.

¹²² *Jornal do Comércio*, de 12 de maio de 1961.

¹²³ ATJMS. Testamento de Torquato Teixeira de Abrantes. Documento Histórico 4323. Caixa 169/07. 1891-1894.

¹²⁴ O nome de Levergeria foi o primeiro nome da povoação de Nioaque. Uma homenagem prestada ao Barão de Melgaço, o senhor Augusto Levergeria. Em Mato Grosso efetuou diversos trabalhos de pesquisa, sobressaindo entre eles importantes estudos sobre a geografia e a história local. O contato com este

Também na região de Campo Grande, na comarca de Nioaque, encontrou-se o testamento Joaquim José Barbosa de Macedo onde declarou ser cristão e católico apostólico romano. Que nasceu na religião, foi criado nela, educado, procurado seguir os seus preceitos e esperava morrer na graça da Igreja. O mesmo foi lavrado em Tibagy não se conseguiu chegar a uma conclusão se o mesmo foi efetuado no atual estado do Paraná ou em uma localidade próxima a Nioaque com o mesmo nome.¹²⁵ O testador mostrou temente ao seu futuro no pós-morte fez questão de ressaltar sua vivência religiosa.

Entre os setenta processos de inventários que localizou-se no cartório Santos Pereira, encontrou-se apenas um testamento. Este documento público também era curioso. No dia 21 de março de 1920, dona Idalina Maria das Dores solicitou ao tabelião Eduardo Santos Pereira que lavrasse seu testamento. Acamada, mas consciente de seus atos, ela “queria fazer o seu testamento público e disposições de última vontade para valerem e cumprirem depois de sua morte”. Apesar de ter três filhas e de fazê-las suas herdeiras, ela declarou-se “solteira”. Parte de sua herança foi destinada aos netos e, em caso de falta destes, a mesma deveria ser doada à Santa Casa local. Seu testamento foi laico e sem qualquer menção a Deus ou ao futuro de sua alma. Era um documento cirurgicamente dedicado à partilha dos bens.¹²⁶

Os outros dois testamentos localizados no arquivo do fórum de Campo Grande são mais diretos tratando somente dos problemas de partilha. José Villalba Gonzalez, paraguaio, por não possuir filhos tornou sua esposa Bélia Decoud de Villalba sua única herdeira.¹²⁷ Já, José Rodrigues Ferreira Sobrinho, casado de segundas núpcias com Antonieta Samaniego Bogarim Ferreira, com quem teve quatro filhos juntamente com os outros sete do primeiro casamento precisa deixar claro quais eram suas últimas vontades que se referiam a divisão entre os filhos dos seus bens. Sendo pecuaristas confirmou em seu testamento que sempre foi progenitor solícito e presente, educando todos os seus filhos e os iniciando na lida com o gado. O seu testamento teve por finalidade esclarecer a forma da divisão dos bens e dedicar a cada filho o que lhe caberia após a sua morte. Este é outro exemplo de forma de testamento efetuados em Campo Grande que possuíam a função prática de partilha dos bens.¹²⁸

testamento deveu-se ao fato de que o povoado de Campo Grande pertenceu por alguns anos a comarca de Nioaque.

¹²⁵ ATJMS. Testamento de Joaquim José Barboza de Macedo. Documento Histórico 4319. Caixa 169/03. 1891-1894.

¹²⁶ ACSP. Testamento de Idalina Maria das Dores. Processo nº 264. Caixa nº 20. 1919-1920.

¹²⁷ AFCG. Testamento de José Villalba Gonzalez. Estante 33, caixa 33, processo 16.

¹²⁸ AFCG. Testamento de José Rodrigues Ferreira Sobrinho. Estante 36, caixa 42, processo 09.

Segundo Bayard (1996, p. 260), o *Além* é recorrente a várias civilizações, local onde as “sombras” se refugiam. Este local é a pátria dos mortos, e seria parecido com o reino dos vivos. O *Além* seria mais agradável, início da vida eterna. Teria diversos nomes e localizações. Para uns situaria ao Oeste, como indica o *Livro dos Mortos*, poderia ser subterrâneo, aéreo ou fixado em uma ilha. Seu nome seria Avallon, Ilhas das macieiras, ou Ilhas verdes, onde as almas justas atingiriam o Paraíso, local do seu primeiro nascimento.

O lugar geográfico do *Além*, não é o mais importante, as lendas ensinam que as almas viajavam perigosamente para lá. Aqui entraria o papel dos vivos, que deviam levar-lhes o conforto e, em alguns casos comida, armas, ferramentas, roupas e amuletos. Com o tempo, os homens aprenderam a rezar, a munir-se de fórmulas mágicas e de palavras de passe para a sua alma e para a alma daqueles que deveriam transpor o Além. Apesar do morto ser considerado vivente em outro mundo, o mundo dos vivos e dos mortos por diversas vezes se encontravam. Em Campo Grande como havia uma recusa a internalização das normas católicas e das vivências públicas da fé, estendia-se também aos ritos de celebração dos mortos no *Além*.

O prazer de estar entre os mortos não foi observado em Campo Grande. Os mortos quase sempre foram encarados como um problema. A cidade crescia e lhes retirava seu local de morada. Mesmo assim no Código de Posturas de 1921, no seu Capítulo VI, Disposições Gerais no artigo 461, ordenava que todo indivíduo que entrando no cemitério que não portasse com a devida decência e respeito, seria intimado pelo administrador ou responsável para retirar-se do local e se desobedecesse sofreria a pena de dez mil réis (R\$ 10\$000) de multa.¹²⁹ E o artigo 462, ainda proibia sob pena de multa de cinquenta mil réis (R\$ 50\$000) além das penas civis e criminais em que possam incorrer os infratores do § 1º, que retirasse cadáveres ou ossos do cemitério, salvo com autorização competente. § 2º, que violasse e conspurcasse as sepulturas e monumentos. § 3º, que danificasse de qualquer modo os mausoléus, lousas, inscrições e emblemas funerários. § 4º, que desrespeitasse ou profanasse sepulturas ou cadáveres. Já no artigo 463, ficava proibido sob pena de cinco a dez mil réis de multa quem desrespeitasse o § 1º e escalasse os muros ou grades dos

¹²⁹ A separação, entre mundo dos vivos e dos mortos, não era muito clara. Feiras, festas e danças eram frequentes. Ariès (2003, p. 43) nos lembra que o cemitério passou de um lugar de asilo para um local de encontro e de reunião, citando como exemplo o Foro Romano, a Piazza Major, ou o Corso das cidades mediterrâneas. De local de inumação dos mortos para o local do comércio, da dança e dos jogos. Existia, neste período um prazer em estar com os mortos. Junto às tumbas eram instalados tendas e mercadores. Ciente dos abusos em 1231, a Igreja, no Concílio de Rouen, proíbe as danças nos cemitério ou nas igrejas, sob a pena de excomunhão. Já em 1405, proibiu-se não só a dança no cemitério, mas também, as práticas de jogos, a apresentação de mímicos, prestidigitadores, os mascarados, os músicos e os charlatães. Esses profissionais eram encontrados na cidade dos mortos e ali praticavam ritos que hoje não seriam tolerados mesmo por ateus.

cemitérios, andasse ou deitasse sobre as sepulturas, subisse nas grades das sepulturas, nos mausoléus, lousas ou árvores. § 2º riscasse ou desenhasse por qualquer forma nos muros, paredes, monumentos e lousas. § 3º cortasse, arrancasse ou danificasse as plantações.¹³⁰

Elias (2001), destaca a importâncias dos ritos mortuários para a sociedade, e como estes ritos foram importantes para o desenvolvimento social e apresentam diferentes estágios:

A resposta à pergunta sobre a natureza da morte muda no curso do desenvolvimento social, correspondendo a estágios. Em cada estágio, também é específica segundo os grupos. Ideias da morte e os rituais correspondentes tornam-se um aspecto da socialização. Ideias e ritos comuns unem pessoas; no caso de serem divergentes, separam grupos. Seria interessante fazer um levantamento de todas as crenças que as pessoas mantiveram ao longo dos séculos para habituar-se ao problema da morte e sua ameaça incessante a suas vidas; e ao mesmo tempo mostrar tudo o que fizeram umas às outras em nome de uma crença que prometia que a morte não era um fim e que os rituais adequados poderiam assegurar-lhes a vida eterna. Claramente não há uma noção, por mais bizarra que seja, na qual as pessoas não estejam preparadas para acreditar com devoção profunda, desde que lhes dê um alívio da consciência de que um dia não existirão mais, desde que lhes dê esperança numa forma de vida eterna. (ELIAS, 2001, p. 12)

Para Elias, é importante o estudo sobre como o homem ritualizou a morte durante sua história, pois, através deles, pode-se compreender o próprio *processo da civilização*. A busca de uma solução para o problema da morte foi efetuada na História e não surgiu do dia para a noite. A própria concepção do *Além* tem a função social de dar esperanças aos vivos para um mistério que nem os séculos da luzes conseguiram explicar: o que acontece quando a vida cessar em nós? Por ter sido fundada no último quarto do século XIX, Campo Grande tornou uma cidade onde a chamada morte barroca e a piedade cristã não se fizeram presentes. A morte fazia parte do cotidiano como um aborrecimento similar ao dos corpos ensanguentados nas sarjetas da *Rua Velha*. Os ritos não faziam sentidos e não possuíam importância particular em uma sociedade em que a morte não era bem-vinda.

Em Campo Grande as pessoas não possuíam o costume de efetuarem testamentos. Em todos os arquivos pesquisados levantou-se apenas cinco testamentos. Os mais antigos que datam 1890 e o mais recentes entre 1960-1970. Os testamentos encontrados não fazem menção a cuidados com o corpo ou com a alma todos possuem o caráter prático de divisão dos bens. Para uma explicação considerou-se o período de fundação de Campo Grande bem como as alterações da lei no código civil que determinava como o cidadão deveria dispor dos seus bens.

¹³⁰ ACMCG, Resolução nº 43 de 27 de abril de 1921, folhas 75 v. 76 f.

III – Fronteiras do Social

“Não se pode olhar de frente nem o sol nem a morte”.
La Rochafoucauld (1613-1680)

A morte em Campo Grande está muito ligada ao momento histórico de transição. Período do fim do Império onde a morte barroca ainda permanecia e o início da República sob forte influência laica. A celebração da morte em Campo Grande foi a de uma morte secularizada. Nas pesquisas em inventários, testamentos e jornais, não se encontrou preocupações com a alma ou com o *Além*, que são comuns em outros lugares com maior tradição católica.

Apesar de toda esta secularização a religiosidade não foi afastada dos ritos e da arte funerária no cemitério Santo Antônio. Como nos lembra Cymbalista, apesar do viés secular dentro dos cemitérios coexistem todos os tipos de cultos e de religiosidades. Não se pode esquecer que a História e a sociedade são dinâmicas e que nem sempre datas e marcos indicam onde começam ou terminam períodos. Ou indicam o fim de um estilo e estética e o surgimento de outro. (CYMBALISTA, 2004, p. 171)

Carvalho (1990, p. 42), nos coloca a visão que o novo regime de governo trazia em relação ao catolicismo, então a religião oficial do Império e os embates com a Igreja do Positivismo (CARVALHO, 1990, p. 130), que tinha uma nova visão sobre os heróis nacionais e a forma que deveriam ser alçados na galeria de modelos até tempos atrás ocupados pelos santos católicos. Os heróis criados pela República seriam dignos do culto, do respeito do povo e serviriam de exemplo para o bom cidadão e para o novo Brasil republicano que queriam. Os mortos deveriam ser alçados a galeria dos heróis nacionais e as suas memórias perpetuadas como exemplo para a sociedade. O heroísmo é, antes de qualquer coisa, um reflexo do terror a morte. (BECKER, 2007, p. 31)

Os embates incluíam também a secularização dos cemitérios, de lados opostos defensores da sepultura eclesiástica e da sacralidade do corpo inseparável da alma e os defensores de uma nova visão antropológica que compreendia o corpo como matéria,

separado da alma humana, portanto, não sagrado. Entre negociações e ajustes prevaleceu o cemitério aberto a todos os cultos, mas também uma sociedade que teve o gosto estético ligado à religiosidade e à cultura clássica greco-latina.

O primeiro cemitério de Campo Grande não possuía o caráter filosófico e civilizatório que foi o padrão do final do século XIX e início do século XX. Para cidade, ele era tão somente um local para depositar os mortos. Os sepultamentos ocorriam de forma aleatória em uma área abandonada. Conforme a cidade avançava sobre este local, o mesmo era transferido para outro lugar, porém somente algumas famílias efetuaram este processo e nem todos os corpos foram trasladados para a nova necrópole. Seu primeiro local foi a praça Ary Coelho. Abaixo do local localiza-se o córrego Prosa que abastecia de água a vila. Depois o cemitério foi transferido para a margem esquerda do mesmo córrego. O que importava era o sentido de *urbes*, organizada, limpa, *moderna* e condizente com os ideais higienistas.

O novo regime combatia o que acreditava ser o atraso da monarquia, entre estes a Igreja Católica, seus cemitérios e ritos. Este fenômeno também foi verificado por Cymbalista nas cidades do interior paulista. As cidades dos vivos avançaram sobre a cidade dos mortos. Seus espaços foram expropriados e os mortos, excluídos do convívio dos vivos. O crescimento das cidades era o termômetro para a localização do cemitério. Este, cada vez mais era afastado a área urbana. (CYMBALISTA, 2002, p. 61; ARIÈS, 2003, p. 207)

Em Campo Grande, a Resolução nº 86, de 09 de janeiro de 1924, autoriza o município a honrar o doador do terreno do cemitério municipal, segue a redação:

O Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo Intendente do Município de Campo Grande, Estado de Matto-Grosso.
Faço saber a todos os seus habitantes que a Câmara Municipal deliberou e eu sancionei a seguinte Resolução:
Artigo Único: Fica o Poder Executivo autorizado à mandar construir no Cemitério Público desta cidade um mausoléu para receber em definitivo os despojos últimos do inquebrantável servidor desta terra, o inesquecível Amando de Oliveira. A Secção de Engenharia organizará o respectivo projeto e o monumento será talhado em Cantaria de arenito vermelho de Campo Grande.
Intendência Municipal de Campo Grande, 09 de janeiro de 1924.
Arnaldo Estevão de Figueiredo

Reis (2004, p. 260-261), afirma que, de encontro aos primeiros anos da república, os médicos como Alves, já previam que os cemitérios tornar-se-iam um local de civismo, com “pinheiros melancólicos”, sobre o “túmulo dos benfeitores a Pátria”. Apesar de ser um olhar positivista, o mesmo ocorrera em meados dos anos de 1830. Os médicos não

ignoravam a importância do culto aos mortos. O que sugeriam era uma reinterpretação do culto, o seu viés seria mais cívico do que religioso. As igrejas e templos, para os sanitaristas deveria apenas ser local de culto sagrado “onde deveríamos respirar o suave perfume dos altares, se acham convertidos em outros tantos focos de podridão”. No cemitério-modelo dos reformadores funerários, a virtude cívica substituiria a devoção religiosa. Era um programa burguês que se recomendava a uma sociedade semi-estamental baseada na escravidão. (REIS, 1997, p. 134)

Nas primeiras décadas do século XX, a construção de monumentos funerários em vários cemitérios do Brasil era uma das poucas formas de demonstração de *status* social. Os cemitérios possuíam os elementos relevantes para se indicar inclusive as diferenciações sociais, pois a burguesia ascendente precisava afirmar seu nome através de suntuosos túmulos, que perpetuariam seus nomes na história, preservando a memória e sua identidade. (ARAÚJO, 2006, p. 116-117)

Os cemitérios modernos são projetados como locais que nos mostram a brevidade da vida e o apagamento de todas as diferenças sociais e religiosas. A morte vem para todo e qualquer vivente, sem exceção. Ela torna todos os homens iguais.¹³¹ Mas, ao entrar-se em qualquer cemitério do mundo, repara-se que a velha morte burguesa – individualizada e suntuosa – foi a que prevaleceu. O túmulo de Amando Oliveira é símbolo de uma morte que não iguala as pessoas. Como intendente de Campo Grande e figura de grande vulto, ele não teve o destino de qualquer morto. Como vê-se na lei acima, ele foi homenageado e louvado. Abaixo uma imagem do seu túmulo:

¹³¹ Manuel Maurício de Rebouças, médico brasileiro, membro da academia brasileira de letras e tio do abolicionista André Rebouças, em sua dissertação sobre as inumações em geral, defendida em Paris, onde cursou medicina, sugeria que se desse aos cemitérios das grandes cidades um caráter requintado, onde as inumações seriam feitas com toda a decência e dignidade. Não poderiam poupar as pompas, onde teriam a plena extensão, mediante a construção de túmulos suntuosos, inscrições lapidares e jazigos perpétuos. Médicos, como o doutor Oliveira, acreditavam, que os cemitérios, mesmo com estes monumentos ao orgulho, poderiam ensinar, melhor que as igrejas, a grande lição da morte – que iguala sábios e ignorantes, ricos e mendigos, nobres e plebeus. (REIS, 2004, p. 260-261)

Figura 3: Túmulo de Amando de Oliveira



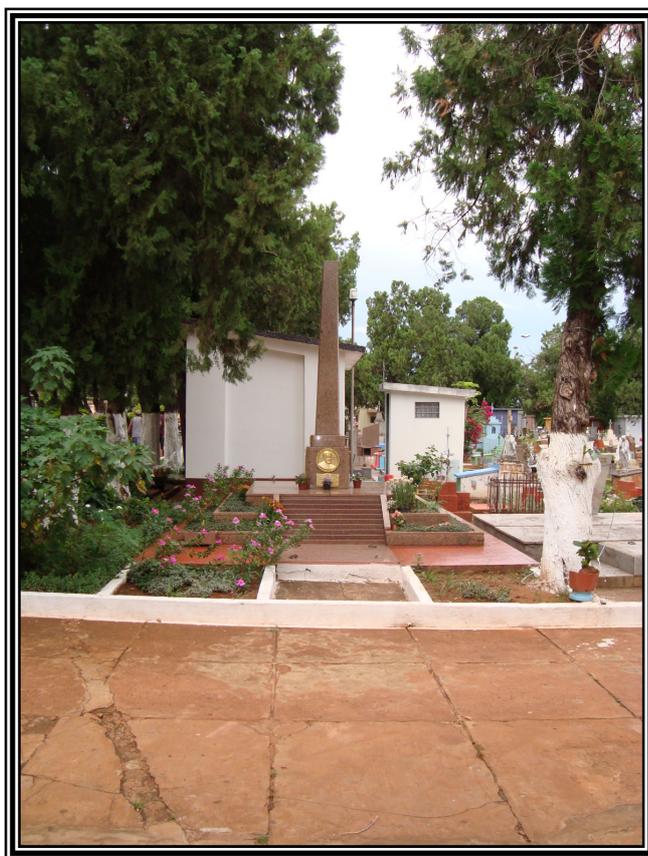
Fonte: Arquivo pessoal, ano de 2008.

Seu túmulo possui o tradicional formato de obelisco, que segundo muitos egiptólogos, era utilizado para decorar os monumentos mortuários. (BAKOS, 2008, p. 178-202; CYMBALISTA, 2002, p.86) Na Resolução nº 86, o Intendente solicitou a Câmara, a aprovação da resolução e a forma que deveria se executada a construção do túmulo – monumento – em homenagem ao senhor Amando de Oliveira. Seu túmulo deveria ser definitivo e construído com arenito vermelho da terra de Campo Grande, como forma de atestar a sua ligação com esta terra. Mas segundo Machado (1990, p. 199), o arenito fora trazido da cidade de Miranda localidade que fica à 200 quilômetros de Campo Grande.

Amando de Oliveira fora assassinado dez anos antes. Machado (1990, p. 198-199), narra a sua morte. Ele encaminhava-se de sua Fazenda Bandeira, para uma reunião da Câmara municipal, da qual era o presidente, incoerentemente para presidir a sessão que aprovaria a proposta dos vereadores Marcos da Fonseca e João Alves Pereira, com uma verba de um conto de réis para a transferência do cemitério da região da Avenida Bandeirantes, atual Senai, para onde hoje se localiza o cemitério Santo Antônio. Em 10 de junho de 1914, sofreu uma emboscada e foi o primeiro a ser enterrado no campo santo.

Sua inscrição lapidar do mausoléu atual, localizado na quadra V, é a seguinte: *Amando de Oliveira 1925. A cidade de Campo Grande ao seu benemérito benfeitor.* Por ser o doador do terreno do cemitério e um dos articuladores desta obra, até hoje a figura dele é lembrada e louvada como importante vulto da sociedade campo-grandense. Como é comum seu nome batizou, ruas, escolas e outros locais públicos. Aqui fica o exemplo que o morto não pertence mais a si, ele é apropriado pela cultura e sociedade em que viveu.

Figura 4: Túmulo da família de José Antônio Pereira



Fonte: Arquivo pessoal, ano 2008.

Outro túmulo que merece destaque é o do Sr. José Antônio Pereira. O mesmo fora sepultado no cemitério antigo de Campo Grande, em cova rasa, local que não prestava o devido respeito ao fundador da cidade. Seus despojos foram transladados do cemitério anterior desativado e colocado em um túmulo em forma de obelisco. O mesmo símbolo que hoje se encontra na rua José Antônio Pereira, que recebeu o seu nome no centro de Campo Grande, na congruência com a avenida Afonso Pena. Este obelisco no centro da cidade foi uma homenagem do Exército Brasileiro, inaugurado em 26 de agosto de 1933,

no aniversário de Campo Grande, pelo então Prefeito Ytrio Corrêa da Costa, projetado pelo engenheiro do Comando da 9ª região Militar, Newton Cavalcanti. Segundo relatos, como o de Machado (2000, p. 368-370), a imagem que ali está não foi a de José Antônio Pereira, mas sim a de seu filho Antônio Luiz Pereira, pelo simples motivo dele nunca ter posado para uma foto.

Estrategicamente localizado à direita da entrada do cemitério, seu túmulo foi construído em granito marrom e com uma arquitetura moderna. Para chegar-se ao início do monumento, vê-se forjada uma pequena escadaria lembrando-nos que ele foi um homem superior e que se precisa elevar-se para estar-se próximos dele, o mais importante vulto da sociedade campo-grandense. A perpetuação de sua memória foi efetuada em 1933, nos anos anteriores sua figura não era exaltada como a importância que ganhou posteriormente. Devido à revolta de 1932 contra o governo Vargas e o resgate do culto aos pioneiros, sua relevância histórica foi redescoberta. Este fato foi muito comum na constituição da história de muitas cidades no Brasil. Diferente de São Paulo, Campo Grande não teve heróis mortos na revolta e a forma encontrada para criar uma história e identidade para a cidade e para o sul de Mato Grosso foi reconhecer José Antônio como figura primordial na ressignificação do passado e do futuro.

Na falta de Panteão, a cidade de Campo Grande, utilizou-se de seu primeiro cemitério para louvar os grandes homens de sua sociedade. Os Panteões, como nos lembra Nora, são locais da memória, onde se celebram os heróis do país e das cidades. (NORA, 1997, p. 15). Nora, também é crítico da sociedade que reforça a memória de seus vultos, inclusive nos cemitérios. Para ele, esta ritualização não passa de uma incoerência. Uma sociedade que tudo esquece, que tudo é passageiro, transforma marcos, pessoas de outra era, em ilusões de pretensa eternidade. Refere-se Nora:

Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processo verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993, p. 13).

Em São Paulo, nos anos de 1934 e também 1955, ocorrem celebrações em homenagem aos “mártires da ‘revolução’ de 1932”. Abreu (2007, p. 155) escreve sobre a presença dos combatentes do Sul de Mato Grosso nas comemorações de 1934. Juntando-se aos paulistas, no 9 de julho, para celebrar a revolta. Todos os lugares da cidade passaram

por uma ressignificação, as celebrações transformaram São Paulo em um teatro da memória. (ABREU, 2007, p. 156). O trajeto da marcha foi pensado de uma forma articular com a história presente, onde se partiam dos cemitérios, carregados das memórias dos mortos, para o Largo do São Francisco, local da faculdade de Direito, onde remetia aos primeiros dias do movimento constitucionalista. (ABREU, 2007, p. 158) Para Abreu, o 9 de julho de 1934, foi:

Naquele 9 de julho, sentir-se paulista implicava posicionar-se entre o orgulho cívico e o sentimento de luto. Na capital, cada um desses sentimentos tinha lugar e gestos precisos. O “civismo paulista” expressava-se na chegada solene dos batalhões em marcha ao largo de São Francisco e misturava-se ao luto na continência defronte o cenotáfio. O luto, como manifestação pessoal da perda relacionada aos movimentos da história recente, revelava-se na visita silenciosa aos cemitérios, onde as famílias e amigos dos mortos não faziam mais do que depositar flores sob seus túmulos – e tal vez lembrar da vida sacrificada da em nome de São Paulo e do Brasil. (ABREU, 2007, p. 158)

Já, em 1955, a homenagem foi destinada principalmente à memória dos mortos. Foi inaugurado o Monumento-Mausoléu, em forma de obelisco, ao Soldado Constitucionalista de 1932. Sua construção arrastou-se por mais de dez anos ficando nas imediações do parque do Ibirapuera, lugar que podia ser tomado como novo espaço que de marcava a identidade paulista nos anos 1950. A inauguração foi efetuada com a transferência dos restos mortais de Martins, Miragaia, Drausio e Camargo, além de Paulo Virgínio, para o mausoléu tornando-se centro exemplar de um complexo ritual articulava vários pontos da capital e de todo o estado de São Paulo. (ABREU, 2007, p. 161) Acrescenta-se que um movimento semelhante, esta ritualização de 1932, extrapolou as fronteiras de São Paulo e foi praticamente o mesmo efetuado com a memória de José Antônio em Campo Grande.

O morto não é dono de seu destino, nem o seu corpo e vontades lhe pertencem. Elias (1993), trata das questões de como as convenções sociais nos são impostas e não se sabe, ou pode-se delas escapar:

O processo civilizador visto a partir dos aspectos dos padrões de conduta e de controle de pulsões é a mesma tendência que, se considera do ponto de vista das relações humanas, aparece como um processo de integração em andamento, um aumento na diferenciação de funções sociais e na interdependência e como a formação de unidades ainda maiores de integração, cuja evolução e fortuna o indivíduo depende, saiba disso ou não. (ELIAS, 1993, p. 83)

Assim sendo, as regras e normas são impostas. Seguem-se padrões culturais e sociais que muitas vezes não fazem parte do cotidiano, mas por questões de posturas sociais, são obrigados a assumir estes padrões. Como já foi abordado no capítulo anterior, o homem ateu, ou com uma família que não professava nenhuma religião, tem de assumir

o padrão que a sociedade lhe impunha. Por exemplo, chamar um padre ou um pastor cristão para lhe prestar as últimas homenagens. Ou mesmo ter em seu túmulo símbolos católicos ou versículos bíblicos que lhe são impostos.

A confiança do moribundo em seus familiares, praticamente acabou com a utilização dos testamentos. Ariès (2003, p. 237), em seus estudos notou que os testamentos perderam a sua importância. Para ele, a afeição familiar, no século XVII, na França, triunfou sobre a desconfiança tradicional que o testador dos séculos anteriores tinha. Em Campo Grande, pela escassez de testamentos, pode-se concluir quase o mesmo que Ariès, um novo tipo de relação burguesa se implantara na sociedade campo-grandense. O núcleo familiar, tipicamente burguês, é aprovado e legitimado pelos novos tempos da nascente república.

O dia de Finados em Campo Grande, segundo a sugestão do jornal *Correio do Sul*, de 02 de Novembro de 1922, deveria:

Finados

E hoje feriado nacional e o mais significativo delles, em homenagem ao mortos. A República ditada por grandes espíritos positivistas cumpria assim um dos dictames da sua filosofia. Os vivos cada vez mais governados pelos mortos. Não ha coração que não relembre hoje um ente querido objectivamente desaparecido na voragem do tempo, vivendo porém na lembrança, parecendo que cada morto querido esta sempre ao nosso lado, nos protegendo e nos guiando. Façamos hoje uma parada na lucta diária e elevemos a nossa prece pelos que se foram; Refloremos os tumulos, abramos nossa alma á saudade dos entes queridos, que esperam no Alem.¹³²

O jornal condizia com a visão da sociedade positivista, de que os mortos deveriam ser louvados. Aqui se vê também a confusão com o catolicismo, pois, a visão antiga de prece aos mortos que nos esperam no *Além*, não condiz com o positivismo pelo culto aos grandes homens.

Ariès, também coloca que a visão do homem moderno em relação à morte tem profunda ligação com a sensibilidade familiar e com a sociedade nacional. Conforme os casos de Amando de Oliveira e de José Antônio Pereira, que não mais pertencem às suas famílias, mas sim, são baluartes de toda a sociedade campo-grandense.

O culto moderno dos mortos é um culto da lembrança ligado ao corpo, à aparência corporal. Vimos como surgiu no século XVIII e como se desenvolveu no século XIX. Sua simplicidade, sem dogma nem revelação, sem sobrenatural e quase sem mistério, faz pensar no culto chinês dos ancestrais. Assimilado tanto pelas igrejas cristãs quanto pelo materialismo ateu, o culto dos mortos tornou-se

¹³² ACSP. Processo 28 – Divisão Barreiros. Jornal *Correio do Sul*. 02/11/1922. Num. 409. Anno VII. Caixa 22.

hoje a única manifestação religiosa comum a crentes e aos descrentes de todas as confissões. Nasceu no mundo das luzes, desenvolveu-se no mundo das técnicas industriais, pouco favoráveis à expressão religiosa e, entretanto, naturalizou-se tão bem que esquecemos suas origens recentes. Sem dúvida porque correspondia justamente à situação do homem moderno e, particularmente, ao lugar tomado em sua sensibilidade pela família e pela sociedade nacional. (ARIÈS, 2003, p. 217)

A morte possui o poder de unir as diferenças, ao mesmo tempo em que faz com que elas sejam exaltadas e louvadas na arte e construção funerária. Apesar do cemitério ser um local de todos os cultos, etnias e crenças, socialmente e culturalmente ele se organiza, e apresentam de forma nada sutis as diferenças sociais, como se observa nos túmulos de orientais que migraram para o Brasil. Como homens híbridos eram brasileiros, orientais, japoneses, católicos e xintoístas. Sem que essas identidades gerem conflitos entre si. Em alguns casos eles assumem as características da sociedade local, em outros, como o exemplo na ilustração, eles reafirmam suas origens nacionais.

Figura 5: Jazigo da família Higa.



Fonte: Arquivo Pessoal, ano 2008.

O jazigo da família Higa poderia ser encontrado em qualquer cemitério do oriente, porém, ele está localizado no cemitério de Santo Antônio. A família procurou expressar e marcar sua origem com a construção de um túmulo em granito negro, que remete a um típico altar xintoísta de culto aos antepassados. Mesmo em velórios de japoneses cristãos, são comuns estes pequenos altares onde são queimados incensos e depositada a foto do morto.

No livro de Yalom (2000, p. 313-315), ele apresenta uma visita ao cemitério em Viena onde os judeus, apesar de viverem em uma sociedade cristã, apresentavam em seus túmulos a estrela de Davi e também o nome da sua tribo de origem. Este cemitério também apresentava a tradicional divisão para não cristãos. Os judeus, em Viena, como qualquer imigrante, na morte como na vida, buscavam a assimilação na sociedade vienense cristã. Existe sempre diferença entre ser culturalmente pertencente a um determinado grupo, e a incoerência de querer não ser diferente da sociedade local.

O cemitério Santo Antônio possui ainda grande prestígio entre os japoneses. O motivo é que os cemitérios parques não permitem que se construam túmulos. Desta forma, no cemitério de Santo Antônio a cultura japonesa, através dos túmulos, ainda pode ser representada.

Figura 6: Túmulo de Edir.



Fonte: Arquivo Pessoal, ano 2008.

Na quadra *A* encontra-se o túmulo de Edir, que faleceu em 01 de agosto de 1927. Seu epitáfio traz a seguinte epigrafe: *Como são pungentes as lágrimas dos teus Paes*. Na década de 1920 os túmulos em Campo Grande possuíam o padrão acima. Normalmente construídos em mármore branco, característico no padrão carrara. Ornada com a figura de uma criança, que possui o sentido de positividade da morte menina. Com estrutura em coluna única; o epitáfio e outros dados eram grafados na sua frente, onde fica uma prancheta.

Reis (1997, p. 113), tratando sobre recursos simbólicos de positividade da morte menina, que atravessavam e são verificados várias camadas da cultura funerária. Os anjinhos eram maquiados, enfeitados com coroas de flores, vestidos com mortalhas coloridas e para eles não se devia chorar. Os epitáfios dos túmulos de criança em Campo Grande estampam a dor e a saudade da família. A criança já não é mais o adulto em miniatura ela já está inserida no contexto burguês de núcleo familiar no que Freud chamou de “sua majestade o bebê”. Os pais são os responsáveis pelos filhos e a sua morte significa

a falha na sua dedicação e nos seus cuidados. É a nova forma de tratar a morte menina. Antes companheira, que recolhia *anjinhos* para o céu, agora inimiga que trás a dor aos pais e familiares.

Figura 7: Túmulo de C. L. de Brito.



Fonte: Arquivo Pessoal, ano 2008.

Seguindo o mesmo padrão o túmulo anterior, o de C. L. de Brito, falecido em 15 de junho de 1928, nos chama a atenção pelo material empregado, por indicar uma posição social inferior aos familiares do túmulo construído em mármore. Sua construção seguiu o modelo dos túmulos do período. O material empregado não foi o mármore, sua construção foi toda em um tipo de alvenaria. O padrão é mantido, porém, verifica-se a adequação da realidade social e financeira da família. O ornamento também é diferente, apenas uma cruz de ferro sobre a coluna única. Seu epitáfio é curto resume a dor da família: *Saudades de seus Paes*.

Após a inauguração do cemitério de Santo Amaro, bairro na região oeste de Campo Grande, o mesmo passou a ser o novo local de sepultamento dos mortos da região e de

outras partes próximas. Na ata número 1233, do dia 02 de agosto de 1961, o vereador Fernando Pereira Falcão, sob o requerimento de número 295, solicitou à mesa que pedisse ao prefeito algumas explicações sobre o novo *Campo Santo*. Em artigo do Jornal do Comércio, do mesmo dia, o seu artigo *A morte pela hora da morte*, tratava da utilização do novo cemitério e também sobre o cemitério mais tradicional, no caso o de Santo Antônio. O vereador questiona o teor do artigo que afirmava que, o antigo e tradicional *Campo Santo*, era para os defuntos ricos. Seguiu o artigo com outros comentários sobre o descaso da administração pública. O artigo, da chamada coluna Fagulhas, foi lido em plenário e segundo o vereador se isto existisse, a crítica seria construtiva.¹³³ Ao transcrever-se o texto original na íntegra ainda constavam outras discussões interessantes:

Fagulhas

Morte pela hora da morte

Tôda criatura humana por força da própria predestinação da espécie, luta pela sua subsistência, pela sobrevivência. A tal da luta pela vida.

Os que têm muito, se esforçam para ter ainda mais. O que nada têm, para conseguir algo que lhes sacie a fome e lhes agasalhe o corpo. E isso, além de ser uma coisa natural, tornou-se nos dias atuais uma necessidade imperiosa, pois a morte hoje em dia é mais dura do que a vida.

Senão vejamos. Temos agora um novo Cemitério, situado lá no afastado bairro da vila de Sto. Amaro, pois o antigo e tradicional Campo Santo da cidade agora é para defunto rico.

Imaginamos então uma família que tem a desventura de perder um ente querido e mora no outro extremo da cidade. Computemos as despesas do serviço funerário, do automovel para levar os parentes e ficaremos aterrados diante da eloquência das cifras. E quem não tem dinheiro?

Outro dia um casal perdeu uma filhinha de pouco mais de dois anos, uma linda menina. Morreu repentinamente. O pobre homem, desesperado, de poucos recursos, não pode pagar o preço estabelecido pelos taxis para essas ocasiões. No seu serviço, como trabalhador da Municipalidade, não lhe puderam fornecer nem um basculante. E somente aquele pai amargurado levou chorando seu anjinho para à última morada, ante o desespero da espôsa e amigos.

É, meus amigos, lutemos pela a vida que a morte está pela hora da morte.¹³⁴

No período deste artigo o *Jornal do Comércio* já estava sob administração da Diocese de Campo Grande. O texto está permeado pela doutrina social da Igreja Católica. Os termos como luta pela vida, matar a fome e se agasalhar. A Igreja Católica deve se posicionar nas situações e problemas referentes à justiça, à libertação, ao desenvolvimento, às relações entre os povos, à paz — nada pode ser alheio à evangelização e esta não seria completa se não levasse em conta o recíproco apelo que se continuamente se fazem o Evangelho, a vida concreta, pessoal e social do homem.¹³⁵ Por este motivo, o jornal ligado

¹³³ ACMCG, Livro de Ata ano 1961, Ata n° 1233, f. 1-2.

¹³⁴ Jornal do Comércio, de 02 de agosto de 1961.

¹³⁵ Compêndio da doutrina social da Igreja Católica, p. 58.

a diocese trás em suas páginas um dura crítica a este modelo de morte que se implantaria em Campo Grande. A morte que dividia ricos e pobres, inclusive uma necrópole para ricos e outra necrópole para pobres.

Na fonte verificou-se que em Campo Grande as distinções sociais extrapolaram os muros do cemitério Santo Antônio, o mesmo se torna na década de 1960 um local para a elite. Onde a elite reforçava a suas tradições e diferenciava as classes sociais. Os ricos poderiam ser enterrados na necrópole tradicional e aos mais pobres caberia ser enterrados no novo cemitério que apesar de recém inaugurado ainda demandaria tempo e dinheiro para que se oficializa como novo local de sepultamentos. Ainda hoje o cemitério de Santo Amaro possui boa parte de seu perímetro sem muros ou grades apenas cercado de precário arame farpado. Fica assim evidente que a tradição de abandono das necrópoles campo-grandenses ainda é observada em pleno século XXI.

Através do Decreto nº 1321 do ano de 1961, criava-se o novo cemitério e dava denominação ao antigo que passou a chamar-se de Santo Antônio. A década de 1960 foi de grandes transformações urbanas e sociais. Neste período o prefeito era Wilson Barbosa Martins.¹³⁶ Em sua gestão, de 1959-1963, criou o Conselho de Municipal de Planejamento e Urbanização. Este órgão teria a função de disciplinar o crescimento urbano da cidade, efetuar estudos para um Plano Diretor, um Código de obras e posturas e também uma lei para disciplinar os loteamentos. Entre os colaboradores destes projetos estariam o Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – FAU/USP e o conceituado escritório de Saturnino de Brito¹³⁷, responsável em elaborar um plano de saneamento para a cidade. O IBAM foi consultado para orientar a reforma da administração da prefeitura e também para organização do cadastro imobiliário. (BUAINAIN, 2006, p. 59-60)

Na sua administração, num dia de finados, estando ele no cemitério Santo Antônio foi questionado pela população porque motivo, mesmo tendo título definitivo, seus familiares foram removidos e colocados no ossuário. O prefeito entendeu que “estávamos falidos no cemitério”. Não se tinha controle dos mortos. (BUAINAIN, 2006, p. 65) A cidade dos mortos desde o período de Rosário do Congro, em 1919, continuava como um cemitério desorganizado e cheio de problemas.

¹³⁶ Nasceu em Campo Grande em 21 de julho de 1917, é advogado formado em São Paulo pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

¹³⁷ Francisco Rodrigues Saturnino de Brito, nascido em Campos no ano 1864 foi engenheiro sanitarista brasileiro, que realizou alguns dos mais importantes estudos de saneamento básico e urbanismo em várias cidades do país, sendo considerado o "pioneiro da Engenharia Sanitária e Ambiental no Brasil".

Para se acessar o cemitério na década de 1960 se usava pontilhões de madeira. Na gestão de Wilson Barbosa Martins a ponte da avenida Calógeras que passava sobre o Córrego Prosa com destino final o “cemitério”, pois o mesmo ainda não possuía um nome. Segundo Dr. Wilson “hoje, não se menciona, mas o cemitério chama-se Santo Antônio”. Como era o único cemitério o mesmo não precisava de um nome próprio. O então *Campo Santo* doado em 1914 pelo então vereador Amando Oliveira, desmembrado de parte da Fazenda Bandeira, recebeu do prefeito o nome de Santo Antônio. No mesmo período ele construiu o um novo cemitério e lhe deu o nome de Santo Amaro, urbanizou um início de cemitério na saída de Cuiabá pela região do São Francisco e lhe deu este mesmo nome. Hoje os cemitérios são conhecidos pelos nomes de Santo Antônio, Santo Amaro, mas o que deveria chamar de São Francisco, ficou conhecido como Cemitério do Cruzeiro.

Para Wilson Barbosa Martins, a rejeição do nome pela população talvez se deva a sua localização no bairro do Cruzeiro. (BUAINAIN, 2006, p. 83) Curiosamente, apesar do primeiro nome ter sido São Francisco, o nome oficial que hoje se conhece o cemitério do Cruzeiro é por São Sebastião. A década de 1960 é o momento de consolidação da primeira necrópole como local elitizado. Tanto que na gestão de Humberto Canale¹³⁸ foi efetuado a pavimentação da avenida Calógeras a partir da rua 26 de agosto até o cemitério Santo Antônio. Por não ter asfalto e ser conhecida pelos buracos, Canale justificava a pavimentação da avenida Calógeras de maneira bem-humorada: “Vou asfaltar isso aqui, porque eu acho que o defunto, quando chega lá no Santo Antônio, tá de bruços”. (BUAINAIN, 2006, p. 83)

3.1 – A cidade dos mortos

Os cargos de coveiro e zelador do cemitério público foram criados apenas no ano de 1909, quatro anos depois do código de posturas. Conforme relatos dos intendentess desde Rosário do Congro e outros que se seguiram, tem-se a certeza de que não eram pessoas esclarecidas em relação as leis eclesiásticas e municipais. Os mesmo enterravam sem ordem e misturavam todos os tipos de defuntos. Mesmo que houvesse algum tipo de preconceito ou de preferências quem determinava o local da última morada eram os

¹³⁸ Nascido em Miranda – MS, em 14 de outubro de 1923. Bacharel em Direito e em Ciências e Letras. Exerceu vários cargos públicos e foi prefeito de Campo Grande por dois mandatos, de 1963-1967 e de 1970 a 1973.

coveiros, que por vezes não estavam interessados em legalismos, mas sim em apenas enterrar o morto e evitar que os mesmos ficassem insepultos.¹³⁹

O arruamento da necrópole na maioria das vezes cabia ao arruador da cidade. Ele que deveria definir as delimitações. Os novos cemitérios possuíam uma semelhança com as cidades. Ruas e quadras organizadas. (CYMBALISTA, 2002, p. 62) Não se pode afirmar se em Campo Grande a obra do novo cemitério esteve sob as ordens do engenheiro municipal.

A divisão interna atual do cemitério Santo Antônio consta de 46 quadras irregulares, um corredor central, velhas árvores, na sua entrada do lado esquerdo uma capela ecumênica e do lado direito a administração. No seu corredor central encontra-se um cruzeiro feito de concreto, onde os visitantes depositam suas velas.

Em Campo Grande na discussão de seu primeiro código de posturas os vereadores proibiram em 1905 que houvesse o monopólio ou privilégio no serviço funerário em uma tentativa de disciplinar este tipo de comércio que não é muito agradável de se adquirir e contratá-lo, mas é serviço necessário a qualquer localidade.¹⁴⁰

Como se verificou no *Capítulo I*, apenas na legislatura de 1924, e tendo como Intendente o engenheiro Arnaldo Estevão de Figueiredo que a câmara municipal autorizou pela comissão de obras a proposta de construção e fechamento do muro do cemitério municipal. Uma das obras principais de qualquer cemitério levou mais de dez anos para ser efetuada. O muro perimetral do cemitério municipal e demais obras do projeto de execução só foram possíveis graças ao código de posturas do ano de 1921 que regulamentou de fato o plano geral de localização dos túmulos e também de acordo com a legislação da secção de engenharia que projetou internamente a distribuição dos túmulos do cemitério. Apesar do intendente Arlindo de Andrade Gomes dizer em seu relatório que havia efetuado uma planta para o cemitério em estilo moderno, ainda juntamente com os projetos de construção do muro seguia a secção de obras da câmara municipal a planta interna do cemitério para aprovação.¹⁴¹ Mesmo durante a pesquisa serem citadas pelo menos duas plantas para a construção do cemitério não se localizou nenhuma delas. Outro aspecto é que em Campo Grande ocupava-se a área que seria a necrópole e só depois de anos de utilização começava a sua organização. Isto ocorreu com o cemitério de Santo Antônio e também com o chamado cemitério do Cruzeiro localizado no bairro também conhecido pelo mesmo nome. A única necrópole que possuiu construção e ocupação diferente foi a de Santo Amaro que

¹³⁹ ACMCG, Livro de Ata ano 1909, 1ª Discussão do Projeto n° 4, f. 12.

¹⁴⁰ ACMCG, Livro de Ata ano 1905, Discussão do código de Posturas, f. 21 v.

¹⁴¹ ACMCG, Livro de Ata anos 1922-1926, f. 51-52.

foi criado através de decretos e ordens da municipalidade. Os chamados *Campos de Enterramentos* foram definitivamente proibidos somente com o decreto estadual de regulamentos dos cemitérios.¹⁴²

Apenas em 1925, o cemitério atendeu o que prescrevia a legislação civil. Neste ano os vereadores aprovaram uma verba no valor de até Rs 13:750\$000 contos de réis, para a construção do muro da necrópole. Porém, o texto afirmava que era para a *construção* do cemitério municipal e para a sua regularização.¹⁴³ Muitas vezes, encontrou-se nas fontes discursos e informações que demonstram que Campo Grande não possuía problemas e que seria uma cidade modelo. Mas que cidade modelo era esta que levou mais de cinquenta anos para constituir um cemitério? Onde seus mortos eram indesejados e, por vezes, abandonados nas ruas ou nas portas do cemitério tendo a municipalidade de proibir o abandono de corpos a porta da necrópole. Conforme o artigo 442, do código de posturas do ano de 1921, que dizia que era proibido deixar corpos insepultos na necrópole e em caso de infração e fosse encontrado um cadáver dentro do cemitério, as suas portas e intermediações, seria o fato levado ao conhecimento da autoridade policial e si estiverem presentes os condutores, estes seriam detidos e entregues a essa autoridade.¹⁴⁴

Esta forma de efetuar os sepultamentos continuou por muitos anos. Ao analisar o livro de sepultamentos do ano de 1936, constatou-se que a quadra 13 era destinada as crianças. A quadra 2, para os adultos. Na quadra *D* também eram efetuados os sepultamentos de adultos. Os suicidas eram enterrados na mesma quadra com os outros. Como o sepultamento de um suicida em abril de 1936, que foi enterrado na quadra 2. Em 1936, ocorreram sepultamentos na quadra *E*, e na quadra 5 a partir do mês de agosto de 1936. Em setembro começou a utilização da quadra 6.

A organização interna do cemitério também foi resultado da Resolução nº 43, de 21 de abril de 1921. Além de determinar normas para as sepulturas e enterros também se verificou uma diferenciação social para as sepulturas. No seu artigo 415, as sepulturas foram divididas em três tipos de sepulturas: gerais, particulares perpétuas e as particulares temporárias, considerando-se sepulturas particulares as destinadas reservadamente aos concessionários. O artigo 416 informava que as sepulturas perpétuas são aquelas cujos terrenos são concedidos para sempre. No artigo 417, que as sepulturas temporárias são as concedidas por prazo determinado, com a possibilidade de renovação do tempo e sobre os

¹⁴² MATO GROSSO. Decreto nº 47, de 10 de outubro de 1936. *Que regula o funcionamento dos cemitérios.*

¹⁴³ ACMCG, Livro de Atas anos 1922-1926, f. 58 v. a 60. Resolução nº 107 de 18 de novembro de 1924.

¹⁴⁴ ACMCG, Resolução nº 43 de 21 de abril de 1921.

quais só era permitido a colocação de pedras sepulcrais, grades, cruzes ou outros emblemas, contanto que a sua altura não excedesse de um metro e dez centímetros, também permitido a plantação de flores e pequenos arbustos, mas o plantio de árvores ficava proibido. O artigo 418 tratava das sepulturas gerais, rasas ou comuns, que seriam concedidas sem prazo determinado e sobre as quais não era permitida a colocação de emblema algum.¹⁴⁵

As sepulturas gerais, rasas ou comuns eram destinadas aos pobres e aos indigentes. Para estas pessoas, era negado o direito de receber os pesares de suas famílias – se tivessem – e os signos tumulares de sua religião, pois não era permitido qualquer adorno nas sepulturas. Por não terem família ou virem de famílias desfavorecidas, esses mortos tinham que se contentar com o sepultamento impessoal que suas posses ou condição permitiam.

As sepulturas temporárias possuíam algumas regalias a mais em comparação com as gerais. Nelas poderiam ser colocadas pedras, grades, cruzes e emblemas. A única objeção era para que não ultrapassassem a altura de um metro e dez. Havia também um outro limitante, conforme o artigo 419. Nestas sepulturas, só seria permitida a construção de carneiras, mediante licença e o pagamento do preço especial constante da tabela em vigor. No artigo 420, as renovações das concessões temporárias só poderiam ser feitas antes de findo o prazo por um despacho da intendência; a renovação só se daria quando o terreno a que se referir, continuasse a ser utilizado para concessão da mesma espécie e prazo da renovação será igual ao da primeira concessão e o preço da tabela em vigor.

Em caso de não renovação o artigo 421 dizia que as concessões que não forem renovadas pelos concessionários, seus procuradores ou pessoas da família, seriam consideradas sepulturas findas e o administrador tomaria posse para a câmara dos terrenos no estado em que se achassem. No artigo 422 dizia que quando em tais sepulturas existirem quaisquer construções, o administrador fará ao Intendente as devidas comunicações e, de acordo com ele, publicaria um edital contendo a lista das concessões findas e intimando os interessados para no prazo de três meses demolirem as construções. Caso isso não ocorresse o § único afirmava que findo o prazo de três meses e não sendo feitas pelos interessados as devidas demolições, seriam estas feitas pela municipalidade e as despesas seriam por conta dos interessados, venderia os materiais e imputaria débito ao preço que foi obtido na negociação.¹⁴⁶ Por este tipo de sepultura ser um tipo intermediário

¹⁴⁵ ACMCG, Resolução nº 43 de 21 de abril de 1921.

¹⁴⁶ ACMCG, Resolução nº 43 de 21 de abril de 1921.

nem particular nem geral o código teve o cuidado de ser rígido em discipliná-la, pois a mesma poderia gerar diversos problemas para a municipalidade, tendo em vistas que as pessoas poderiam tomar o direito sobre os túmulos que deveriam ser temporários.

Outra divisão era estabelecida pelo Artigo 423, que distinguia as sepulturas, tanto as gerais como as particulares, em adultos e menores, considerando o espaço que eles ocupavam e que possuíam valores diferenciados conforme a tabela em vigor. No § único definiu-se para os efeitos da lei como adultos, as pessoas com mais de doze anos de ambos os sexos. As consideradas menores seriam as de doze anos ou menos. Conforme o artigo 424, o tamanho das sepulturas gerais de adultos teriam dois metros de comprimento; oitenta centímetros de largura e um metro e setenta e cinco centímetros de profundidade. Já as sepulturas particulares de adultos, possuiriam terrenos com dois metros e vinte centímetros de comprimento por um metro e quarenta centímetros de largura, conforme o artigo 425.¹⁴⁷ Quem possuísse mais dinheiro, poderia ter como morada eterna um terreno com quarenta centímetros a mais do que os que fossem ali sepultados por um tempo determinado. Para os abastados, até morrer bem poderia ser um alento para a alma.

Para as crianças não era muito diferente o artigo 426 determinava que os terrenos para as sepulturas particulares de menores teriam um metro e setenta centímetros de comprimento, por um metro e dez centímetros de largura.¹⁴⁸ As chamadas sepulturas gerais nem foram mencionadas pelo o que indica as dimensões deveriam ser as mesmas.

O artigo 427 determinou que entre as sepulturas tanto gerais como particulares haveria um espaço livre de sessenta centímetros de todos os lados. Esta seria uma separação para que o cemitério ficasse organizado e para que fossem respeitados os limites entre as covas e o arruamento.¹⁴⁹ Hoje, verifica-se que o mesmo foi letra morta, pois, no cemitério Santo Antônio as sepulturas muito próximas uma das outras e em alguns casos umas que se sobrepõem as outras.

Como medidas legais de posse o artigo 428 informa as condições que os terrenos para sepulturas particulares seriam concedidos. Estes seriam demarcados pelo administrador que passaria um título no qual constaria: a) o nome do concessionário; b) a extensão do terreno; c) o prazo da concessão e a importância recebida.¹⁵⁰

Eram permitidas sepulturas maiores que o padrão estabelecido na lei conforme o artigo 429, quando o terreno pedido para jazigo perpétuo excedesse das medidas constantes

¹⁴⁷ ACMCG, Resolução nº 43 de 21 de abril de 1921.

¹⁴⁸ ACMCG, Resolução nº 43 de 21 de abril de 1921.

¹⁴⁹ ACMCG, Resolução nº 43 de 21 de abril de 1921.

¹⁵⁰ ACMCG, Resolução nº 43 de 21 de abril de 1921.

dos Art. 425 e 426, a concessão só poderia ser feita para área de um múltiplo dessas medidas e mediante acréscimo correspondente ao pagamento. Como é comum na esfera pública no Brasil e se eximindo de responsabilidades o artigo 430 dizia que os terrenos concedidos que não forem ocupados imediatamente deveriam ser colocados dentro do prazo de três dias da entrega, marcos ou tabuletas indicando a extensão da superfície, sob pena de serem considerados desimpedidos e cedidos a outrem, restando aos concessionários o direito de pedir, como indenização, outro terreno equivalente em extensão. Além disso, no artigo 431 afirmava que os marcos ou tabuletas destinados a indicar as concessões feitas deveriam ser colocados e conservados constantemente pelos concessionários afim de que se evitasse enganos pelos quais a administração não é responsável.

As sepulturas voltadas para a rua também possuíam o preço diferenciado em relação as que ficassem mais ao fundo da necrópole. O próprio poder público fazia questão de separar dentro do cemitério aqueles que eram mais ricos e os que eram mais pobres. A famílias mais abastadas compravam e encomendavam as obras decorativas dos seus túmulos de Campinas, em São Paulo, um grande fornecedor era a marmoraria Colluccinni. Lélío Coluccini foi um escultor de reconhecimento mundial ganhador de importantes prêmios internacionais. Começou ainda criança trabalhando na Marmoraria do seu pai como ajudante, pois era tradição ensinar os segredos da profissão aos filhos. Iniciou seus estudos de desenho artístico na Loja Maçônica Independente com professora Theresa Marcilio. Aos nove anos de idade apresentou uma escultura em argila, na forma da cabeça de Jesus Cristo, que impressionou muito um crítico de arte que visitava a marmoraria e motivou seu pai Alfredo Coluccini a investir no futuro do seu filho em um curso especializado na Itália. Em 1924, Lélío Coluccini retorna a terra natal onde passa a morar com sua avó Teresa Coluccini e estudar no Instituto d'Arti Stagio Stagi, em Pietrasanta, região de Lucca. Deixou também sua marca por meio do número expressivo de obras de arte que ornamentam várias sepulturas nos cemitérios do Brasil.

Figura 8: Túmulo de Renato Henoque.



Fonte: Arquivo pessoal, ano 2010.

No corredor central do cemitério Santo Antônio encontra-se vários tipos de túmulos sem qualquer ornamento ou inscrição específica e também túmulos com esculturas e trabalhos artísticos mais elaborados. O túmulo de Renato Henoque, que data década de 1950, possui uma estrutura com linhas retas. Entretanto, o mais interessante neste túmulo é o seu epitáfio: *Nascer, viver, morrer, renascer ainda, progredir sempre... Tal é a lei universal!* O epitáfio continua dizendo que nesta sepultura está o corpo inanimado do querido filho. Interessante também é como foi colocada a data da morte, foi escrito desencarnado seguido da data.

A inscrição tumular nos indica que a família possivelmente professava o Espiritismo tendo em vista que a tradicional marca da cruz não foi utilizada, mas sim se utilizou a palavra, desencarnado. Também, por este túmulo comprova-se que a separação religiosa não existiu no cemitério em Campo Grande.

Figura 9: Túmulo sem identificação no corredor central do cemitério Santo Antônio.



Fonte: Arquivo pessoal, ano 2010.

Já a diferenciação social fica escancarada nesta ilustração, como se vê a mesma além de ser somente horizontal, não possui nenhuma indicação de nome e dados do morto ali sepultado. Com as mudanças ocorridas durante os anos na forma de numeração das quadras e os túmulos, aqueles não possuem identificação ou inscrições tumulares acabam ficando abandonados e inclusive na pesquisa não se pode identificar nenhum tipo de dado sobre estas sepulturas. Assim, completam a indigência, a indiferença e o esquecimento social. É o morto de ninguém, sem passado esquecido.

Figura 10: Jazigo da família Metello.



Fonte: Arquivo pessoal, ano 2010.

A ostentação pode ser verificada no jazigo da família Metello, que data a década de 1960. Quando foi sepultado o Tenente Coronel Adriano Metello Junior. A sepultura não possui epitáfios, mas é ornada com uma imagem em bronze de Jesus Cristo carregando a cruz e sua construção é em granito marrom. Ao lado de sepulturas mais simples surge o jazigo da família Metello, destoando dos demais e apresentando uma clara referência ao *status* social desta família na sociedade campo-grandense. Família de pecuaristas de nacionalidade italiana, que figuram entre as personalidades de Campo Grande. A obra de arte utilizada é daquelas que Valladares (1972, p. 279), estudou como esculturas seriadas que para ele foram muito utilizadas nos cemitérios das novas cidades como Campo Grande e Goiânia. Os artistas do bronze utilizavam-se de moldes e reproduziam imagens de Jesus Cristo, Nossa Senhora do Desterro e outras em moldes e em larga escala e este tipo de escultura atraía o gosto estético da população de localidades como Campo Grande. E estas imagens em bronze são muito recorrentes no cemitério Santo Antônio.

Figura 11: Jazigo da Família Vidal



Fonte: Arquivo pessoal, ano 2010

Ainda no corredor central localiza-se o jazigo da família Vidal, onde se vê a tradicional escultura da *mulher desolada*. A representação erótica da morte que se apresenta como uma mulher de corpo bem torneado e com uma roupa esvoaçante e com todas as características sensuais. É o encontro de Eros com Tanatos, a figura representa o amor e a morte. Ao mesmo tempo, que chora e lamenta o morto também caracteriza o sentimento humano de que a morte é instigante e apaixonante. Esta estrutura em bronze ornamento o túmulo em granito negro. Por esta razão a figura se destaca e, de forma clara, evidência a sua diferença em relação aos demais túmulos que ali se encontram. Em 26 de junho de 1960, foi sepultado no jazigo da família o ex-vereador Francisco Vidal. Seu epitáfio demonstra a dor da família: *Sua lembrança revive em nossa imensa saudade*. É um túmulo com vários epitáfios, destoando dos outros que não trazem quase ou nenhuma inscrição tumular.

Figura 12: Túmulo de Maria Cândida dos Santos



Fonte: Arquivo pessoal, ano 2010.

O túmulo de Maria Cândida dos Santos destaca-se por estar no corredor central, sem data, mal cuidado e abandonado. Com uma pequena construção em alvenaria que algum dia serviu para proteger um gramado ou flores, que ali eram plantadas. A sua cruz em metal reproduz o nome e um pequeno epitáfio: *Saudades de sua família*. Pela sepultura não se sabe quem foi esta Maria, nem tantas outras Marias, Joões, Josés e outros tantos que são ou foram sepultados nos cemitérios das cidades, mas que não possuem um significado no coletivo. As diferenças sociais expostas na arte tumular evidenciam que os cemitérios são feitos para os vivos. A arte tumular vem diferenciar e evidenciar as diversidades de uma sociedade que exclui, segrega e impõe padrões sociais e culturais. Mesmo após a morte ocorrem separações, divisões, exclusões, esquecimentos e controles.

Certamente, há muito ainda a se dizer e se escrever sobre o assunto. O microcosmo do cemitério Santo Antônio não foi abordado em sua totalidade. Apenas uma parcela foi aqui apresentada. Os que possuíam privilégios na vida continuam a ostentá-los na morte. A cidade dos mortos traz em si as mesmas divisões das cidades dos vivos. Ricos sempre

serão ricos. Grandes homens sempre terão seus nomes exaltados. É a morte individualizada e burguesa que faz a sua presença na necrópole. Distinguindo aqueles que foram privilegiados em vida, daqueles que não usufruíram facilidades no mundo dos vivos nem usufruirão a do mundo dos mortos. Esta é a riqueza dos cemitérios, estudar as diferenças, buscar o contraste, o implícito e o explícito. Uma fonte inesgotável e rica. E que não pode ser restrita apenas a um determinado enfoque. Muitos temas valiosos aguardam pesquisas. E muitos trabalhos, inclusive este, anseiam por desdobramentos e revisões.

Considerações Finais

O cemitério Santo Antônio foi constituído no tempo e no espaço da cidade. A cidade possuía uma relação não muito explícita com a sua necrópole. Pode-se definir Campo Grande, enquanto cidade dos vivos desejava ser *moderna*, diferente e organizada, e a necrópole, cidade dos mortos não estava inserida nos interesses da pólis. Não havia uma oposição entre as duas. A indiferença marcava a relação entre a cidade dos vivos e a morada eterna dos mortos. Não importava as condições da cidade dos mortos e se estes tinham covas definidas e organizadas ou se estavam encerrados em um ambiente filosófico e de belas artes.

O primeiro cemitério de Campo Grande foi criado em 1872, mesmo ano que o povoado. Sua localização era na área central da cidade, na atual praça Ary Coelho. A Igreja Católica não possuía nenhum domínio ou qualquer relação direta com o cemitério do Arraial de Santo Antônio de Campo Grande. Com a intenção de organizar o povoado, os primeiros moradores criaram um cemitério no centro, logo nos primeiros anos da fixação humana na região.

Em 1886, na visita pastoral do bispo da diocese de Cuiabá Dom Carlos Luiz D'Amour, o cemitério é relatado com um local cercado de madeira e que possuía uma cruz grosseiramente talhada em sua entrada. Era um local tão desolado e abandonado que o cônego Bento Severiano da Luz não forneceu mais detalhes a seu respeito.

No ano de 1887, a comunidade cível decidiu transferir o cemitério para o atual bairro Amambaí, onde hoje se localiza o Sesi e a Casa da Indústria de Mato Grosso do Sul. Sem a presença marcante das autoridades públicas na época, a obra foi efetuada com recursos e mão-de-obra privados. O cronista Paulo Coelho Machado relata que essa mudança ocorreu em razão da expansão da cidade para o norte.

O antigo cemitério estava a uma distância máxima de quinhentos metros da antiga Igreja de Santo Antônio, em local baixo e muito próximo das casas. Em sua primeira mudança foi erigido em um local mais alto do que o povoado. Sua entrada ficava voltada

para o norte, por causa da topografia do terreno e pela localização da igreja de Santo Antônio e do arraial que ficavam abaixo do córrego do Segredo. Mesmo projetado para ser melhor que o cemitério anterior, este também não foi bem sucedido. Tal como o antigo cemitério, o novo logo ficou abandonado e não houve sequer a preocupação de transladar todos os corpos para o novo terreno.

Em 1891, a constituição republicana considerou laicos e públicos todos cemitérios no Brasil, concedendo aos brasileiros o direito à cidadania. Desde a constituição do Arraial de Santo Antônio de Campo Grande o seu cemitério era coletivo e civil. Portanto, todos podiam ser sepultados nele. A sociedade formada em Campo Grande foi multiétnica, plurinacional e multicultural. Este aspecto, novamente a distinguia das outras localidades de Mato Grosso. Por este motivo e também por ter sido sempre público, o cemitério concedia a todos o direito a cidadania e sepultava indistintamente ateus, maçons, luteranos, anglicanos, batistas, muçulmanos, prebisterianos, socialistas, anarquistas, liberais, suicidas, entre outros que não seriam enterrados em um cemitério católico. Esta particularidade permite-nos dizer que o cemitério local foi um dos mais democráticos do Brasil naquela época. Sendo uma propriedade civil e não municipal, o cemitério só passou à administração do poder público a partir do primeiro código de posturas em ano 1905.

O novo local determinado para o cemitério não era apropriado, pois ainda havia possibilidade da enxurrada levar os detritos para dentro do córrego Segredo. As transformações econômicas, sociais e políticas de Campo Grande levaram as discussões acerca da organização do espaço urbano. Entre estas, pode-se citar o desenvolvimento da pecuária bovina, a chegada da estrada de ferro Noroeste do Brasil e os quartéis do Exército. Apesar da mudança de local, o cemitério continuava próximo ao centro e abandonado pelo poder municipal e pela Igreja Católica.

A intenção da sociedade civil e das autoridades era de criar um cemitério melhor que o anterior, porém este objetivo não foi atingido. Em 1914, a câmara municipal aprovou a transferência do cemitério do local onde hoje está instalado o Sesi para o seu local definitivo, na antiga rua Santo Antônio, atual avenida Calógeras.

Somente cinquenta anos depois de criado, o cemitério de Campo Grande recebeu o nome de Santo Antônio em referência ao local onde fora instalado definitivamente. Curiosamente, a rua que ele está localizado deixa de ser chamada de Santo Antônio e passa a homenagear o ministro da guerra João Pandiá Calógeras, evidenciando o processo de laicização da sociedade campo-grandense.

O cronista Paulo Coelho Machado relata que, por ironia do destino, o primeiro sepultamento no novo cemitério foi o do senhor Amando de Oliveira, justamente o doador do terreno onde o cemitério foi instalado. E novamente não houve a preocupação de transladar todos os corpos do antigo para o novo cemitério, o que desrespeitava as legislações eclesiásticas e civis. Seria cômico se não fosse a História de Campo Grande e se não nos faz lembrar imediatamente a obra “O Bem Amado”, de Dias Gomes.

Grande sucesso nas décadas de 1970 e 1980, a novela que se tornou seriado e agora filme, Odorico Paraguaçu é o prefeito da fictícia Sucupira. Por motivos eleitoreiros e populistas, ele quer inaugurar o cemitério local, mas encontra um grave empecilho: ninguém morre. Na tentativa de contornar esse problema, o prefeito Odorico Paraguaçu agita a trama de Dias Gomes (1980; 1983; 1990) com tentativas de assassinato e até com seu próprio sepultamento. Campo Grande traz na sua história algo de Sucupira, onde alguns políticos abraçavam a ideia de dar a cidade um cemitério digno e civilizado, não se importando muito como isto aconteceria.

A urbanização de Campo Grande foi influenciada pela chegada da ferrovia e a chegada dos quartéis do Exército, orientando assim o arruamento das ruas e outras transformações na cidade. Em 27 de abril de 1921, foi votada e promulgada a Resolução nº 43, que viria ser o novo código de posturas de Campo Grande. O novo código não abolia o código anterior de 1905, mas alterava-o com novos artigos e capítulos mais condizentes com a realidade da cidade de Campo Grande. Cidade que os campo-grandenses entendiam como diferente de Cuiabá e de Corumbá, até então as maiores de Mato Grosso. O novo código de posturas, de 1921, possuía 578 artigos. Foi mais completo que o primeiro código de postura em relação às questões sobre a normatização da morte.

O primeiro cemitério de Campo Grande não possuía o caráter filosófico e civilizatório, que foi o padrão do final do século XIX e início do século XX. Para as autoridades e a população em geral, era somente um local para depositar os mortos. Os sepultamentos ocorriam de forma aleatória em uma área abandonada. Conforme a cidade avançava sobre este o mesmo era transferido para outro lugar. O que importava era o sentido de urbes, organizada, limpa e condizente com padrões *civilizatórios*. A República no Brasil combatia o que acreditava ser o atraso da monarquia, entre estes a Igreja Católica, seus cemitérios e os ritos. As cidades dos vivos avançaram sobre a cidade dos mortos. Seus espaços foram expropriados e os mortos excluídos do convívio dos vivos. O crescimento das cidades era o termômetro para a localização do cemitério, cada vez mais era afastado da área urbana.

Em 1919, cogitou-se fechar o cemitério público instalado já no seu local definitivo e reabrir o antigo na região da avenida Bandeirantes. O Intendente Arlindo de Andrade Gomes foi contra esta mudança. A questão não se resumia a uma nova mudança da necrópole, mas, sim, de como organizá-la. O descaso na necrópole era de longa data. O cemitério estava abandonado e desprovido de cercas ou muros, contrariando tanto as leis da República quanto as eclesiásticas, que condenavam expressamente a falta de um cercamento que pudesse proteger o *campo santo* da arruaça dos vivos e das investidas de animais selvagens e domésticos.

Somente na ata da sessão ordinária da Câmara municipal de Campo Grande, no dia 06 de novembro de 1924, o então Intendente, o engenheiro Arnaldo Estevão de Figueiredo através de um ofício à câmara municipal solicitava autorização para que a comissão de obras analisasse a proposta de construção e fechamento do muro do cemitério municipal. A obra do muro não fora colocada na proposta de concorrência pública vencida pelo senhor José Gomes e Irmãos. Assim, com o ofício ia anexa a proposta para efetuar a obra e a solicitação da aprovação da câmara municipal.

Em 1952, um projeto do vereador Guliver Leão autoriza o prefeito municipal adquirir os terrenos adjacentes ao cemitério municipal para a ampliação do cemitério. Desde a década de 1950, sua área já estava limitada para novos sepultamentos e assim houve a necessidade de aumentar o seu tamanho como medida paliativa até a construção de um novo cemitério municipal.

O cemitério Santo Antônio se afirma como morada dos entes queridos na década de 1960 do século XX. Passando a ser símbolo e marca da sociedade campo-grandense. O nome Santo Antônio, só lhe foi conferido no ano 1962. Hoje, na área central de Campo Grande, o cemitério Santo Antônio deixou de ser o único da cidade. Sua utilização decaiu devido sua limitação física para novos sepultamentos e oficialização do *campo de enterramento* que passou a ser o cemitério municipal do Cruzeiro, em 1960, e o de criação do cemitério Santo Amaro, no ano de 1961. Posteriormente, a partir dos anos de 1990, surgiram os cemitérios da iniciativa privada que possuem o padrão de cemitérios parques.

Contudo, por ser o mais antigo, o cemitério Santo Antônio nos oferece um painel único das transformações sociais, culturais e comportamentais da sociedade campo-grandense. Para Cymbalista (2002), os dispositivos políticos foram utilizados para que ricos e pobres tivessem seus lugares definidos na sociedade. O mesmo processo de *modernização* e *progresso* chegou aos cemitérios, modernizados e secularizados. Estes acabaram carregando em si os modos da sociedade hierarquizada e excludente, onde, que

nem mesmo, de fato, todos poderiam ser enterrados em um local que se denominava público. Assim, observou-se em Campo Grande uma secularização inconclusa. Que apesar de ser democrático, privilegiava os que foram abastados em vida.

Para o campo-grandense do período pesquisado, a morte era uma inimiga e um infausto penoso conforme contato com a documentação encontrada. Ela é sempre representada como o mal irreparável que vem para retirar do seio da sociedade os filhos adotivos ou legítimos da terra. O fato é explicado pela presença mínima da Igreja Católica e também de sua pouca relevância junto aos fiéis. A morte que prevaleceu foi à *morte selvagem*, a que assusta e que é temida.

Em Campo Grande, não se respeitavam as leis e normas civis e nem religiosas. A vila nasceu com um código de postura, mas não se observavam os seus poucos itens relativos à morte e ao cemitério. Considerado o fundador de Campo Grande, José Antônio Pereira foi sepultado em uma cova rasa em um local sem cerca, cheio de capoeiras e com animais revirando as sepulturas. Um verdadeiro caos, um local que não inspirava o culto aos mortos e aos antepassados. Rosário do Congro, então intendente, exortava a população para que o cemitério de uma cidade que se julga *civilizada* deveria ser um local filosófico e das belas artes.

A Igreja Católica possuía uma presença fluída na sociedade. As tentativas de impor os valores cristãos nem sempre eram eficazes. Os homens, mulheres e crianças não internalizavam as normas católicas e não manifestavam publicamente sua fé, pois demonstraria a sua fraqueza. A reversão desta forma de pensar e agir resultou nas ofensivas católicas missionárias. A extrema-unção era o sacramento mais valorizado pela população que o enterro cristão. Como sacramento derradeiro possuía em si o sentido mágico para salvação da alma. Sendo assim, a última esperança para os homens e mulheres que viviam nas fronteiras do oeste e a margem da Igreja Católica.

Apesar de todos os problemas em Campo Grande, os cemitérios seguem uma dinâmica própria e se criam e recriam sem anuência dos vivos. Os cemitérios existem, simplesmente. Sejam religiosos, públicos ou privados como os parques. Quando morrem, quase todos têm um cemitério como sua última morada. Os cemitérios são feitos por e para os vivos. A ostentação não tem outra função senão de diferenciar os estratos sociais, nacionais, religiosos e étnicos que eram conhecidos em vida e serão perpetuados nos símbolos arquitetônicos e estéticos que tentam abrandar a morte que os cemitérios guardam a sete palmas da superfície.

A perda de prestígio do cemitério Santo Antônio junto à sociedade não se deve apenas ao prestígio dos novos cemitérios parques. A relação da cidade e do cemitério sempre foi conturbada, marcada por abandono e descaso a exemplo disso o seu muro que demorou anos para ser construído. Os mortos eram abandonados nas ruas. Coube a um estrangeiro corajoso teve que recolhê-los. Tudo isto demonstra a indiferença da sociedade campo-grandense em relação à morte, combinada com a ineficiência do poder público que vai tomar as rédeas do processo por volta dos anos 1960. Assim explica-se toda a apatia da sociedade em relação aos mortos e a sua primeira necrópole.

O estudo apresentado não é conclusivo, novos olhares ainda podem – e devem – ser dirigidos à questão da morte e ritos mortuários em Campo Grande (MS) e seus muitos desdobramentos. Sobretudo, na constituição do cemitério Santo Antônio e nas distinções sociais que ela impõe silenciosa e perpetuamente. Para Fernand Braudel (1953), não é possível responder a todas as questões em História. “Mas, em História, o livro perfeito, o livro que jamais será escrito, não existe”.

IV - Referências:

4.1 - Fontes Manuscritas

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1905-1910.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1916-1920.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1922-1926.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1937-1947.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1948.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1948-1949.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1949-1950.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1950-1951.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1951-1952.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Livro de atas ano de 1961.

CAMPO GRANDE. Resolução nº 43 de 21 de abril de 1921. *Estabelece o Código de posturas do município de Campo Grande.*

CAMPO GRANDE. Resolução nº 113 de 10 de novembro de 1916. *Autoriza a construção do muro no cemitério municipal.*

CAMPO GRANDE. Livro de registro de óbitos cemitério Santo Antônio anos 1936-1947.

CAMPO GRANDE. Livro de registro de óbitos cemitério Santo Antônio anos 1947-1979.

DIOCESE DE SANTA CRUZ DE CORUMBÁ. Anuário Estatístico da Diocese de Corumbá ano de 1931.

DIOCESE DE SANTA CRUZ DE CORUMBÁ. Anuário Estatístico da Diocese de Corumbá ano de 1933.

DIOCESE DE SANTA CRUZ DE CORUMBÁ. Anuário Estatístico da Diocese de Corumbá ano de 1934.

DIOCESE DE SANTA CRUZ DE CORUMBÁ. Anuário Estatístico da Diocese de Corumbá ano de 1935.

DIOCESE DE SANTA CRUZ DE CORUMBÁ. Anuário Estatístico da Diocese de Corumbá ano de 1936.

DIOCESE DE SANTA CRUZ DE CORUMBÁ. Anuário Estatístico da Diocese de Corumbá ano de 1938.

DIOCESE DE SANTA CRUZ DE CORUMBÁ. Anuário Estatístico da Diocese de Corumbá ano de 1939.

DIOCESE DE SANTA CRUZ DE CORUMBÁ. Anuário Estatístico da Diocese de Corumbá ano de 1940.

DIOCESE DE SANTA CRUZ DE CORUMBÁ. Anuário Estatístico da Diocese de Corumbá ano de 1941.

DIOCESE DE SANTA CRUZ DE CORUMBÁ. Anuário Estatístico da Diocese de Corumbá ano de 1942.

DIOCESE DE SANTA CRUZ DE CORUMBÁ. Anuário Estatístico da Diocese de Corumbá ano de 1943.

DIOCESE DE SANTA CRUZ DE CORUMBÁ. Anuário Estatístico da Diocese de Corumbá ano de 1950.

DIOCESE DE SANTA CRUZ DE CORUMBÁ. Anuário Estatístico da Diocese de Corumbá ano de 1951.

DIOCESE DE SANTA CRUZ DE CORUMBÁ. Anuário Estatístico da Diocese de Corumbá ano de 1952.

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São João do Estoril: Principia, 2005.

Livro de crônicas Salesianas 1924-1930.

MATO GROSSO. Lei Provincial 607, de 31 de maio de 1883. *Código de Posturas de Santa Cruz de Corumbá*.

Testamento de Idalina Maria das Dores. Campo Grande, 21 de março de 1921. Caixa 20. Processo 264. ACSP.

Testamento de Joaquim José Barbosa de Macedo. Tibagy, 8 de novembro de 1887. Caixa 169. Processo 03. Documento histórico 4319. ATJMS.

Testamento de José Rodrigues Ferreira Sobrinho. Campo Grande, 14 de agosto de 1967. Estante 33. Caixa 42. Processo 09. AFCG.

Testamento de José Villalba Gonzalez. Campo Grande, 18 de fevereiro de 1957. Estante 33. Caixa 33. Processo 16. AFCG.

Testamento de Torquato Teixeira de Abrantes. Villa de Levergeria, 02 de janeiro de 1891. Caixa 169. Processo 07. Documento histórico 4323. ATJMS.

4.2 – Fontes Impressas:

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de Março de 1824.*

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 24 de fevereiro de 1891.*

BRASIL. Decreto nº 789, de 27 de Setembro de 1890. *Estabelece a secularização dos cemiterios.*

BRASIL. Decreto nº 20.348 de 29 de Agosto de 1931. *Institue conselhos consultivos nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios e estabelece normas, sobre a administração local.*

CAMPO GRANDE, Resolução nº 03, de 30.01.1905 – 1º Código de Posturas da Villa de Campo Grande – ano 1905. Encarte Especial. In: *ARCA – Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS nº 05.* Campo Grande: ARCA, outubro 1995.

CONGRO, Rosário. *O Município de Campo Grande – 1919.* Estado de Matto Grosso: Publicação Oficial, 1919.

D' AMOUR, Carlos Luiz. *Carta Pastoral sobre a secularização dos cemitérios de Cuiabá.* Cuiabá, Oficina Siqueira, 1901.

DE LAMARE, Joaquim Raimundo. *Relatorio do presidente da provincia de Mato Grosso, o chefe de divisão, abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1859.* Cuyabá, Typ. Cuyabana, 1859.

GOMES, Arlindo de Andrade. *O Município de Campo Grande – 1921.* Campo Grande: 1922.

IMPÉRIO. Lei de 1º de outubro de 1828. *Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para sua eleição, e dos Juizes de Paz.*

IMPÉRIO. Decreto nº 265, de 17 de novembro de 1825. *Manda remover o cemiterio da Matriz da villa de Campos dos Goytacazes para logar fora da mesma villa.*

IMPÉRIO. Decreto nº 842, de 16 de outubro de 1851. *Funda os Cemiterios publicos de S. Francisco Xavier e S. João Batista nos suburbios do Rio de Janeiro.*

IMPÉRIO. Decreto nº 843, de 18 de outubro de 1851. Commete a fundação e administração dos Cemiterios publicos dos sububios do Rio de Janeiro, e o fornecimento dos objectos relativos ao serviço dos enterros à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da mesma cidade, por tempo de cincoenta annos.

IMPÉRIO. Decreto nº 1557, de 17 de fevereiro de 1855. Approva o novo Regulamento para os Cemiterios publicos e particulares do Rio de Janeiro, serviços dos enterros e taxas funerarias.

IMPÉRIO. Decreto nº 2812, de 03 de agosto de 1861. Approva o Regulamento para os Cemiterios publicos e particulares do Rio de Janeiro, serviços dos enterros, taxas funerarias.

IMPÉRIO. Decreto nº 3069, de 17 de abril de 1863. *Regula o registro dos casamentos, nascimentos e óbitos das pessoas que professarem religião diferente da do Estado.*

JARDIM, Ricardo José Gomes. *Discurso recitado pelo exm. presidente da provincia de Matto-Grosso, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial, em 1º de março de 1845.* Cuiabá: Typ. Provincial, 1845.

JARDIM, Ricardo José Gomes. *Discurso recitado pelo exm. presidente da provincia de Matto-Grosso, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial, em 10 de junho de 1846.* Cuiabá: Typ. Provincial, 1846.

LEVERGER, Augusto. *Relatório do presidente da provincia de Mato Grosso, o capitão de mar e guerra, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 3 de maio de 1854.* Cuiabá: Typ. do Echo Cuiabano, 1854.

MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas Ruas de Campo Grande.* Campo Grande: IHGMS, 2008.

MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas Ruas de Campo Grande: a Rua Velha.* Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990.

MACHADO, Paulo Coelho. *Pelas Ruas de Campo Grande: a Grande Avenida.* Campo Grande: Gráfica Brasília, 2000.

MATO GROSSO. Decreto nº 47, de 10 de outubro de 1936. *Que regula o funccionamiento dos cemitérios.* Campo Grande: Graphica Ruy Barbosa, 1936.

MORAIS, Manuel Joaquim de. *O Município de Campo Grande – 1929.* Campo Grande: 1929.

PASTORAL COLLECTIVA. *Pastoral Collectiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, S. Paulo, Cuyabá e Porto Alegre.* Rio de Janeiro: Typ. Martins de Araújo, 1915.

VIDE, Sebastião Monteyro. *Das Constituições Primeyras Do Arcebispado Da Bahia Feytas E Ordenadas Pelo Illustrissimo E Reverendisismo Senhor D. Sebastião Monteyro da Vide, Arcebispo Do Dito Arcebispado E Do Concelho De Sua Magestade, Em O*

Synodo Diocesano Que O Dito Senhor Celebrou Em 12 De Junho De 1707. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

4.3 – Periódicos:

Correio do Sul. 02/11/1922.

Jornal do Comércio. 24/11/1952.

Jornal do Comércio. 10/12/1952.

Jornal do Comércio. 12/05/1961.

Matogrossense. 22/11/1952.

Matogrossense. 25/11/1952.

4.4 - Bibliografia:

ABREU, Marcelo Santos de. As comemorações da Revolução Constitucionalista de 1932: representação do passado e construção social do espaço regional (São Paulo, 1934 e 1955). *Revista Estudos Históricos*, América do Norte, 2007.

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. *Túmulos celebrativos de Porto Alegre: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889 – 1930)*. 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

ARIÈS, Philippe. Uma Antiga Concepção do Além. In: BRAET, Herman; VERBEKE, Werner (eds.). *A Morte na Idade Média*. Tradução Heitor Megale, Yara Frateschi Vieira, Maria Clara Cescata. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Tradução Priscila Vaina de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ARIÈS, Philippe. *L' homme devant la mort. I. La mort ensauvagée*. Paris: Seuil, 1987.

ARIÈS, Philippe. *L' homme devant la mort. II. La mort ensauvagée*. Paris: Seuil, 1985.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINDKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

BALDUS, Hebert; WILLEMS, Emílio. Casas e Túmulos Japoneses no Vale da Ribeira da Iguape. In: *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 77. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941.

BAKOS, Margaret Marchiori. Hieróglifos: Imagens, Som e Egiptomania. *Phoinix* (UFRJ). Rio de Janeiro: v. 13, p. 178-202, 2008.

BARROS, Abílio Leite de. Crônicas de uma vila centenária. *CAMPO GRANDE – 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. p. 13-26.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras, In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FNART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: ed. UNESP, 1998.

BAYARD, Jean-Pierre. *Sentido oculto dos ritos mortuários: morrer é morrer?* Tradução Benôni Lemos. São Paulo: Paulus, 1996.

BECKER, Ernest. *A negação da morte*. Tradução: Luiz Carlos do Nascimento Silva. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.) *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: EDIPUCS, 2000.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: Do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)*. 1997. 538 f. Tese (Doutorado em História) FFLCH/USP, São Paulo.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Esperando o trem: sonhos e esperanças de Cuiabá*. São Paulo: Scortecci, 2005.

BORGES, Maria Elizia. *Arte funerária no Brasil, 1890-1930: ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2002.

BRAUDEL, Fernand. *El Mediterraneo y el mundo mediterraneo en la época de Felipe II*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1953.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: A longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva. 1978. p. 41-78.

BUAINAIN, Maura Simões Corrêa Neder. *Campo Grande: memória em palavras: a cidade na visão de seus prefeitos*. Campo Grande: IMPU, 2006.

CABRAL, Paulo Eduardo. Formação étnica e demográfica. *CAMPO GRANDE – 100 anos de construção*. p. 27-62. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CASTILHO, Maria Augusta. *Religião, símbolo e poder no 1º Bispado de Campo Grande-MS (1958-1978)*. Campo Grande: UCDB, 1998.

CHALOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A Beira da Falésia, a história entre a certeza e a inquietude*. Tradução Patrícia Chiotini Ramos. Porto Alegre: EUFRGS, 2002.

CHUDACOFF, Howard P. A América Urbana na Era Colonial. In: *A Evolução da Sociedade Urbana*. Tradução Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 15-45.

CORAZZA, José. *Esboço histórico da Missão Salesiana de Mato Grosso: História de vidas missionárias*. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1995.

CYMBALISTA, Renato. *Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2002.

CRUZ, Sérgio Manoel da. *Por que mataram do Dr. Ari?* Campo Grande: Primeira Hora Pantanal, 2001.

DIAS, Gomes. *O bem-amado: farsa sócio-político-patológica em 9 quadros*. 5ª ed. São Paulo: Ediouro, 1980.

DIAS, Gomes. *Odorico na cabeça: contos*. 2ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1983.

DIAS, Gomes. *Sucupira, ame-a ou deixe-a*. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

DUROURE, João Batista. *Dom Bosco em Mato Grosso*. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso, 1977.

ELIAS, Norbert. *A Solidão dos Moribundos seguido de Envelhecer e Morrer*. Tradução: Plínio Dentzieni. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. 2 Vol. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FLORES, Ana Paula Marquesini. *Descanse em paz: Testamentos e Cemitério Extramuros na Santa Maria de 1850 a 1900*. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/PUC, Porto Alegre.

FRAZER, James George. *Totemism and exogamy*. London: Routledge, 2000.

FREUD, Sigmund. *Totem e Tabu*. Tradução Drs. Odilon Gallotti e Gladstone Parente. Rio de Janeiro: Editora Delta, S/D.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e Tradução Roberto Machado. 24ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. 36ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 358 f. 2000. Tese (Doutorado em História) FFLCH/USP, São Paulo.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GARDIN, Cleonice. *Campo Grande: entre o sagrado e o profano*. Campo Grande: Ed. da UFMS, 1999.

GASKELL, Ivan. História das imagens. IN: Burke, Peter (Org). *A escrita da História*. Novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1992. p. 237-271.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideais de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HERMANN, Jaqueline. As metamorfoses da espera: messianismo judaico, cristão-novos e sebastianismo no Brasil colonial. In: GRINBERG, Keila. *Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade*. São Paulo: Record, 2005.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta cabeça*. Ideias radicais durante a Revolução Inglesa 1640. Tradução Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org) (1979) *Leopoldo von Ranke: história*. São Paulo: Ática, 1979.

JESUS, Nauk Maria de. A arte médica na região central da América do Sul. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de. (Org.) *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Editora Adriana, 2003. p. 137-156.

JESUS, Nauk Maria de. *Saúde e doença: práticas de cura no centro da América do Sul (1727-1808)*. 2001. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – ICHS/UFMT, Cuiabá.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2001.

LANI, Margarete Dibo Nacer. Sírios. In: *CAMPO GRANDE – 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. p. 335-338.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3ª ed. Campinas: Edunicamp, 1994.

LEITE, Luís-Philippe Pereira. *Bispo do Império*. Cuiabá: Resenha Tributária, 1979.

LEONZO, Nanci. O culto aos mortos no século XIX: os necrológios. In: MARTINS, José de Souza. (Org.) *A Morte e os Mortos na Sociedade Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1983, p. 76-84.

LIMA, Tânia Andrade. De morcegos e caveiras a cruces e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v. 2 p. 87-150 jan/dez. 1994.

- LISSOVSKY, Maurício. Sob o signo do “Clic”: Fotografia e História em Walter Benjamin. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e LEITE, Miriam L. Moreira (orgs). *Desafios da imagem: Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papirus, 1998.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MATTOSO, José. *A escrita da história: teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
- MARIN, Jérri Roberto. *A Igreja Católica em terras que só Deus conhecia: o acontecer e o desacontecer da romanização na fronteira do Brasil com Paraguai e Bolívia*. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2009.
- MARTINS, Edílson. *Nossos índios, nossos mortos: reportagens, entrevistas, artigos*. 2ª Ed. São Paulo: Codecri, 1978.
- MESQUITA, José. As necrópoles cuiabanas. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá, tomo 35/38, 1937, p. 01-36.
- MORGAN, Prys. From a Death to View: The Hunt for the Welsh Past in the Romantic Period. In: HOBSBAWM, Eric J.. RANGER, Terence O. (Org.). *The invention of tradition*. Cambridge: Canto edition, 1992.
- MORAES, Sibebe. *O episcopado de Dom Luiz Carlos D’Amour (1878-1921)*. 2003. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – ICHS/UFMT, Cuiabá.
- MOREIRA, Leocarlos Cartaxo; RAMOS, Flávia Regina Souza. O processo histórico do trabalho de enfermagem no município de Cuiabá - Mato Grosso. *Revista. brasileira. Enfermagem*. Brasília, v. 57, nº 6, dez. 2004.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a Província de Mato Grosso seguida de D’um roteiro da sua capital a São Paulo*. São Paulo: Typografia de Henrique Schoreder, 1869.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares, In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.
- NORA, Pierre (dir). *Les Lieux de Mémoire*. 1. Paris: Gallimard, 1997.
- OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino. *Campo Grande e a rua 14 de Julho: tempo, espaço e sociedade*. 2003. 181 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente.
- PEREIRA, Armando de Arruda. *Construindo Quartéis para o Exército*. São Paulo: Gráfica Paulista/Editora Glória, 1930.
- PERNIOLA, Mario. *Pensando o ritual: sexualidade, morte, mundo*. Tradução: Maria do Rosário Toschi. São Paulo: Studio Nobel, 2000.
- PIETRO, Saturnino Sánchez. *¿Y qué es la Historia? Reflexiones epistemológicas para profesores de secundaria*. Madrid: Siglo XXI editores, 1995.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1904-1908)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1997.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E.F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru: EDUSC, 2004.

REIS, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

REIS, João José. O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista. In: Alencastro, L. F. *História da vida Privada no Brasil*. v 2. São Paulo. Companhia das Letras, 1997. p. 95-142

REZENDE, Djalma Ferreira; VASQUES, Antônio Carlos. Infra-estrutura urbana. In: *CAMPO GRANDE – 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999. p. 121-168.

ROCHA, Cristina. *Rezando Preces Budistas e Católicas: A Crioulização de Rituais Zen no Brasil*. 2006. Acessado em 26/09/2008. Disponível na Internet: http://www.fjisp.org.br/estudos/revista_ponto01.html.

ROCHA, Maria Aparecida de Borges Barros. *Igrejas e Cemitérios. As transformações nas práticas de enterramentos na cidade de Cuiabá – 1850 a 1889*. 2001. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – ICHS/UFMT, Cuiabá.

RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, José Barbosa. *História de Campo Grande*. São Paulo: Resenha Tributária, 1980.

ROSA, Maria da Glória Sá. *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce: Campo Grande, cem anos de história*. Campo Grande: PMCG/Fundação Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, 1999.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul, Volume I*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994

VALLADARES, Clarival do Prado. *Arte e sociedade nos cemitérios brasileiros: um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas, realizado no período de 1960 a 1970*. 2 Vol. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

VILELA, Marlene Menezes. *Quando o dedo de Deus apontou a nossa Província ao anjo da morte: A ocasião da varíola em Cuiabá, 1867*. 2001. 145 f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em História). UFMT/ICHS, Cuiabá.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. Cuiabá: Ed. da UFMT, 1993.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. Tradução Maria Julia Cottvasser. 2ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

VOVELLE, Michel. *Imagens e Imaginário na História: Fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ática. 1997.

VOVELLE, Michel. *La Mort et l'Occident de 1300 à nos jours*. Paris: Gallimard, 2001.

WHITE, Hayden. O Fardo da história; A interpretação na história. In: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso; ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.

YALOM, Irvin David. *Quando Nietzsche chorou*. Tradução Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 16 de agosto de 2010.

Fabio William de Souza